

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

DAIANE SILVA CARVALHO

**O CARÁTER DA PRODUÇÃO, ORGANIZAÇÃO E USO DA INFORMAÇÃO EM
MUSEUS: O CASO DO MUSEU DA ABOLIÇÃO EM RECIFE - PE**

RECIFE
2017

DAIANE SILVA CARVALHO

**O CARÁTER DA PRODUÇÃO, ORGANIZAÇÃO E USO DA INFORMAÇÃO EM
MUSEUS: O CASO DO MUSEU DA ABOLIÇÃO EM RECIFE - PE.**

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação, sob orientação da Prof.^a Dra. Maria Cristina Guimarães Oliveira.

RECIFE

2017

Catálogo na fonte
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

C331c Carvalho, Daiane Silva
O caráter da produção, organização e uso da informação em museus: o caso do Museu da Abolição em Recife-PE / Daiane Silva Carvalho. – Recife, 2017.
165 f.: il., fig.

Orientadora: Maria Cristina Guimarães Oliveira.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Ciência da Informação, 2017.

Inclui referências e apêndice.

1. Documentação. 2. Informação. 3. Organização. 4. Recuperação. 5. Museus. I. Oliveira, Maria Cristina Guimarães (Orientadora). II. Título.

143)

020 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2017-



Serviço Público Federal
Universidade Federal de Pernambuco
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - PPGCI

DAIANE SILVA CARVALHO

***O caráter da produção, organização e uso da informação em museus:
o caso do Museu da Abolição em Recife - PE***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em: 16/03/2017

BANCA EXAMINADORA

Prof^a D^{ra} Maria Cristina Guimarães Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Fabio Assis Pinho (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a D^{ra} Suely Moraes Ceravolo (Examinador Externo)
Universidade Federal da Bahia



AGRADECIMENTOS

A jornada até aqui não foi fácil, mas se tornou muito mais suportável com as pessoas que estiveram ao meu lado, trilhando comigo, me incentivando e contribuindo para a elaboração deste estudo, as quais merecidamente, devoto toda minha gratidão.

Minhas escolhas envolveram tanto conhecimento como crença em uma força suprema que me protege e me guia. Então, inicio meus agradecimentos a essa fé inabalável em algo que é maior que eu e que me deu coragem e esperança para seguir em frente.

Aos meus pais, Aidil e Raimundo, forças motivadoras, responsáveis pelo que sou, que sempre dedicaram a mim muita confiança e amor. Obrigada por tornar isso possível. À minha tia Eliene e minha avó Antônia, presenças constantes em minha vida, às quais sempre pude recorrer. Ao meu tio Antônio (em memória), por ter me ensinado a medida de todas as coisas.

À Debora e Rodrigo, melhores irmãos do mundo e aos demais familiares, por exercerem forte influência na minha vida e que, apesar da distância, me dão a certeza de nunca estar só.

Às minhas superamigas, Ana Claudia e Daisy, vocês tornaram essa caminhada muito mais fácil. Além de muito amor, tenho por vocês uma imensa gratidão e admiração. Obrigada por estarem sempre presentes para me apoiar, incentivar e me conduzir. Credito a vocês este trabalho.

À minha orientadora Cristina Oliveira, agradeço pela paciência, atenção, bondade e o carinho dedicados a mim e às contribuições e orientações para a pesquisa. Aos membros da minha banca de qualificação e defesa, à professora Dr^a Suely Ceravolo, pelo paciente trabalho de revisão, pelas contribuições e observações feitas para a melhora deste trabalho, obrigada pelo incentivo e pela confiança. E ao professor Dr^o Fabio Pinho, pelo seu acompanhamento, pelos direcionamentos e considerações na elaboração desta pesquisa.

Agradeço aos professores do PPGCI-UFPE. Seus ensinamentos possibilitaram que eu me apaixonasse cada vez mais pela Ciência da Informação. E à Suzana Wanderley por facilitar nossa vida acadêmica.

Ao Museu da Abolição, pela disponibilização do material para a pesquisa. Em especial à Elisabete de Assis e Simone Lins, pelas contribuições. Agradeço a Adolfo

Sammy, pela ajuda e por ter me ensinado a valorizar esse museu. E a Telma Maia, por ter suavizado meus seis anos de trabalho, com seu companheirismo e alegria.

Ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram/ MinC), pelas liberações concedidas para que eu fizesse a dissertação de maneira adequada.

Ao meu amigo Igor Urpia, que de uma forma especial e carinhosa sempre esteve presente em minha vida. Agradeço por me mostrar que é possível ser um “super-herói”. Você é sensacional!

À minha querida amiga Tais Valentes, pela participação e pelas trocas de conhecimento durante esse caminhar, iniciado desde o estágio com Francisca Andrade. Agradeço à Francisca, por ter me mostrado quanta possibilidade existe na documentação.

Aos meus colegas do mestrado, que tornaram esses dois anos muito mais alegres e entusiasmantes. Acreditem, essa turma foi um encontro de almas irmãs. Adorei vocês! Agradeço especialmente à Ligia Rodrigues, nossa figura materna, pelo zelo e carinho que sempre demonstrou com todos nós!

Ao Marcos, pelo cuidado, pela generosidade e atenção. Suas mensagens estimulantes, entusiasmantes e desafiadoras tornaram esse processo mais divertido. Obrigada por “apostar” em mim e pelo sopro de vivacidade, você foi muito importante na finalização deste trabalho.

A minha gratidão a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a elaboração desta pesquisa.

RESUMO

Este estudo discute a informação documentária produzida e organizada no Museu da Abolição em Recife, Pernambuco. Tem como objetivo geral analisar as formas de organização, disponibilização e uso da informação gerada a partir da sistematização da documentação do acervo. O trabalho inter-relaciona estudos da Ciência da Informação e estudos da Museologia. Buscou-se então, enfrentar os desafios observados no cotidiano analisando-os sob a ótica da literatura especializada. Considerou-se na escolha da temática as experiências pessoais vivenciadas pela autora e especialmente a relevante mediação com linguagens documentárias que possibilitem maior segurança aos usuários na recuperação de informações de seus interesses. Partindo-se da taxinomia definida por Vergara(2013) utilizaram-se dois critérios básicos para o detalhamento dos procedimentos metodológicos: quanto aos fins, a pesquisa foi descritiva, porque buscou expor determinadas especificidades da temática do museu, estabelecendo-se correlações entre variáveis; quanto aos meios de investigação, foi um estudo de caso, pois possibilitou uma análise mais apurada do objeto da pesquisa, ou seja, o Museu da Abolição. Foi realizado um mapeamento histórico do museu e uma descrição da documentação. Para complementação e especificidade dos dados foi realizada uma análise do sistema a partir de determinadas categorias estabelecidas com base no cotejamento de textos de diferentes autores e contextos. Dos resultados encontrados, dois aspectos foram destacados: a política de documentação e o processo técnico de registro da informação desenvolvido no MAB. Considerou-se que o sistema de documentação do MAB não se desenvolveu balizado em teorias e metodologias sobre o tratamento, a organização, disponibilização e uso da informação.

Palavras Chave: Documentação. Informação. Organização. Recuperação. Museus.

ABSTRACT

This study discusses the documentary information produced and organized at the Abolition Museum in Recife, Pernambuco. Its general objective is to analyze the forms of organization, availability and use of the information generated from the systematization of the documentation of the collection. The work interrelated studies of Information Science and the studies of Museology. It was sought, then, to face the challenges observed in the daily life analyzing them from the perspective of specialized literature. It was considered in the choice of the subject the personal experiences experienced by the author and especially the relevant mediation with documentary languages that allow greater security to the users in the retrieval of information of their interests. Starting from the taxonomy defined by Vergara (2013), we will use two basic criteria for detailing the methodological procedures: as for the purposes, the research was descriptive, because it sought to expose certain specificities of the museum's theme, establishing correlations between variables; as for the means of investigation, it was a case study, since it enabled a more accurate analysis of the object of the research, namely the Museum of Abolition. A historical mapping of the museum was carried out, and a description of the documentation. For completeness and specificity of the data, a system analysis was performed based on certain categories established based on the collations of texts of different authors and contexts. From the results found, two aspects were highlighted: the documentation policy and the technical process of the information registry developed in MAB. It was considered that the MAB documentation system did not develop in theories and methodologies on the treatment, organization, availability and use of information.

Keyword: Documentation. Information. Organization. Retrieval. Museums.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Processo de Musealização	37
Figura 2 - Sistema de Informação Documentária em Museus	60
Figura 3 - Diagrama dos procedimentos SPECTRUM na estrutura de gestão de coleções	103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Guia de Preenchimento da Ficha de Registro	71
Quadro 2 - Instruções para preenchimento da ficha	75
Quadro 3 - Classificação do acervo do Museu da Abolição	87
Quadro 4 - Ficha de Identificação	89
Quadro 5 - Sistema de informação documentária.....	107
Quadro 6 - Categorias informacionais do sistema de documentação do Museu da Abolição – Pressupostos da Documentação.....	110
Quadro 7 - Categorias informacionais do sistema de documentação do Museu da Abolição: Segunda categoria – Conteúdo informacional	115
Quadro 8 - Categorias informacionais do sistema de documentação do Museu da Abolição – Comunicação e Divulgação.....	119

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	Objetivos do trabalho	20
1.1.1	Geral	20
1.1.2	Específicos	20
1.2	Trajétoria metodológica	20
2	MUSEOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: RELAÇÕES PERMEADAS ENTRE A CIÊNCIA E CAMPOS DO SABER	24
2.1	Formas de relacionamento entre museologia e ciência da informação na ciência	26
2.2	Formas de relacionamento entre a museologia e a ciência da informação na sociedade: a informação no contexto do museu	33
2.3	Documentação.....	42
3	A DISCIPLINA DOCUMENTAÇÃO	45
3.1	A documentação nos museus	51
3.1	Organização e representação da informação em sistema de documentação em museus	55
4	O OBJETO EMPÍRICO: SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO DO MUSEU DA ABOLIÇÃO	63
4.1	O caso museu da abolição	63
4.2	Origens, formatos e padrões do sistema de documentação do MAB: relato descritivo	70
4.3	Caracterização da documentação do acervo museológico do museu da abolição: aspectos teóricos e práticos	94
4.4	Análise do sistema de documentação do MAB: um procedimento metodológico.....	106
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
	REFERÊNCIAS.....	128
	APÊNDICE.....	138
	ANEXOS	140

1 INTRODUÇÃO

O objetivo da documentação é possibilitar a preservação e a comunicação da informação, assim, cabe aos sistemas documentais a utilização de “pragmáticas documentárias” almejando a organização e disponibilização da informação de modo eficaz para o usuário. No entanto, apesar do papel comunicacional da documentação ser ressaltado na bibliografia especializada de museus, não se verifica uma preocupação em identificar, analisar e criar metodologias que evidenciem este papel.

Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa foi analisar as formas de organização, disponibilização e uso da informação gerada a partir da documentação, tendo como foco o sistema de documentação do Museu da Abolição. Para isso a pesquisa inter-relaciona estudos que vêm sendo elaborados na Ciência da Informação (CI) com os estudos museológicos na área de Documentação. Assim, o estudo centra-se na área da Organização e Recuperação da Informação, no intuito de identificar as possibilidades de produção, tratamento e disseminação da informação existente nos museus a partir da prática e sistematização da documentação nestes espaços.

Referente à prática de documentação ressalta-se que ela está relacionada a um conjunto de atividades realizadas no acervo do museu e que se processam continuamente de forma sistemática e organizada buscando subsidiar desde a entrada de objeto no acervo à sua apresentação na exposição. Nesse sentido, retoma-se a importância de estar fundamentada teórica e metodologicamente nos estudos que vêm sendo desenvolvidos sobre estas atividades¹ no âmbito dos museus.

Segundo Ferrez (1994), os Sistemas de documentação, na prática, apresentam três desafios aos museus e às suas equipes: primeiro em relação à complexidade de informação dos objetos no âmbito dos museus, que demanda dos Sistemas de Documentação a manipulação de um número extenso de categorias de informação; segundo, a necessidade de uma equipe de especialistas em função das coleções e dos assuntos dos museus, visto que a identificação e o registro das informações demandam um conhecimento prévio e muita pesquisa sobre o objeto e

¹As quais seriam: tratamento, organização e disseminação da informação.

suas relações, agrava-se a isso a diversidade tipológica dos acervos existentes nos museus; e terceiro, os sistemas de documentação impõem a presença de uma equipe familiarizada com técnicas manuais ou automatizadas de armazenamento e recuperação da informação.

Ainda, verifica-se que na prática cotidiana da documentação em museus, o interesse em desenvolver a documentação como um processo de comunicação é pouco ou nulo, pois não contempla a disponibilização desta informação, nem analisa os usos e usuários deste “sistema”.

Frente aos esses desafios observados, tanto empiricamente como por meio da literatura levantada, supõe-se que tal cenário deve-se ao fato de a documentação não estar balizada em teorias e metodologias sobre o tratamento, organização, disponibilização e uso destas informações, processos produzidos a partir do ciclo da informação, cujos estudos estão sendo desenvolvidos e divulgados pela Ciência da Informação.

Na discussão teórica do campo museológico evidencia-se que os objetos no contexto do museu necessitam de um sistema de documentação que possibilite disponibilizar e recuperar as informações presentes neles de forma rápida e precisa. Visto como “unidade informacional”², o museu trabalha com a recuperação e a disseminação da informação, que são possibilitadas a partir do tratamento documental. Isso implica a definição de regras de registro, catalogação e gestão da informação sobre os respectivos acervos e a utilização de linguagens documentárias, para que as informações possam ser recuperadas pelos usuários.

A preocupação com a temática surgiu da experiência profissional da autora como museóloga do Museu da Abolição. Mais especificamente, no trabalho com a documentação do acervo, tendo, inclusive, que lidar com as questões técnicas que suscita e com os desafios que o ato de documentar impõe. As inquietações surgidas deste processo levaram a buscar o embasamento teórico que justificam as ações desenvolvidas, assim como referências sobre o papel comunicacional da documentação.

²De acordo com Yassuda (2009, p.15), na perspectiva da CI o Museu é visto como “uma unidade de informação que trabalha com a organização, o tratamento, o armazenamento, a recuperação e a disseminação da informação produzida a partir de suas coleções”.

Outro aspecto que influenciou na escolha da pesquisa está na experiência e atuação da autora na área da mediação em museus³, no que se constatou que a documentação poderia contribuir na mediação da informação para o usuário e em diversas⁴ outras práticas realizadas no museu, de maneira que os objetos, como índices das relações sociais, exercem uma mediação nessas relações, sendo instrumentos para a reflexão e ação social concreta.

Nesse sentido, percebeu-se que as atividades documentais se desenvolvem a partir das linguagens documentárias, temáticas abordadas no âmbito da Documentação e da CI. Contudo, nota-se que a prática de documentação em museus se apropriou desses conceitos sem incluir suas origens e fundamentos relacionados.

A partir da problemática apresentada, pressupõe-se que a documentação desenvolvida nos museus se constitui apenas de uma atividade de controle, desenvolvida por meio de listagens de acervos, arrolamentos e, em alguns casos, livros de tomo, que geralmente só asseguram a salvaguarda contra furtos e a localização no espaço.

No entanto, a documentação, como gestão da informação sobre a coleção do museu torna-se essencial para compreender a gama de informações fornecidas pelo objeto, como também as informações associadas. Conforme Camargo-Moro (1986, p. 42):

O Museu é a única instituição que aprecia e estuda objetos, com profundidade. Arquivos e Bibliotecas são envolvidos somente com material gráfico. Universidades são orientadas para as palavras, assim sendo os professores e alunos entendem e usam bem recursos literários. Todos, porém tem menos convívio com os objetos.

Os museus não se atêm aos objetos somente pelo seu potencial direto, mas devem preocupar-se profundamente com a informação associada que recebem, aumentam e difundem, dando ao objeto uma visão interdisciplinar, proporcionando-lhe um universo maior.

Nesse sentido, propõe-se a seguinte questão de pesquisa: de que maneira a informação produzida nos museus, por meio da documentação, pode ser organizada e disponibilizada para o usuário a partir do sistema de documentação?

³Potencializada a partir da formação em Mediação Cultural, especialização lato sensu realizada em 2013.

⁴Percebe-se que a documentação no museu pode auxiliar no desenvolvimento de pesquisa, na prática de conservação e nas próprias políticas da instituição.

Verificando, ainda, em que medida as discussões teórico-metodológicas da Documentação se fazem presentes neste processo.

Seguindo essa problemática, considera-se que o processo de comunicação da informação se dá a partir da organização da informação, e nos museus isso pode ser evidenciado através do processo analisado dos objetos e sua respectiva documentação. Ou seja, os produtos gerenciais resultantes do processo de aquisição do objeto, iniciados a partir do registro de entrada como também abarca os documentos de catalogação, de controle e de circulação do objeto, envolvendo ações voltadas a dar conhecimento do acervo e disseminar sua informação.

O pressuposto desta pesquisa está ancorado no entendimento de Meyriat (1981) citado por Lara e Ortega, (2010, p.6), para quem o documento não se constitui como uma evidência inicial, mas necessita das teorias e dos métodos da Documentação sobre seus termos e noções vinculadas. Portanto, o autor compreende o documento como um objeto que dá suporte à informação - natureza material - mas que também serve para comunicar - natureza conceitual. Desta maneira, defende-se que essa dupla natureza demanda um trabalho de análise e decodificação que perpassa a estruturação científica da prática da documentação.

A fim de ressaltar os termos e conceitos referenciados anteriormente e que são norteadores da construção deste estudo, cabe esclarecer que se adota e corrobora-se com a perspectiva trabalhada pelas autoras Ortega e Lara (2010), sobre a grafia e significado da terminologia documentação (iniciada com letra minúscula) e Documentação (iniciada com letra maiúscula), onde a primeira se refere “a um conjunto de técnicas de organização da informação, visando recuperação, acesso e uso” e a segunda “os fundamentos teóricos metodológicos que sustentam estes procedimentos”, ou seja, a constituição enquanto disciplina teórico-metodológica para essa prática.

Silva e Freire (2012) ao discutirem sobre a Documentação consideram, apoiados em Ortega (2004), que a mesma esteve unida a Biblioteconomia do século XV até o final do XIX, quando passou a ser desenvolvida por Henri La Fontaine e Paul Otlet, dois advogados belgas que durante cerca de aproximadamente 40 anos

desenvolveram, a partir do Instituto Internacional de Bibliografia⁵, uma articulação entre os sistemas práticos de informação e a estruturação teórica (RAYWARD, 1997).

Mas é apenas com a publicação do *Traité de Documentation*, em 1934, que Otlet passa a utilizar o termo *Documentation*, para este novo domínio do conhecimento, que consiste em oferecer princípios documentais sobre todo tipo de fato e de informação documentada, tais como: registro, conservação, circulação, organização, indexação, resumos e fichamento (SILVA; FREIRE, 2012; LARA; ORTEGA, 2010).

No âmbito das discussões fomentadas por esta pesquisa, cabe refletir também sobre o conceito de documentação e suas derivações no campo da Museologia como documentação museológica e documentação em museus, (grifo nosso) ambas utilizadas, muitas vezes, como sinônimas, o que reflete segundo Carvalho e Scheiner (2014) um conflito na própria concepção do que venha a ser o objeto da Museologia. Dessa forma, as autoras propõem uma diferenciação conceitual:

Documentação museológica seria a documentação que abarca as contribuições sobre o campo da Museologia, neste caso considerando o termo museológico referente à Museologia [campo científico] e não a museus. [...]
Assim, a Documentação [disciplina] em museus seria o processo de documentação aplicado em museus (p. 4587).

A partir dessa contextualização retoma-se a noção da Documentação⁶ como campo teórico que trata dos problemas de produção e uso da informação (LARA; ORTEGA, 2010) e da documentação como prática desenvolvida nas instituições (museus, arquivos e bibliotecas). Baseando-se nessa concepção pressupõe-se a Documentação como uma área teórico-metodológica que tem como campos de análise e estudo a Ciência da Informação e a Museologia e como *lócus* de aplicação os museus (FERREZ, 1994, n.p.).

⁵Paul Otlet e La Fontaine criaram inicialmente o Escritório Internacional de Bibliografias subsidiado pelo governo Belga, e a partir da Conferência Internacional de Bibliografias criaram o Instituto (RAYWARD, 1997).

⁶Na França a Documentação é uma carreira acadêmica específica distinta da Biblioteconomia, realizados em universidades e escolas profissionais, que desde 1969 já forma profissionais, enquanto técnicos, graduados ou em nível de doutorado, ressaltando-se aqui as distinções entre o ciclo de formação brasileira e francês (CUNHA, 1998). No Brasil, as incursões pela Documentação iniciam-se com a criação do Instituto Brasileiro de Museus - IBB, em 1954, que a partir da associação com instituições internacionais, promovia o curso de “documentação científica” que foi englobada ao curso de mestrado em Ciência da Informação desenvolvida pelo IBB em 1970 (ODDONE, 2006).

A literatura⁷ levantada destaca como um aspecto negativo o fato de não existir no campo de museus uma articulação entre a teoria e a prática, então parte-se do pressuposto de que as discussões teórico-metodológicas da Documentação não estejam sendo aplicadas na documentação do museu.

Cabe esclarecer que a abordagem deste estudo tem uma perspectiva interdisciplinar⁸, que reconhece os limites e metodologias de cada campo como disciplina específica, mas evidencia que existe uma relação de trocas e entrecruzamentos dos três campos – Documentação, Museologia e Ciência da Informação. Dessa forma, se questiona a documentação dos museus a partir da Museologia, da Ciência da Informação e da Documentação com vistas a propor a construção de um fundamento comum e sistemático da prática da documentação nos museus.

Corroborar-se com a perspectiva das autoras DeCarli e Tzagaraki (2006) que ao tratar dos inventários de bens culturais numa vertente ampla, afirmam que o mesmo seria um sistema integrado para registrar, inventariar e catalogar estes bens, dessa forma, argumentam que estas ações se inserem na função de preservação das instituições responsáveis pela guarda destes bens, o que também contempla a difusão, no sentido de conhecer as ações empreendidas. Com relação aos usuários do sistema de documentação, as autoras identificam dois tipos:

Os internos à instituição patrimonial, que são os técnicos e profissionais que nela trabalham e que são responsáveis por alimentar o inventário (inserir dados) ou fazer usos dos mesmos (extrair dados) para fins de seu trabalho na instituição. O segundo grupo são os usuários externos, o qual tradicionalmente, se limita aos especialistas/ investigadores que utilizam a base de dados – prévia autorização – para seu trabalho profissional (p. 6, tradução livre).

Apesar de considerar tal ponto de vista, o enfoque que este estudo propõe é o primeiro grupo acima indicado, os usuários internos, também nomeados de público interno e as possíveis utilizações do sistema de documentação que são empreendidas por eles no sentido de produção, organização, disponibilização e uso da informação, por considerar, com base no que já foi exposto, que são ações e processos informacionais que qualificam o museu como instituição de pesquisa, preservação e comunicação. Assim, considera-se que a informação fornecida pela

⁷ Camargo-Moro (1986), Cury (2005).

documentação, se antes organizada e tratada com a finalidade de torná-la acessível ao máximo, possibilita que o sistema atenda de forma crescente a variados públicos e para diversos fins.

Partindo deste pressuposto, ressalta-se que o estudo apresentado se constitui num estudo de caso, e, portanto, responderá, em primeira instância, ao desenvolvimento da documentação do Museu da Abolição, ao questionar os pressupostos inerentes ao fazer prático ou a integrar na prática o que a teoria recomenda. Nesse sentido, como museóloga da instituição, a autora busca relacionar a teoria à materialidade da realização prática numa perspectiva social, política e, sobretudo, científica.

O Museu da Abolição - MAB⁹, localizado na cidade de Recife, é um museu público federal, administrado pelo Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, órgão regulamentador do campo, responsável pela criação e fiscalização de políticas para o setor, que tem no Estatuto dos Museus¹⁰ seu maior instrumento conceitual e jurídico.

O MAB possui como missão institucional a preservação, pesquisa, valorização e difusão do patrimônio afrodescendente. Temática muito expressiva na sociedade brasileira por se tratar de uma grande parcela da população, que por muito tempo foi negligenciada e alvo de diversas teorias preconceituosas e que agora luta pelo reconhecimento e aceitação de sua identidade cultural e política. Nesse sentido, o MAB tem o papel de auxiliar neste processo a partir do estímulo à reflexão sobre estes processos e o fortalecimento da identidade e cidadania do brasileiro.

Compreende-se que as ações de preservação e pesquisa são efetivadas a partir das ações de documentação sobre o patrimônio material e imaterial¹¹ e que a divulgação e valorização só são possíveis a partir da disponibilização dos documentos de forma ética e valorativa.

⁸Compreende interdisciplinaridade e transdisciplinaridade a partir da perspectiva de Olga Pombo (1994, 2003) que será detalhada e desenvolvida no capítulo 02.

⁹O Museu da Abolição será caracterizado no tópico 1.4 deste capítulo.

¹⁰Lei 11.904/2009, primeira lei abrangente para os museus brasileiros, em vigor para os museus federais desde 2011 - define as normas gerais a serem observadas pelos museus, instituições e processos museológicos, podendo ser suplementada pelos Estados.

¹¹Denomina-se patrimônio material os bens tangíveis, que possuem suportes físicos e são provas materiais dos povos e também de seus entornos. E, denomina-se patrimônio imaterial as práticas e manifestações da cultura que agrega os bens culturais intangíveis, isto é, aqueles que mesmo não

Nesse sentido, a realização dessa pesquisa tem um papel importante, pois, pode contribuir para a elaboração de políticas públicas, no âmbito da documentação em museus, condizentes com os objetivos de cada instituição museal, numa perspectiva colaborativa no sentido de acentuar o papel do museu como palco privilegiado para uma relação dialógica com a sociedade a partir da construção, documentação e comunicação dos seus acervos.

Este entendimento justifica a pesquisa na linha da Memória da Informação Científica e Tecnológica, seja como potencializadora da produção de informações sobre o uso social da herança cultural, seja na compreensão do objeto museológico, como bem cultural, social e participante ativo da memória coletiva. Portanto, imbuído de valor científico e tecnológico que necessita de ações voltadas para a sua preservação, bem como da construção de conhecimentos a partir deles.

Importante destacar que esta investigação também contribuirá para fomentar a discussão acerca da documentação em museus, a partir da perspectiva da comunicação, bem como para a preservação, organização e disponibilização da informação que é procedente dos objetos. Nesse aspecto, os estudos desenvolvidos na CI também intensificam esse diálogo entre os dois campos.

Com base no levantamento realizado, o tema é discutido em quatro capítulos, incluindo a introdução. O primeiro capítulo descreve o recorte temporal da pesquisa, objetivos, justificativa, escopo e metodologia utilizados. O segundo capítulo aborda a construção do referencial teórico, contemplando os inter-relacionamentos entre a Museologia e Ciência da Informação tendo como foco a informação e as correlações com a Documentação de maneira ampla. A pretensão foi discutir a formação do acervo dos museus como precursor na obtenção e produção da informação configurando as suas diversas perspectivas: social, material, cultural e pública, numa perspectiva contextual e sociocognitiva.

O terceiro capítulo aborda a discussão dos dados teóricos levantados sobre Documentação em museus para analisar em que consiste um sistema de documentação, evidenciando o papel do documento – materialidade da informação - e destacando o processo de organização e tratamento da informação num sistema para fins de recuperação e disponibilização. Nesse sentido, objetivou-se identificar

tendo suporte físico são reconhecidos como representações documentais da memória coletiva, no acervo dos museus.

os usos e público/usuários de um sistema, almejando sua caracterização e, dentro do possível, sua ampliação.

O quarto capítulo analisou a documentação do Museu da Abolição, detalhando essa prática na instituição correlacionando-a ao seu histórico e à perspectiva da Nova Museologia adotada pelo museu, nesse sentido, verificará como a documentação se fundamenta nos conceitos e teorias descritas no capítulo anterior, e se a prática e o discurso do museu são coerentes com as pesquisas teóricas que vêm sendo desenvolvidas sobre documentação em museus.

1.1 Objetivos do trabalho

1.1.1 Geral

Analisar as formas de organização, disponibilização e uso da informação a partir da Documentação, tendo como foco o sistema de documentação do Museu da Abolição.

1.1.2 Específicos

- Identificar como a informação produzida através da documentação é disponibilizada para o usuário interno;
- Investigar as práticas de documentação presentes no Museu da Abolição- MAB;
- Examinar os produtos documentários que são gerados a partir da documentação no MAB.

1.2 Trajetória metodológica

De acordo com a classificação proposta por Vergara (2007, p. 47), a pesquisa pode ser definida em dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios. Usando esta taxonomia, para a presente pesquisa, considera-se que quanto aos fins ela é exploratória, pois buscou aproximar-se da temática a partir da análise teórica e

da sistematização sobre os procedimentos documentais, principalmente concernentes à área da Organização e Representação da Informação.

Quanto aos meios, a pesquisa se caracteriza como bibliográfica, documental e de campo. Segundo Vergara (2007, p. 48), a pesquisa bibliográfica “é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros”, enquanto a pesquisa documental “é realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza” e a pesquisa de campo “é a investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo”.

Seguindo esta classificação, esta pesquisa é bibliográfica para o desenvolvimento teórico e metodológico do trabalho. O levantamento dessas fontes foi feito em diversos meios – bibliotecas, arquivo, base de dados, sistemas de busca - e suporte - digital ou impresso, com temas que versam sobre a documentação, a organização, representação, disponibilização, recuperação e uso da informação em museus. Neste sentido, a pesquisa também é documental, a partir do levantamento e descrição dos produtos documentários referentes ao acervo do Museu da Abolição.

Com relação a estes produtos, utiliza-se a definição de Yassuda (2009, p. 24) de que são “resultantes da atividade de documentação em museus”, os quais seriam os livros de tombo, inventário, catálogo, ficha classificatória, índice e etiqueta (YASSUDA, 2009, p.24). Baseando-se em Camargo-Moro (1986) Yassuda(2009, p. 24) considera que:

No livro de tombo são registrados os objetos assim que chegam ao museu, assim como a sua baixa. [...] O inventário seria o levantamento individualizado e completo dos bens de uma instituição ou pessoa. Nele consta o registro, identificação e classificação. Denomina-se catálogo o conjunto de fichas de diversos tipos e diferentes conteúdos, ordenadas sistematicamente. O ato de classificar também pode ser chamado de catalogação aprofundada, baseado nas fichas classificatórias. A classificação ou catalogação é uma etapa de análise profunda da peça, exigindo uma pesquisa apurada. Os índices seriam ramificações da ficha classificatória, competindo a ele possibilitar a recuperação por diferentes entradas (autor, tema, localização no acervo, etc.). As etiquetas são utilizadas como decodificadores das peças, acompanhando-as na exposição.

Em paralelo também foi utilizada a documentação regulamentadora das instituições museológicas, como: Plano Museológico, Política de Aquisição e

Descarte, bem como o Regimento Interno da instituição, documentos considerados norteadores das práticas da instituição e que dão diretrizes para a documentação.

No que concerne aos procedimentos adotados para o desenvolvimento da pesquisa foi dividido em três etapas: levantamento bibliográfico; levantamento documental – trabalho de campo desenvolvido no local de pesquisa para descrição e caracterização do sistema de documentação utilizado; e análise acerca dos dados coletados.

A etapa inicial consistiu-se do mapeamento sistemático da literatura em Ciência da Informação a partir dos bancos de dados da Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação- BRAPCI, nos anais do Encontro Nacional de Ciência da Informação- ENANCIB, sendo estes um levantamento de aproximação com a temática. Também foram feitas consultas às referências bibliográficas listadas em dissertações e teses sobre a temática para fundamentar os argumentos apresentados a partir de teorias desenvolvidas e consolidadas.

Foi realizada a análise sistemática dos dados bibliográficos, visando identificar as formas possíveis de organização, disseminação e uso da informação, com base nos conceitos extraídos da Ciência da Informação - CI, principalmente sobre sistemas de Informação¹², suas etapas, métodos e processamentos. Com estes dados foi construído o referencial teórico, visando focar a documentação no âmbito da CI, da Documentação e da prática em museus.

Dessa forma, na segunda etapa desenvolveu-se a pesquisa de campo no Museu da Abolição, que teve como objetivo descrever e caracterizar o sistema de documentação para proceder à comparação com os dados teóricos anteriormente referenciados, o que permitiu verificar de que maneira a documentação do Museu da Abolição se fundamenta a partir deles.

Evidencia-se que nesta etapa os dados foram coletados a partir de leituras e sistematizações, além de consultas aos técnicos do museu. A partir de então foi possível descrever a documentação e sua trajetória orgânica.

¹²Aqui se referindo a “um conjunto de partes ou elementos que formam um todo unitário ou complexo. Os sistemas são feitos de dois tipos de componentes ou partes: físicos: (concretos, itens materiais) e conceituais (conceitos, ideias, símbolos, procedimentos, regras, hipóteses)”. (MAXIMINIANO, 1997, p. 238 citado por CERAVOLO, 1998, p. 55).

A terceira etapa se fundamentou na análise da documentação do acervo (fichas, arrolamentos, esquemas, catálogos, banco de dados), o tratamento dos dados foi por análise de conteúdo, visto que os dados obtidos com os produtos documentais foram organizados com a finalidade de auxiliar na investigação sobre a disponibilização da informação documentária. Considerando-se análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores, (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2009, p.44).

Neste estudo, a análise foi realizada a partir de procedimentos qualitativos, conforme sinalizam Laille e Dionne (1999, citado por VERGARA, 2005, p.19):

Focalizam as peculiaridades e as relações entre os elementos. Enfatizam o que é significativo, relevante, o que pode não ser necessariamente frequente no texto. A interpretação dos resultados pode ser realizada por meio de emparelhamento (pattern-matching) ou da construção iterativa de uma explicação. A primeira modalidade diz respeito à associação dos resultados ao referencial teórico utilizado, procedendo-se à comparação. A segunda refere-se à construção de uma explicação com base nas relações entre as categorias (VERGARA, 2005, p.19).

Dessa forma, objetivou-se que o referencial teórico construído a partir da bibliografia servisse como contexto para comparação das práticas informacionais desenvolvidas no Museu da Abolição. Tomando como contexto “o quadro mais amplo em que o usuário potencial opera” (McCREADIE e RICE, 1999 citado por COURTRIGHT, 2007, p. 276, tradução livre), considerando ainda que “contexto inclui aqueles elementos que têm uma influência mais duradoura e previsível sobre as práticas informacionais” (COURTRIGHT, 2007, p 276).

O contexto aqui foi delimitado pela busca por uma interconexão das teorias vindas da Ciência da Informação, Museologia e Documentação. No entanto, na tentativa de demonstrar essas relações empiricamente com o estudo do sistema de documentação de um museu, pode-se caracterizar a pretensão deste estudo como uma teoria sobre a prática, considerando prática, a partir do conceito de “*Habitus*” de Pierre Bourdieu (1994), ou seja:

Um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas, que permitem resolver os problemas da mesma forma, e às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidos por esses resultados (p. 65).

Dessa forma, a prática, ou seja, modos de agir que distinguem um grupo, determinado, neste caso, pelo fazer documental desenvolvido no Museu da Abolição, foi visto como uma fronteira de análise para o contexto, buscando as explicações dentro desses limites, como é possível verificar nos capítulos que seguem.

Em suma, de acordo com os objetivos estabelecidos para esta pesquisa, foram elencados o relacionamento entre a Museologia e a Ciência da Informação no âmbito da Documentação e Documento, as formas de organização e recuperação da informação museológica, examinando os produtos dessa organização no Museu da Abolição e em seguida identificando as formas de disponibilização da informação ao público interno.

2 MUSEOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: RELAÇÕES PERMEADAS ENTRE A CIÊNCIA E CAMPOS DO SABER

O museu é uma instituição que possui uma natureza interdisciplinar, sendo foco de análise e discussão de diferentes campos, como a Museologia e a Ciência da Informação; campos de conhecimento que se encontram no sentido de refletir sobre a informação que é coletada, registrada, armazenada e disponibilizada para o usuário. No entanto, para elucidar tal afirmativa é necessário apresentar a Ciência da Informação - CI e a Museologia e suas relações no contexto teórico e metodológico que as engloba.

Desta forma, à luz da necessidade de caracterizar a articulação entre a Museologia e a CI, para demarcar as singularidades do processo que se convencionou chamar documentação e as práticas de organização da informação desenvolvidas nos museus, buscou-se sintetizar perspectivas teóricas que explicitam e justificam as formas de associação entre os dois campos. Em um

primeiro momento tal empreendimento se deu a partir das definições da ciência no contexto dos termos pluri, inter ou transdisciplinar e em seguida, a partir das relações desenvolvidas na sociedade em termos da produção, disponibilização e apropriação da informação no contexto dos museus.

Parte-se da compreensão de que a ciência não é neutra e sim fruto de embates políticos e sociais entre atores na defesa de seu campo, mais especificamente:

Vemos que os limites do campo científico-acadêmico das Ciências Sociais são dados através da epistemologia ou conjunto de princípios teórico-metodológicos que orientam a produção do conhecimento na área e acabam por expressar o grau de homogeneidade interno e delimitam certa identidade profissional dos sujeitos que dele participam. Esses limites estão em constante movimento, são afirmados e restabelecidos a partir das relações internas de seus atores e das relações externas com outros campos e espaços sociais (CAREGNATO, CORDEIRO, 2014, p. 41).

Seguindo esta análise, busca-se verificar a dinâmica de relacionamento entre a Museologia e a CI, tomando como base o campo das ciências documentais, ao mesmo tempo que se pretende ressaltar como são superadas as barreiras e os limites institucionais e acadêmicos para explicitação de seus fundamentos comuns.

Para tal, esta pesquisa fundamenta-se a partir dos estudos empreendidos por Diana Farjalla Correia Lima¹³ (2003) que utilizou os trabalhos de Pierre Bourdieu para caracterizar a relação interdisciplinar entre Museologia e Ciência da Informação e assim, admitir o incremento de uma nova área que transpassa e acolhe os dois campos, que é a informação em arte¹⁴.

O trabalho ora proposto se utiliza desta argumentação como referencial e o amplia no sentido de pensar as questões suscitadas pela prática da documentação em museus como arcabouço para a integração dos campos, independente da tipologia do acervo – artísticos, históricos, etnográficos entre outros.

¹³Professora do curso de graduação e Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UNIRIO/MAST. Doutora em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia, IBICT. Tese defendida em 2003, com o título: *Ciência da Informação, Museologia e fertilização interdisciplinar: Informação em Arte, um novo campo do saber*.

¹⁴Informação em arte pode ser considerada uma linha de pesquisa em CI, direcionada ao estudo da Informação em Artes, como trata Lena Vânia Pinheiro, precursora no uso e formação do termo e linha de pesquisa, se refere às informações produzidas academicamente sobre o estudo dos acervos artísticos e a informação especializada nos centros de documentação em arte. Pinheiro (1995) e Lima

Assim, investigar as formas de organização da informação em museus implica considerar os limites estabelecidos pelos princípios teórico-metodológicos que orientam a produção de conhecimento nas duas áreas envolvidas em seus campos específicos, considerando também as relações entre os profissionais que delas participam. Ou seja, uma análise de produção, contexto e relacionamento entre universos autônomos que se relacionam. Desta forma, uma apreciação chave para a união destes campos no escopo da CI é a interdisciplinaridade.

2.1 Formas de relacionamento entre museologia e ciência da informação na ciência

Quando se trata de relacionamentos entre estes campos, os estudos empreendidos mostraram que esta relação possui problemas como a própria falta de definição e estruturação teórica dos seus elementos convergentes¹⁵. Estas considerações estão também refletidas nas disciplinas que englobam estes campos e no caso deste estudo, será verificado na análise da área de Documentação em museus. Neste sentido, cabe empreender esforços para verificar o papel central no que se denominou relação interdisciplinar entre os campos da CI e da Museologia na seara científica.

Esta discussão inicial é necessária, pois se reconhece que a interdisciplinaridade é uma noção polivalente e com amplo significado, mas é também o fator chave para discutir a relação da Museologia com a Ciência da Informação, pois gera uma oportunidade de avanço teórico e conceitual para estas áreas. Entendendo que elas possuem “desenvolvimento histórico e configurações institucionais muito distintas” (ARAÚJO, 2014, p.5), esta aproximação demanda maior clareza sobre seus objetos e suas relações, especificidades e pontos comuns que os perpassam.

(1995, 2000, 2003), ao tratarem desse assunto, levanta bastante a área de museologia relacionando e justificando a formação da linha de pesquisa.

¹⁵ De fato, autores como Couzinet, Silva e Menezes (2007, p.1) afirmam que a CI “[...] desde a sua criação, vivencia uma crise de identidade e suas fronteiras com outras disciplinas não estão claramente delimitadas. Tratando este aspecto Rabello (2009), observou que o “caos conceitual presente na CI, tende a dificultar a sistematização de seus limites disciplinares e científicos” evidenciando assim “a necessidade de buscar e\ou construir bases teóricas que lhe ofereçam maior alicerce metodológico e conceitual, bem como maior consistência científica” (p.12).

Ressalta-se que a noção de interdisciplinaridade na CI comporta vários sentidos¹⁶ e conforme argumenta Tálamo e Smit (2007, p. 49), “é raramente discutido pela bibliografia, geralmente simplesmente afirmado”. O próprio conceito de interdisciplinaridade não possui uma estabilidade, sendo fruto das mais díspares definições (POMBO, 2003). Por isso, faz-se necessário estabelecer a atribuição que está se dando ao termo.

Assim, corrobora-se com a tese defendida por Olga Pombo (1994, p. 11) na qual a partir da evidência da flutuação dos conceitos relativos ao termo, desenvolveu um acordo terminológico e conceitual que visou integrar estas definições. Para tanto, estabeleceu que o conceito faz parte de uma “longa família de palavras”, a saber: pluridisciplinaridade (ou multidisciplinaridade), interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, que possuem em comum o “fato de designarem diferentes modos de relação e articulação entre disciplinas” (POMBO, 1994, p. 11). A autora defende que estes termos “são momentos de um mesmo contínuo: **o processo progressivo de integração disciplinar**” (p. 11, grifo do autor). A diferença entre estes conceitos recai sobre a maior ou menor integração entre as disciplinas, em que a pluridisciplinaridade seria o polo mínimo, a transdisciplinaridade seria o polo máximo e a interdisciplinaridade “o conjunto das múltiplas variações possíveis entre os dois extremos” (POMBO, 2012, p. 12).

A partir desta perspectiva de Olga Pombo, as autoras Tálamo e Smit (2007, p. 51) avaliaram a afirmação de que a CI teria como traço definidor a interdisciplinaridade e consideraram que isto é bastante problemático. Segundo as autoras, “a defesa deste ponto de vista esbarra com dificuldades insuperáveis na identificação das disciplinas convergentes, mas também na elaboração dos pontos de conjunção, a serem considerados” (TÁLAMO; SMIT, 2007, p 51). Além disso, para elas, esta noção não promove a compreensão do objeto, nem o avanço do

¹⁶ Araújo (2011, p. 121-122) ao discutir as relações institucionais e teóricas da Ciência da Informação com a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, traça um panorama sobre os diversos entendimentos do significado da interdisciplinaridade da CI, a saber: no momento de consolidação da CI, o entendimento era que esta seria interdisciplinar por que nela atuariam vários profissionais e pesquisadores de diversos campos sem definir, contudo, se isto geraria contribuições para estes campos. A partir da busca das primeiras definições da CI, o entendimento mudou e configurou-se que a interdisciplinaridade viria de sua condição de ciência que presta serviços de informação a outras ciências- uma espécie de metaciência. No mesmo momento, outra visão, argumenta que a CI está tentado ser interdisciplinar, assim reconhece que ela recebe contribuições de outros campos, mas como elas não recebem a mesma contribuição da CI não haveria interdisciplinaridade. E ainda, coexiste outra visão, que vem sendo desenvolvida nos últimos anos, onde a interdisciplinaridade seria uma predisposição para o diálogo e para as trocas de conhecimento oriundo de diferentes campos.

campo como área de conhecimento, visto que consideram a interdisciplinaridade não como um fator discriminante – mas sim um recurso estratégico de abordagem do objeto; alertam que tanta variedade de entendimento sobre seu significado acaba por comprometer a consolidação de uma identidade para o campo (TÁLAMO; SMIT, 2007, p. 40).

De acordo com as autoras, a interdisciplinaridade parece “sinalizar mais para a necessidade de identificação da complexidade do objeto” (2007, p.51) cuja abordagem exige uma configuração interdisciplinar. Neste sentido, argumentam que “a interdisciplinaridade não é traço do objeto nem da área” (2007, p.51), mas uma confluência de métodos e linguagens para construir um conhecimento sobre determinado tema.

As autoras supracitadas sinalizam que a área produziu resultados interessantes em torno das questões que são postas à sua vocação disciplinar, demonstrando a existência da pluralidade de métodos, técnicas e reflexões. Sendo estas questões tanto de natureza prática quanto teórica, a disciplinaridade da área se constituiria a partir das “contribuições teóricas e sistematizações de concepções que dependem diretamente da atividade profissional e social” (TÁLAMO, SMIT, 2007, p. 52). Assim, as autoras defendem que o foco mais adequado a esta perspectiva está mais na pluralidade do campo, do que na sua interdisciplinaridade, “ou seja, enfatiza-se a pluridisciplinaridade, visando alcançar uma interdisciplinaridade” (2007, p.52).

Esta linha de concepção insere a CI no campo das Ciências Sociais Aplicadas¹⁷, corroborando com a definição de autores como Borko (1968) e Saracevic (1996), estes colocam que a CI deve orientar-se pelos problemas e os métodos para solucioná-los, tendo tanto um componente de ciência pura, voltada para a pesquisa científica, como um componente de ciência aplicada, voltada para a prática profissional.

Verificou-se que este caráter de aplicação, indicado na literatura, se mantém de maneira próxima às noções de interdisciplinaridade presentes na CI, associando-se também à noção de horizontalidade, pois “aquilo que lhe é particular perpassa outros domínios, de modo independente, sem implicar em reciprocidade,

¹⁷Considerada assim também pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

como preconiza que deva ocorrer nos processos interdisciplinares” (LIMA, 2008, p. 2).

Reconhecendo estas nuances teóricas relacionadas ao tema interdisciplinaridade, Rodrigo Rabello (2009) assume enquanto problemática que existe na Ciência da Informação uma ênfase na abordagem prática profissional em detrimento de uma abordagem epistemológica. Dessa forma, elabora uma síntese das abordagens presentes no campo disciplinar da CI, as distinguindo em:

- a) *Prático-disciplinar* – aqui a relação entre a configuração disciplinar da CI e as teorias de outras disciplinas formaria um conjunto de conhecimento instrumental para lidar com uma determinada fase e/ou problema em informação contemplando práticas, enfoques e espaços/ambiências informacionais particularizados. Como exemplo, podemos citar as explicações que aproximam a CI das teorias e práticas da Biblioteconomia, da Arquivística, da Museologia etc;
- b) *Epistemológica* – busca a processualidade histórica e teórica de tais enfoques práticos disciplinares no seu inter-relacionamento com o campo científico e filosófico. Portanto esta perspectiva acomoda o primeiro enfoque (prático disciplinar) num plano teórico metodológico explicativo na qual as práticas não formariam simplesmente uma disciplina e, sim, fariam parte de um conjunto de saberes que têm um lugar específico dentro do universo do conhecimento (RABELLO, 2009, p. 198 - 199).

Considera-se que Rabello (2009) amplia o quadro referencial da pesquisa, trazendo um maior discernimento sobre o objeto e objetivo da CI, assim como seus processos e relacionamentos com outros campos. Desta forma, é um estudo relevante por dar fundamentos teóricos para o argumento ora proposto, que se baseia em campos disciplinares autônomos que no seu inter-relacionamento geram proposições que devem ser aprofundadas e disseminadas no sentido de gerar um conhecimento consolidado sobre ele; principalmente considerando-se o objeto da presente pesquisa – documentação em museu.

Vale considerar também os estudos empreendidos pela pesquisadora Lena Vânia Pinheiro nos anos de 1998 e 2012 tratando da relação entre a CI e a Museologia e nos anos de 1997, 1999, 2006 e 2009, enfocando a interdisciplinaridade da CI ressaltada por autores como Gernot Wersig, nos anos de 1970 e por Tefko Saracevic, a partir de 1992.

Pinheiro (2012) admite que a interdisciplinaridade entre Ciência da Informação e Museologia se configura como uma situação excepcional no Brasil. A autora esclarece que ocorrem alguns “equivocos” na compreensão e identificação dos comportamentos designados como “interdisciplinares e aplicações” na história da CI, pois os movimentos de “aplicações se mesclam com a disciplina propriamente dita” (PINHEIRO, 2009). Neste sentido, considera a Museologia como locus de aplicação da CI (PINHEIRO, 2009), mas também um “movimento interdisciplinar” (PINHEIRO, 2012).

Lena Vânia Pinheiro, assim como Carlos Alberto Ávila Araújo, faz parte de um grupo de pesquisadores que estão vinculados a programas de pós-graduação em Ciência da Informação que mantêm um forte relacionamento com a Museologia e dedicam seus estudos a demonstrar esta associação. Também nos programas de Pós-Graduação em Museologia existem pesquisadores cuja carreira acadêmica se vinculam a Ciência da Informação, como Suely Moraes Ceravolo e Diana Farjjala Correia Lima. Esta interação acadêmica é bastante fecunda e valida o relacionamento entre os dois campos.

No âmbito da temática deste capítulo, quaisquer que sejam as formas de relacionamento entre a Museologia e a Ciência da Informação - CI no contexto da ciência, faz-se necessário destacar a observação feita por Lima (2008, p. 127) referente ao problema de inserir a Museologia em um grupo denominado “Ciências da Informação”, visto que essa “postura que não encontra concordância no domínio da Museologia na medida em que aceitar essa proposição promoveria a perda da sua identidade e do seu espaço conquistado no universo do conhecimento”.

Tendo em vista essa crítica, argumenta-se que o embasamento desta pesquisa se dá a partir da abordagem epistemológica ressaltada acima, por se considerar que o relacionamento da Ciência da Informação com a Museologia se processa a partir de trocas de conhecimentos entre os dois campos, mas que são reconstruídos em suas agendas de pesquisa para uma melhor compreensão dos

seus objetos. Assim, a concepção a ser apresentada enfatiza a relação da documentação com as origens, estruturas teóricas e métodos que a fundamentam no quadro referencial dos dois campos, elucidando ainda as questões incitadas pela Documentação¹⁸.

Também por se considerar, baseado nos estudos desenvolvidos por Lima (2001, 2003, 2008), que o relacionamento disciplinar entre a Museologia e a CI transpassou o modelo prático-disciplinar e desenvolveu-se a partir de um “exercício da ‘ação concertada’¹⁹ [...] que os estudos epistemológicos creditam à natureza da formação interdisciplinar” (LIMA, 2008, p. 11).

Corroborar-se assim com o entendimento da autora, mostrando que a interdisciplinaridade “constitui processo para integrar discursos e atividades das áreas/disciplinas sob perspectiva de base dialógica em contraponto à fragmentação e ao isolamento que havia caracterizado o cenário do saber” (LIMA, 2008, p.4) das especializações.

A partir dessa contextualização a análise da autora convergiu para os estudos investigados por Pierre Bourdieu, para entender os conflitos e tensões entre os campos disciplinares e interdisciplinares motivados pela disputa por uma posição de destaque enquadrando os campos, que Bourdieu denominou de sistemas simbólicos (BOURDIEU, 1989, p.5), visto que se referem às “manifestações das práticas e representações culturais ilustrando aspectos da realidade social” (LIMA, 2003, p. 5). As profissões, enquanto práticas culturais utilitárias necessitam da legitimação acadêmica, pois está atrelada ao capital científico²⁰. Esta justificação científica é comum a todas as áreas – como os campos simbólicos de Bourdieu – que buscam validação a partir da enunciação da verdade.

Considerou-se também o estudo de Murguia (2014), o qual, ao tratar das relações da Ciência da Informação com Arquivologia e a Biblioteconomia,

¹⁸Esta será desenvolvida no terceiro capítulo.

¹⁹Lima argumenta com base em Japiassu (1976) que a ‘ação concertada’ foi um termo usado desde os anos 70 na França e designa os processos induzidos ou estimulados relacionados a pesquisas orientadas para atender a um propósito comum de diferentes campos do saber, ou melhor no contexto da interdisciplinaridade “diz respeito ao processo de intermediação que procura superar o isolamento ditado pelos núcleos distintos das pesquisas apontadas como de ordem fundamental e de ordem aplicada” (LIMA, 2003, p. 63)

²⁰Segundo Bourdieu (2004) o capital científico é uma espécie de capital simbólico que consiste no reconhecimento atribuído pelo conjunto de pares concorrentes no interior do campo científico. Proporciona aos seus detentores uma autoridade e contribui para definir as regras do jogo, as leis que fazem importantes ou não escrever sobre o tema.

concluiu que estas aproximações não são apenas epistemológicas ou práticas, mas também devem ser levados em consideração os agenciamentos de poder, ou seja, o controle que as áreas exercem sobre quem e onde se enuncia o discurso, visto que para se justificar cientificamente, elas precisam validar-se socialmente. Neste sentido, ele assume a Ciência da Informação como dispositivo de poder que se respalda cientificamente a partir das práticas e saberes das outras áreas. Nota-se então que esses campos podem se associar para tratar determinados assuntos, como nesse caso a documentação, visando gerar formulações mais amplas e generalizadas para um universo de aplicação em comum que seria o museu.

Conforme demonstrado nesta contextualização, o relacionamento entre a Museologia e a Ciência da Informação se dá a partir da pluridisciplinaridade, que seria definida como “qualquer tipo de associação entre duas ou mais disciplinas, que não altere a forma ou organização do ensino, e supõe algum esforço de coordenação” (POMBO, 1994, p. 12) – ou seja, uma perspectiva de pontos de vista paralelos (POMBO, 2003).

Muito embora, como demonstrado, alguns pesquisadores, principalmente os que estudam a Informação em Arte, entendem que este relacionamento acontece a partir da interdisciplinaridade, neste sentido atuaria enquanto uma “combinação entre duas ou mais disciplinas” objetivando “a compreensão de um objeto a partir da confluência de pontos de vistas diferentes e tendo como objectivo final a elaboração de uma síntese relativamente ao objecto comum” (POMBO, 1994, p.13), sendo esta a perspectiva de convergência, de complementaridade (POMBO, 2006).

No entanto, concorda-se com a argumentação de Tálamo e Smit (2007, p. 52), para quem a área se constituiria na relação solidária entre as teorias e sistematizações de concepções que são produzidas na atividade profissional e social, estabelecendo um corpo conceitual próprio. Sendo assim, o foco mais adequado seria o pluralismo do campo, ou melhor, “ênfatisa-se a ‘plu[ri]disciplinaridade’, visando alcançar uma ‘interdisciplinaridade’”.

As autoras definem que o objeto da CI não é o conhecimento, nem o suporte ou o local, “mas algo tangível - a informação representada em diferentes formatos de organização”. Neste sentido, os problemas orientadores da CI ocorrem por conta da “própria complexidade e contradições do conhecimento”, fazendo-se

necessário à elaboração de “estruturas de ordenação que permitam transformá-lo em informação” (TÁLAMO; SMIT, 2007, p. 54). Dessa forma, segundo as autoras,

[...] o campo teórico da CI deve se organizar em torno de três elementos fundamentais:

1. Desenvolvimento de métodos para cada uma das suas perspectivas teóricas, reconhecendo seu pluralismo;
2. Confronto entre conceitos sejam eles originais ou tomados de empréstimo, estabelecendo a autonomia da sua linguagem e construindo, de fato, sua interdisciplinaridade;
3. Desenvolvimento de estratégias de uso e de mediação da informação (TÁLAMO; SMIT, 2007, P. 54).

Nesta linha de raciocínio, as autoras contextualizam o objetivo da CI pela perspectiva informacional, ou, “abordagem informacional do mundo” (TÁLAMO; SMIT, p.40), a qual exemplificam a partir de autores considerados por elas como os quatro vértices de conformação do pensamento da área ao longo do tempo: Gabriel Naudé, MevilDewel, Paul Otlet e Derek Jonh de SollaPrice (TÁLAMO; SMIT, p.41).

Entende-se que esta perspectiva informacional engloba o objetivo da CI na elaboração de temas para análise dos fluxos e recuperação da informação. Para tanto, necessita da elaboração de um sistema conceitual com aderência às perspectivas do campo e as estratégias estabelecidas em um quadro conceitual ampliado que resulte da recuperação das linhas constitutivas da Ciência da Informação, como a Documentação e as perspectivas advindas de outros campos do conhecimento que também trabalham os fluxos da informação.

Corroborando-se com esta linha de argumentação, um objetivo metodológico perseguido por este estudo consiste em desenvolver um conhecimento unificador, a partir das áreas em questão – Ciência da informação, Museologia e Documentação – para tratar a informação que é produzida no Museu da Abolição a partir dos objetos, caracterizando a documentação, que por suas atribuições, permeia e integra estas áreas e por isso demandam um conhecimento unificador, conforme será argumentado a seguir.

2.2 Formas de relacionamento entre a museologia e a ciência da informação na sociedade: a informação no contexto do museu

Os campos do conhecimento produzem e trabalham com informação. No entanto, o que os diferencia é a maneira como ela é tratada, organizada e

definida. Nesta discussão a informação será tratada de forma ampla, não apenas enquanto objeto de uma teoria, mas também como fator de integração para o relacionamento da Ciência da Informação e da Museologia numa perspectiva que envolve as dimensões de materialidade, portanto, enquanto documento passível de processamento e também constituído por seu caráter público e social.

Para ilustrar o desenvolvimento dos estudos sobre o conceito de informação na CI, existe a necessidade de ressaltar a distinção feita por Capurro (2003) entre os três paradigmas predominantes que servem de orientação para os estudos no campo, o paradigma físico, o cognitivo e o social (SANTOS, 2012, p. 124), mas cujas teorias se entrecruzam em variados estágios e momentos, como afirma o próprio Capurro (2003). Todavia, não se pretende, neste momento, focar nestes paradigmas, apenas estabelecer que os estudos desses pressupostos são importantes para o entendimento do conceito de informação, no qual se respalda o presente estudo, pois auxilia na apreensão de conceitos chaves e relacionados, como: o objeto, o usuário, o contexto social e as interações entre eles.

Desta maneira, centrada na perspectiva sociocognitiva da informação é que se discutirá a relação entre informação, documento e museus, isso porque, essa visão privilegia uma inserção social como fundamental para a significação do objeto/documento como informação. Compreende-se que “a informação é um conceito subjetivo, mas não [...] em um sentido individual. Os critérios sobre o que contam como informação são formulados por processos socioculturais e científicos” (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p.192).

Como afirma Buckland²¹ (1991) uma grande variedade de coisas pode ser considerada informativa, dependendo apenas de um olhar que a retire do anonimato para vir a ser. Nessa perspectiva, a informação passa por significação, categorização e reconhecimento intencional baseados num determinado contexto institucional ou social e em determinado tempo e espaço (SMIT, 2008). Desse modo, a informação é socialmente construída, com a intenção de expressar, descrever ou representar um fenômeno físico ou mental (BUCKLAND, 1991).

²¹Buckland (1991, p. 352) analisa três usos do termo de informação na CI: informação como processo (ato de informar), informação como conhecimento (conhecimento comunicado), e informação como coisa (materializada) e ainda distingue dois aspectos da informação, tangível (informação física) e intangível.

Marteleteo e Nascimento (2004) ampliam o entendimento de Buckland, ao argumentar que essas abordagens são “distinções frente às propriedades transcendentais da informação”, desta forma a informação “não é apenas uma coisa a ser fisicamente observada e sim historicamente construída”, as autoras defendem que a informação está inserida em dimensões históricas, culturais, econômicas, tecnológicas, sociais e políticas (MARTELETO; NASCIMENTO, 2004, p.8).

Nessa linha de argumentação, no artigo “A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje”, Lara e Ortega (2010) analisam o documento como objeto informacional, ou seja, a partir de sua capacidade de ser informativo, o que implica, segundo as autoras, considerar “o aspecto pragmático do objeto informacional à medida que revela o caráter social e simbólico da informação” (LARA; ORTEGA, p.1-2).

Desse modo, a partir da revisão de algumas propostas sobre documento e Documentação, concluem que:

A reiteração das afirmações sobre o documento como instância física e informativa corrobora o caráter pragmático da noção de documento. Sob esta perspectiva, o tratamento da informação não se dissocia dos contextos culturais de produção e uso do conhecimento, demandando a combinação de referências da produção informacional, dos objetivos institucionais e dos elementos cognitivos e comunicacionais dos públicos da informação, como meios de otimizar a circulação social da informação (LARA; ORTEGA, 2010, p. 16).

Nestas perspectivas, a informação é materializada, mas não no sentido de evento isolado, mas no sentido de construção histórica, envolta em processos sociais, políticos e institucionais que lhe dão forma e que também são estruturados por ela, é nesta instância que a informação se constitui enquanto documento com caráter de prova e ao mesmo tempo representação de uma realidade (MARTELETO; NASCIMENTO, 2004; FROHMANN, 2008).

Em suma, o que se reitera com estas argumentações, tendo como base principalmente Frohmann (2008, p. 20), é que a materialidade da informação é um elo entre o conceito de informação e as práticas públicas e sociais, e essa materialidade é convencionalmente denominada de documento.

Estas afirmações evidenciam o aspecto social da informação, ou seja, enquanto produto do intelecto humano que é materializado, a informação é suporte de um conhecimento formado a partir de um contexto social e cultural. Desta forma, constituem-se em registros potenciais das estruturas sociais, portanto, é a partir da

seleção, análise e comunicação desses suportes que serão construídos a memória e o esquecimento social (CASTRO, 1999).

Destacam-se nesse processo as contribuições de Meyriat 1981²², que define documento como um objeto “que dá suporte à informação, serve para comunicar e é durável” (citado por LARA; ORTEGA, 2011, p.21). Nessa concepção, de acordo com Lara e Ortega (2011), interagem duas noções “uma de natureza material (o objeto que serve de suporte) e outra conceitual (o conteúdo da comunicação, ou seja a informação)”, dessa forma, na análise de Meyriat, para que algo seja definido como documento é preciso antes compreender os significados da mensagem que o mesmo tem função de transmitir.

Com base nos estudos e constatações de Lara e Ortega (2011), Monteiro (2014, p.35) chega à conclusão que foi Meyriat quem estabeleceu um modelo para a compreensão de documento no contexto dos museus, ao distingui-lo em duas noções equivalentes: *intenção* e *atribuição*, sendo a primeira categoria referente àqueles “criados conscientemente para informar”, e a segunda àqueles “que não foram criados com essa intenção, mas que podem ser transformados em informativos”.

Esta perspectiva é compartilhada por Rabello (2009, p. 27), demonstrando ainda que a concepção de documento, enquanto objeto de estudo da Documentação, foi gestada inicialmente por Otlet (1868- 1944) ao se interessar pela informação documentada, considerando absolutamente tudo como documento. Entretanto, Rabello (2009) considera que as ideias deste não representem um rompimento, mas uma adição de valores ao movimento que estava sendo gestado na Europa a partir da Bibliometria e esta, por sua vez, sofre influências da Escola dos Annales²³, cuja discussão centrava-se na construção teórica metodológica, acerca do tempo histórico, bem como, a inserção de novas fontes, objetos e técnicas que giravam em torno do documento (RABELLO, 2009, p. 156). Além disso, o autor considera que Suzzane Briet (1951), enquanto discípula de Otlet retoma seus pensamentos, fundamentando as características para o que seria

²²Pesquisador francês que continuou o trabalho desenvolvido por Paul Otlet no âmbito da Documentação a partir do grupo de pesquisa da Ciência da Informação e Comunicação, conforme será visto no capítulo 3.

²³Rabello defende que o Movimento dos Annales contribuiu para ampliação conceitual do documento imerso em um amplo universo da cultura material e assim, poderia ter influenciado direta ou indiretamente a sua apreensão no campo da Documentação.

constituído como documento no plano da *evidência*. No entanto, Rabello argumenta que foram as contribuições de Meyriat (1981) e de Escarpit (1981) que aproximaram o conceito de documento ao universo da cultura material.

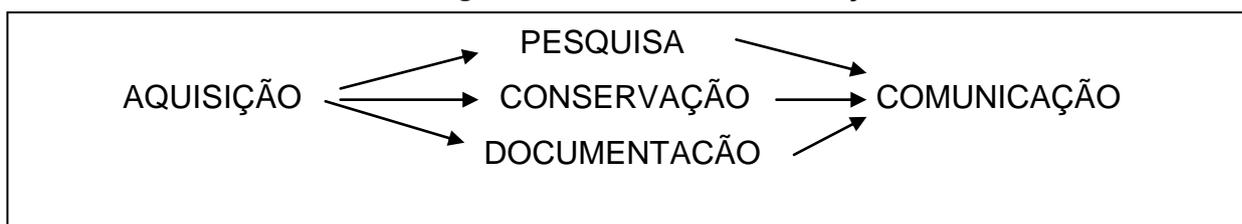
Nesta argumentação se insere a informação, em seu caráter material e social, no contexto dos museus. Segundo Loureiro (2008, p. 27) existem evidências do quanto o conceito de informação vem sendo basilar para o desenvolvimento da cultura ocidental, principalmente no âmbito da ciência e da tecnologia, assim, demonstra que a informação possui também importância para os museus enquanto elemento vital para a gestão, preservação e divulgação dos seus acervos.

O autor compreende que a “justificação e a validação” sociais do museu estão no sentido do objeto enquanto documento, ou melhor, no objeto museal como fonte de informação, que é construído tanto na materialidade, como na ordem do simbólico, por meio dos contextos históricos e socioculturais de sua produção e uso. Em outras palavras, o museu, se institui a partir de um processo de seleção das coisas materiais para sua preservação e comunicação, um ato denominado na Museologia de musealização, que, de acordo com Waldisa Guarnieri (1990) referenciada por Cury (2005, p. 24-25), constitui-se da “informação trazida pelos objetos (*lato sensu*) em termos de documentalidade, testemunhalidade e fidelidade.” Partindo desta concepção Cury (2005, p. 26) sintetiza:

Entende-se o processo de musealização como uma série de ações sobre os objetos, quais sejam: aquisição, pesquisa, conservação, documentação e comunicação. O processo inicia-se ao selecionar um objeto de seu contexto e completa-se ao apresentá-lo publicamente por meio de exposições, de atividades educativas e de outras formas.

Desta forma, a autora representa graficamente o processo de Musealização, iniciado com a aquisição do objeto, mas que também necessita de outros processos (2005, p.26):

Figura 1: Processo de Musealização



Fonte: Cury (2005, p.26).

Pode-se concluir pela figura que os processos de pesquisa, conservação e documentação são ações que possibilitam a comunicação do objeto. Desta maneira, relacionam-se à perspectiva da informação no contexto do museu com os processos de organização necessários para fins de disponibilização. Como reflete Yassuda (2009, p. 42),

Falar em informação no museu, para alguns leigos parece ser um grande equívoco, afinal, no senso comum, informação é texto [...]. No entanto, os objetos também podem transmitir informação, é o que Buckland (1991) chama de informação-como-coisa. No entanto um objeto por si só não gera informação, devendo passar por diferentes etapas dentro de um museu para que seja um objeto informativo. Nesse sentido a informação-como-coisa seria a materialização da informação, os documentos produzidos a partir desses objetos, como os catálogos, os inventários e etiquetas [...].

Supõe-se que a documentação²⁴ é um processo que envolve operacionalizações destinadas à criação de normativas, procedimentos, modelos dentre outros que “estruturem a mediação dos diversos planos informacionais instituindo o controle dos variados significados e sentidos que ensejam a análise do documento” (LOUREIRO, 2008, p.25), para que possa ser comunicado como bem cultural.

Assim, os objetos do museu, como bens culturais, na medida em que se apresentam como detentores de significações, dizem respeito à “função de representação” ou “simbolização”²⁵ conforme Roger Chartier (1990, citado por LIMA, 2003 p.13). Tal qualidade “atribuída aos objetos pelo campo da cultura permite que sejam caracterizados tendo a base conceitual repousando na ordem simbólica” (LIMA, 2003, p. 13-14).

Cabe considerar que a seleção/aquisição, salvaguarda e exposição do objeto no museu evoca lembranças e constrói identidades, pois esses objetos são representativos de algum acontecimento, personagem ou lugar, que representam a memória da coletividade, logo, são detentores de significados atribuídos. Conforme aponta Sampaio (2014, p. 108), “o documento não significa pretérito, é um produto

²⁴Ressalta-se que a documentação em museus será desenvolvida no capítulo três.

²⁵ Refere-se as classificações, divisões e delimitações que são utilizadas para a construção da realidade social em diferentes, lugares e tempos. E apesar de compartilhados e de poderem ser naturalizados, não possui um sentido único, estável. Assim insere a representação ou simbolização em uma relação compreensível entre um signo visível e um significado, que é construído historicamente e a partir do meio (CHARTIER, 1990).

que a sociedade fabrica continuamente, segundo as mais variadas relações”. Neste sentido, são “construídos socialmente” e continuamente.

A reflexão sobre o objeto atualmente, segundo Sampaio (2014, p. 109), não se restringe a uma análise do passado, “mas a um exercício de interpretação da representação do passado no presente”, considerando-se que:

[...] os documentos reunidos, disponibilizados, adquirem novas significações e funções anteriormente não previstas, impregnado de subjetividades, vinculados a uma intencionalidade representacional e a um jogo de atribuições de valores socioculturais (p.111).

À guisa de um melhor entendimento recorre-se à Lima (2003, p. 14) que explica que os objetos de museu são “reconhecidos como documento, constituindo fontes de informação, são interpretados segundo Peter Van Mensch (1987), como ‘mensageiros de dados’”, ou seja, “trata da análise de veículos signícos abarcando as mensagens culturais trocadas entre o meio social e os indivíduos, segundo a visão da cultura, formalizando ‘código’ e operando sob a forma de sistema de comunicação” (LIMA, 2003, p.14).

Desta forma, Lima (2003, p.17) argumenta que o objeto do museu necessita de uma leitura de texto e de contexto, ou seja, uma interpretação que relacione a morfologia e os aportes culturais agregados. Enquanto o texto seria a própria identificação categórica do objeto – forma e conteúdo – o contexto, relaciona-se a outros referenciais interpretativos do objeto e suas relações no espaço-tempo. Esta leitura é que insere, segundo a autora, estes objetos na categoria de documentos como os de biblioteca e arquivo, a ser tratados pela análise informacional.

Também considera que os museus, em virtude das “demandas externas” – representadas pelas instâncias públicas e/ou privadas a que se vinculam e pelos públicos visitantes – e do seu “caráter técnico-funcional determinam processo de natureza informacional e comunicacional” (LIMA, 2003, p.16). Assim, a autora defende que a responsabilidade sob os bens museais “não pode prescindir o estudo técnico- conceitual adequado à sua identificação e ao seu manejo, dizendo respeito ao tratamento de análise que é específico da sua tipologia, abrangendo os contextos interpretativos que tomam como referência o objeto e a recepção deste” (LIMA, 2003, p.17).

A autora coloca ainda que a transmissão da informação dos objetos de arte se realiza a partir da exposição – espaço de linguagem, significação e interpretação ²⁶ – portanto, esta também possui a qualidade técnica de representar. Assim, insere a exposição no papel de texto-contexto no mesmo patamar que a obra de arte, logo, também deve ser submetida ao processamento técnico.

Explicando este raciocínio, Lima (2003, p. 19) afirma, que a informação especializada, constituída a partir do processamento técnico e da disseminação\transferência de informação, corresponde a dois “momentos” ou “tempos” vinculados à Museologia, denominados de Documentação (primeiro momento) e Comunicação²⁷ (segundo momento), que além de relacionar-se às funções no contexto dos museus (citado por MENSCH, 1987) são também disciplinas no contexto da Museologia.

Dessa forma, ao inserir a prática documentação na disciplina Documentação, Lima (2003, p. 19-20) argumenta que este processo se vincula ao conhecimento da Museologia, mas também da História da Arte (aqui se refere ao acervo da temática artística – objeto contextual da tese de Lima) e à Ciência da Informação – em se tratando dos Sistemas de Indexação e Recuperação de Informação (SIR).

Percebe-se, assim, que a documentação em museus tem suas particularidades, que tangenciam o objeto da Ciência da Informação – a informação representada (TÁLAMO; SMIT, 2007, p.52) – mas não podem ser explicadas apenas pela CI, mas sob o próprio ângulo da Museologia, visto que demandam recursos informacionais e comunicacionais, duas vertentes que devem ter um caráter de interação permanente, pois,

enquanto uma vertente está vinculada ao tratamento museológico da peça sob ângulos plurais da descrição morfológica, histórico-contextual e técnico-administrativa, a outra vertente está ligada a múltiplas perspectivas de leituras que se formalizam em produtos textuais e imagéticos integrantes dos seus referentes técnicos-interpretativos para estudo e relacionados ao processo da intermediação do conhecimento museológico (LIMA, 2003, p. 22).

²⁶Temática desenvolvida no âmbito da Museologia pelas disciplinas de Museografia e Comunicação.

²⁷Ainda segundo Lima (2003, p. 139) a Comunicação pode ser considerada no âmbito da Museologia como uma função técnica e encontra seu paralelo na CI no processo denominando Transferência da Informação.

Estas vertentes constituem a “unidade informacional do objeto”, visto que relacionam os dados intrínsecos e extrínsecos dos bens, integrando um “composto indissociável”, defende Lima (2003, p. 23). Tais vertentes, ao serem referendadas para análise da informação, configuram o conhecimento que conduz a autora a considerar a informação em arte como espaço para configurar na ‘categoria de campo híbrido’²⁸ a interdisciplinaridade entre a Museologia e a Ciência da Informação (LIMA, 2003, p.23).

Considera-se, assim, que a documentação em museus, a partir dos sistemas de documentação, trouxe aportes para o relacionamento entre a Museologia e a Ciência da Informação.

É nesse contexto que se torna compreensível o entendimento de Loureiro (2008, p. 23-25), para quem o conceito de documentação permite ativar uma série diversificada de áreas do conhecimento e disciplinas a partir das quais se abrem caminhos inter e multidisciplinares. Em se tratando de documentação em museus, o autor considera ainda que esta deve iniciar-se a partir da integração de todas as áreas do conhecimento presentes no museu (LOUREIRO, 2008, p. 25).

Nesta linha de argumentação, a documentação em museus enquanto ordenação e conectividade entre o conhecimento através do objeto e a sociedade, não se encontra a largo dos processos histórico-culturais, não sendo possível considerá-la neutra (LOUREIRO, 2008, p. 23). Conforme nos mostra Castro,

Investido na função social de não desaparecer, o objeto [museal] transfigura-se em relato, em história [...] ao mesmo tempo em que tem acrescido à sua dimensão funcional a instância de documento [...] são acrescidos outros significados de caráter simbólico e de feição histórica. Passa a ser expressão museológica, exemplar de sustentação da verdade conferida pelo museu no processo de seleção que o distingue dos demais que não alcançaram tal categoria (1999, p. 22).

Em síntese, percebe-se que a entrada do objeto no rol dos acervos de museus passa por uma seleção que não é neutra, “representa afirmação de identidade e garantia de autenticidade, traço identitário da instituição museal” (CASTRO, 1999, p. 22), mesmo que em muitos casos esta identidade esteja calcada em uma interpretação duvidosa sobre a história que não contemple as várias camadas e memórias sociais.

²⁸ Segundo a autora o termo híbrido caracteriza na terminologia interdisciplinar a fermentação das “interações heterogêneas”, baseia-se assim em Klein (1996).

Propõe-se como saída para este labirinto de incertezas sobre a preservação da memória a partir dos objetos do museu, sua ampliação enquanto local para reconstrução da história e da identidade a partir do passado, presente e futuro, a construção de suportes semióticos e sistemas de informação acessíveis e disponibilizados a seus usuários, buscando a troca de experiências e a interação entre todos os atores envolvidos e o museu.

Para orientar tal discussão, buscou-se no presente capítulo fundamentar os inter-relacionamentos entre a Museologia e Ciência da Informação tendo como foco as diversas perspectivas da informação que desencadeiam o contato entre estas áreas. A Documentação foi estabelecida como base teórica metodológica para orientar esse processo, assim o próximo capítulo dedica-se a detalhá-la.

2.3 Documentação

O ato de documentar os acervos é um importante ponto de partida para estudar os museus como unidade informacional, totalizando-se assim motivos para o cruzamento de interesses entre a Ciência da Informação, a Museologia e a Documentação.

Cabe considerar que o fazer documental sempre esteve presente na história dos museus, fato demonstrado pelo estudo realizado por Teresa Marín Torres (2002) intitulado “*Historia de La documentacion museológica: La gestión de La memoria artística*”; no qual se desenvolve uma extensa pesquisa sobre os acontecimentos históricos que culminaram na valorização da documentação e informação museológica na atual sociedade da informação²⁹.

No entanto, a presente pesquisa tem como foco a feição atual adquirida pela documentação a partir do desenvolvimento da Documentação por Paul Otlet³⁰ e Henri La Fontaine no final do século XIX, mais especificamente, centrando-se no uso do termo a partir da década de 1950. Isto porque entende-se

²⁹Designação da sociedade no pós- guerra caracterizada pelo uso das tecnologias, pela predominância da informação e do conhecimento nos processos sociais e produtivos (RAMOS, 2008,p.23).

³⁰Segundo Rabello (2009, p. 152) foi a partir do movimento iniciado por Paul Otlet, com a publicação do ensaio “*SomethingaboutBibliography*” em 1892 que se criou um sistema de processamento

que só a partir deste movimento a documentação adquiriu sua feição mais voltada à comunicação, conforme analisa Yassuda (2009, p.28):

[...] em um primeiro momento, o objetivo da documentação era o registro das coleções no sentido de posse e salvaguarda desses objetos, mais tarde inicia-se uma aproximação entre a documentação e a organização das coleções, hoje, além de englobar todas as funções anteriores, ela também está intimamente relacionada ao acesso e disseminação da informação visando à construção do conhecimento.

Observa-se que o viés desta pesquisa se foca nos Sistemas de documentação, enquanto elemento para a constituição de interfaces entre a Museologia e a Ciência da Informação em sua relação interdisciplinar, particularmente a partir da institucionalização da Documentação, na medida em que esta pensa a documentação não no sentido apenas de organização e guarda da informação, mas no sentido de difusão e comunicação, como se argumentará mais adiante.

Portanto, não se desenvolveu um relato histórico das raízes da documentação em museus ainda enquanto prática de gestão e controle no âmbito do colecionismo privado existente desde a Antiguidade até o século XIX. Mas, torna-se importante salientar tal fato para não correr o risco de considerar a documentação como um fenômeno recente, sem raízes históricas. Reforça-se assim que se entende a documentação como resultado de um processo histórico em que inicialmente atendia às carências de instrumentos de controle documentais para as coleções, consoante com a própria história institucional dos museus (MONTEIRO, 2014, p. 53), mas privilegia-se o caráter mais contemporâneo desenvolvido enquanto ato de comunicar a informação contida nos objetos, fato este que acompanha de certo modo a nova perspectiva de museu e seu caráter dialógico desenvolvimentista, ou seja, a missão social do museu de estar a serviço de seu público. Nesse sentido, não se inviabiliza a documentação enquanto controle interno e segurança da coleção, mas a amplia para pensar o caráter comunicacional.

Nesta investigação o estudo da Documentação torna-se relevante na medida em que possibilita decifrar as bases do que se denominou documentação às atividades relacionadas ao acervo desenvolvidas atualmente nos museus, que faz

documental que subsidiou a criação da rede internacional de documentação e posteriormente, a configuração disciplinar da Documentação.

parte, como evidenciado no capítulo anterior, da musealização e preservação, possibilitando transformá-los em fontes para a pesquisa e estudo.

Sendo assim, do ponto de vista do tratamento e análise das relações interdisciplinares entre os campos aqui propostos, podemos identificar a base inicial dessas discussões com o surgimento do Comitê Internacional de Documentação – CIDOC, do Conselho Internacional de Museus - ICOM³¹, em 1951, conforme aponta YASSUDA (2009, p.33):

O termo documentação, na realidade, só será utilizado no âmbito museológico na segunda metade do século XX, mais especificamente depois da criação do Conselho Internacional dos Museus, que substituiu a Oficina Internacional dos Museus e de seu Comitê Internacional para a Documentação.

É, portanto, a partir do século XX que a documentação assume um papel imprescindível para a gestão de informação sobre os acervos museológicos, sendo o CIDOC a “primeira iniciativa de sucesso de caráter internacional sobre documentação em museus” (MONTEIRO, 2014, p.72).

Considera-se a disciplina Documentação como um marco importante para esse processo (MARÍN TORRES, 2012), sendo perceptível a partir da atuação da bibliotecária e documentalista francesa Yvonne Oddon, que esteve à frente por muito tempo das atividades do Centro de Documentação do ICOM, publicando na década de 60 “Elements de Documentation Muséographique”, no qual é possível visualizar uma convergência com as ideias da Documentação iniciada por Otlet, conforme aponta Monteiro (2014, p. 76):

A ênfase na organização de instrumentos documentários – denominação dada por Oddon aos documentos criados para registrar os documentos ‘primários’, os objetos propriamente ditos, [...] – é uma evidência que permite entrever a influência do movimento da Documentação na produção da autora [Oddon].

Os estudos empreendidos por Monteiro (2014) levaram-na a afirmar que no contexto europeu o uso difundido do termo documentação e as atribuições designadas a ela nos museus assemelhavam-se às discussões no âmbito da disciplina Documentação. Não obstante, a autora sinaliza para o fato do termo

³¹ Criado em 1946, com sede em Paris, França, o International Council of Museums - ICOM (Conselho Internacional de Museus), é vinculado a United Nations Educational Scientific and Cultural Organization – UNESCO, cuja função é normatizar e discutir o campo dos museus. Este substituiu a Oficina Internacional de Museus – OIM, criada em 1927, que já demonstrava algumas preocupações com os assuntos relacionados ao registro do acervo.

possivelmente ter sido utilizado sem, contudo, definir ou discutir os sentidos dessa apropriação.

Esta discussão justifica o objeto e a problemática levantada por este estudo, que defende que a documentação, enquanto fazer relativo aos museus, se baseia em alguns aspectos tais como a utilização de sistemas, sem assumir as inter-relações metodológicas e teórico-disciplinares que os compõem. Diante disso, as subseções a seguir pretendem delinear a configuração e a consolidação da disciplina Documentação a partir do contexto francês até o desenvolvimento da Ciência da Informação nos Estados Unidos e a Ciência da Informação e Comunicação na França (subseção 3.1), em seguida apresenta-se um breve relato histórico do que se convencionou denominar documentação em museus, baseando-se no panorama desenvolvido por Monteiro (2014) (subseção 3.2). O aprofundamento desses estudos levou a desenvolver-se também um apanhado sobre as diretrizes da área da Organização da Informação (subseção 3.3), para demonstrar as peculiaridades de um Sistema de Documentação em Museus.

3 A DISCIPLINA DOCUMENTAÇÃO

O “*Traité de Documentation*” do advogado belga Paul Otlet, publicado em 1934 é considerado o percussor da Documentação como ciência da informação científica e também de toda a bibliografia que se realizou sobre o tema da Ciência da Documentação (LOPES YEPES, 1995 citado por YASSUDA, 2009).

Segundo Rayward (1997, p.4) o percurso de Otlet inicia-se com a união a Henri La Fontaine, em 1881, em que inicialmente Otlet assessorou La Fontaine no trabalho com bibliografias na Sociedade para Estudos Sociais e Políticos em Bruxelas. E em 1893, mudaram o nome da Sociedade para Escritório Internacional de Bibliografias.

De acordo Silva e Freire (2012, p. 9) La Fontaine e Otlet buscaram subsídios institucionais, teórico-práticos e teórico-bibliográficos para legitimar seus projetos de focalizar o fenômeno social da informação, a preocupação pautava-se no acesso à informação nos mais diversos suportes documentais e em diferentes centros (museu, biblioteca, arquivo). Essa busca relacionava-se à perspectiva de que, por meio da organização e classificação do conhecimento documental,

conseguiria-se disseminar a “paz mundial” num período entre guerras (ORTEGA, 2009 p.5; RABELLO, 2009, p. 27).

Dessa forma, segundo Rayward (1997, p.4), a partir da conscientização do estado desordenado da literatura e das ciências sociais, Otlet pensou no que seria necessário para dar a essas ciências rigor e ordem, em termos bibliográficos. Com esse objetivo, eles criaram o Instituto Internacional de Bibliografia – IBB para gerenciar o Repertório Bibliográfico Universal- RBU³² que pretendia realizar uma síntese de todos os assuntos desde a invenção da imprensa, de modo a produzir uma rede conceitual que promovesse e facilitasse o acesso (SILVA; FREIRE, 2012, p.10). Também desenvolveram a Classificação Decimal Universal baseada na Classificação Decimal de Dewey (PINHO, 2009, p.27).

A partir deste processo, Otlet começou a utilizar o termo Documentação³³, consistindo em poder oferecer princípios documentais sobre todo tipo de fato, de conhecimento e informação documentada, tais como: registro, conservação, circulação, organização, indexação, resumos e fichamento (SILVA; FREIRE, 2012, p.10).

Rabelo (2009, p. 155), considerando a proposição de Otlet, afirma que a Documentação nasceu a partir do movimento bibliográfico³⁴. Todavia, o autor enfatiza que enquanto a bibliografia voltava-se para os registros bibliográficos e para facilitar a pesquisa intelectual por um público específico, a Documentação se interessou pelo que se conhece mais contemporaneamente como informação documentária³⁵ em todos os suportes, visando sua acessibilidade de forma ampliada e democrática. Concluindo que “a essência da Documentação reside na pesquisa e na busca de informações e, também, na sua comunicação”, ancora-se

³²Segundo Rayward (1997, p.5) O RBU era um extenso catálogo de fichas reunidas graças à cooperação internacional possibilitada pelo Instituto.

³³Ortega (2009, p.5) afirma que Otlet adotou o termo a partir de 1903, com a publicação do artigo “Lessciencesbibliographiquesetladocumentation”, depois em 1905 no artigo “L’organisationrationalledel’information et de La documentation em matiéreeconomique”, em que observa o primeiro uso das palavras informação e documentação. Mas somente no Tratado que usa o termo – “Documentologia” – para designar o novo campo do conhecimento, que ultrapassa a bibliografiambibliologia e documentação.

³⁴Entende bibliografia como a “atividade de geração de produtos que indicam os conteúdos dos documentos independente dos espaços institucionais que se encontram” (ORTEGA, 2004, p. 1)

³⁵Informação documentária, segundo KOBASHI (1996, p. 12) “é a representação condensada do conteúdo informacional de documentos, cuja função básica é a de facilitar a circulação da informação e documentos nas várias esferas da atividade humana”.

em Meyriat (1993) que explica que a diferença entre a Documentação proposta por Otlet e a Bibliografia está na difusão da informação. Em outras palavras:

A Documentação, na década de 1930, ganhou autonomia teórico-disciplinar, adquirindo identidade própria quando assumiu como enfoque principal a comunicação e a transferência da informação. (BLANQUET, 1993, p. 201). Cabe suscitar que Otlet foi o responsável por delinear e justificar teoricamente a Documentação como disciplina científica (RABELLO 2009, p. 156).

A continuidade da disciplina logrou momentos de profunda contestação, bem como de desenvolvimento, sendo consolidada especialmente em solo francês por autores como Suzanne Briet (1951), considerada a mais importante percussora da Documentação e também por autores como Robert Escarpit, Jean Meyriat e Roland Barthes que formavam o grupo de pesquisas das Ciências da Informação e Comunicação (ORTEGA, 2009, p.7; LARA;ORTEGA, 2010).

Importante destacar que a Documentação não se desenvolveu tão proficuamente na América do Norte como aconteceu nos países europeus³⁶. Ortega (2009) sinaliza que somente em 1950 a Documentação surgiu nos Estados Unidos, inicialmente com bastante força dividindo espaço com a Biblioteconomia Especializada, mas rapidamente foi substituída pela Ciência da Informação.

Dessa forma, a autora concluiu que nesse país houve o deslocamento do termo Documentação em dois sentidos: enquanto prática distinta da Biblioteconomia – ocorrida na década de 1950, auge do movimento bibliográfico dos Estados Unidos – e, posteriormente como uma área em relação de sinonímia com *InformationRetrieval* ou *InformationStorageRetrievel*. Entendendo *InformationRetrieval* como “o conjunto de estudos e atividades de armazenamento e recuperação da informação por meio de computadores” e considerando-a como uma das principais origens da Ciência da Informação (ORTEGA, 2009, p. 15). Segundo ela, esta corrente da documentação desenvolvida nos Estados Unidos, que culminou no estabelecimento da Ciência da Informação em 1960, teve pouca influência das concepções de Otlet (2009, p. 15).

Dessa maneira, Silva e Freire (2012, p. 13) apontam que o conflito entre a Biblioteconomia especializada e a Documentação, de certo modo, gerou a fragmentação da identidade do campo da Ciência da Informação, gerando uma

³⁶Portugal, França e Espanha.

“identidade contrastiva” – segundo explica os autores, o termo advém do contexto étnico quando um grupo tenta sobrepor-se ao outro ou nega-lhe sua identidade – “a partir do momento em que ocorre uma supervalorização da identidade biblioteconômica estadunidense e a [negação] de uma identidade da Documentação europeia” (SILVA; FREIRE, 2012 p.13).

Baseando-se nesse contexto fragmentário da CI, pode-se ressaltar a percepção da natureza dualista da Ciência da Informação observada por Fondin (2001, 2002, citado por IBEKWE-SANJUAN, 2012, tradução livre) em que atribui dois paradigmas concorrentes: um *objetivista* atribuído ao mundo anglo-saxão, voltado para a Recuperação da Informação, em que “os documentos são percebidos como tendo um assunto inato, inerente às palavras, apenas à espera do leitor para buscá-las”; e outro *subjetivista* atribuído aos franceses, onde as informações são consideradas uma construção do intérprete e os significados são obrigatoriamente vinculados a um contexto em que é recebido. Ressalta-se que do ponto de vista deste trabalho adota-se a perspectiva subjetivista.

Essas distinções frente à abordagem do objeto caracterizando a diferenciação da Ciência da Informação a partir de duas perspectivas podem ser consideradas como resultado da não assimilação, no caso americano, da Documentação francesa.

Desse modo, convém retornar a discussão sobre a Documentação a partir dos discípulos franceses de Otlet que lograram êxito ao desenvolver uma pesquisa sobre as questões sociais que estão por traz da busca e da utilização da informação, contemplando os fenômenos da comunicação que as acompanham. Constituindo-se, assim, como um importante referencial para a presente pesquisa. Nesse sentido, considera-se também que a perspectiva de informação social, material e pública, desenvolvida no capítulo anterior, foi construída a partir da ampliação do termo documento fomentada pela Documentação francesa.

Sob esta visão, destacam-se os estudos da bibliotecária francesa Suzanne Briet, com sua obra clássica intitulada “Qu’est-ce-que La documentation?” (1951), onde considerou a disciplina como “[...] uma técnica de trabalho intelectual, uma profissão distinta, uma necessidade de nosso tempo” (citado por RABELLO, 2009, p. 160). Segundo Ortega (2009, p. 9), para Briet, Otlet foi o líder internacional

da Documentação, a autora afirma ainda que Buckland (1995) nomeava Briet como *Madame Documentation* considerado-a a pioneira da Ciência da Informação.

Dessa forma, em seu texto Briet (1951) considerava os neologismos “*documentalista*” (documentation), “*centro de documentação*” (centre de documentation) e “*documentografia*”, utilizados na França, como mais complexos do que os termos “*biblioteconomia especializada*”, biblioteconomia e “*bibliografia*” usados nos Estados Unidos. (ORTEGA, 2009, p.9; RABELLO, 2009, p. 160). Todavia, segundo Ortega (2009), embora essa percepção tenha mudado, visto que em viagens posteriores a este país a mesma declarou que os serviços das bibliotecas especializadas equivaleriam aos centros de documentação franceses.

Segundo Ortega (2009), baseada em Fayet-Scribe (2001) a Documentação caiu no esquecimento entre 1937 a 1960. Quando, a partir do crescimento exponencial da informação e do surgimento das novas técnicas de automação no pós-guerra, consolidou-se a Ciência da Informação como disciplina científica no mundo anglófono motivada também pelo aparecimento da Ciência da Computação, o que levou um grupo de pesquisadores na França a mudar o foco de estudos a partir da forma ou recipiente (documento, livros) para o conteúdo dos documentos (indexação, recuperação) (IBEKWE-SANJUAN, 2012).

Dessa forma, uma “nova configuração científica” foi gestada na França a partir do trabalho de uma comissão sobre a Ciência da Informação e Comunicação, que mais tarde passou a se chamar Sociedade Francesa de Ciências da Informação e Comunicação- Inforcom – 1977 (COUZINET 2004, citado por ORTEGA, 2009).

Com relação ao nome - Ciência da Informação e Comunicação – CIC - Meyriat (1993, citado por DEVEZE, 2000, p. 36) aponta que o termo CIC prevaleceu por considerarem que o termo informação daria mais precisão à noção de comunicação. Para Ibekwe-SanJuan (2012), o termo também trazia a vantagem de servir a muitos grupos distintos sem que estes precisassem assumir uma posição epistemológica, visto que muitos participantes da comissão eram de outras áreas e – com exceção de Escarpit e Meyriat – não deixaram suas disciplinas de origem.

Assim, Ibekwe-SanJuan (2012) identifica que a Ciência da Informação e Comunicação- CIC foi esculpida na área de ciências humanas e sociais e “em função de sua origem inclui estudo das mídias (jornais, rádios, televisões) e estudos

culturais (alguns aspectos relativos a cinema, museus e à indústria cultural)” (ORTEGA, 2009, p. 66).

Convém inserir, embora, sem aprofundar neste momento, as críticas realizadas por autores como Rabello (2009) e Couzinet, Régimbeau e Courbières (2001, citado por Ortega, 2009) e Ibekwe-SanJuan (2012, tradução livre) sobre o fato da Ciência da Informação, enquanto herdeira da perspectiva anglo-saxã, conhecer os pioneiros da Documentação do início do século vinte, mas não reconhecer ou ignorar os trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores da Ciência da Informação e Comunicação na França, sendo estes trabalhos pouco conhecidos fora da Europa. Fato que pode ser motivado, de acordo com Ibekwe-SanJuan (2012), pela barreira do idioma.

Ainda assim, a Documentação passou a ser referência de um conjunto de métodos e técnicas dentro do universo científico da Ciência da Informação, sendo incorporada à área de Organização da Informação, perspectiva desenvolvida no item 3.3 deste capítulo. Conforme Guimarães e Sales (2010), foi na França, a partir da década de 60, que se verificou uma preocupação pioneira com a denominada análise documental³⁷, principalmente no que se refere ao desenvolvimento de referenciais teóricos metodológicos para os procedimentos envolvidos. Para tanto, estudos de matriz linguística foram desenvolvidos a fim de propiciar uma consulta e uma recuperação mais efetiva.

O desenvolvimento desses estudos, baseados nas correlações entre Documentação e Comunicação, teve maior destaque na corrente francesa. Busca-se estudar em que medida as discussões trazidas por esta corrente podem ser evidenciadas a partir da documentação em museu, focando-se empiricamente no Sistema de Documentação, neste sentido, cabe ressaltar, conforme a discussão a seguir, os entendimentos e histórico deste.

³⁷Baseia-se na perspectiva de duas vertentes para Ciência da Informação, uma de matriz norte americana e outra de matriz francesa. Sendo que no primeiro contexto as vertentes teóricas da catalogação de assunto e da indexação – Estados unidos – focava no desenvolvimento de produtos (catálogos e índices) e de instrumentos (thesauros e índices de cabeçalhos de assunto) para o tratamento temático da informação (GUIMARÃES; SALES, 2010).

3.1 A documentação nos museus

Em se tratando da documentação em museus, utiliza-se como referencial os estudos desenvolvidos por Juliana Monteiro (2014)³⁸, que realizou uma revisão bibliográfica, uma contextualização histórica e uma análise qualitativa do termo – documentação – em seus variados sentidos e contextos. Nesse sentido, a autora realizou sua pesquisa delimitando-a por meio de três recortes, a saber: o *idioma*, apenas literatura em português, inglês e espanhol; *temporal*, da década de 1950 a 2000; *geográfico*, apenas autores relacionados ao Comitê Internacional de Documentação – CIDOC no Reino Unido, Espanha, Estados Unidos e Brasil.

Este recorte, segundo demonstra Monteiro (2014, p. 51-52), atendeu aos objetivos estabelecidos pela pesquisa, no sentido de delinear, inicialmente um panorama histórico sobre a atividade documentação e sua relação com o museu, visando introduzir a discussão em torno da configuração e consolidação da documentação como “um fazer de museu” (p. 52). Em seguida, a partir do inventário do termo documentação, contrastou com as abordagens surgidas no CIDOC na Europa, Estados Unidos e Brasil, nas décadas de 1950 a 2000.

Objetivando, assim, tecer considerações preliminares sobre o que se pode chamar de documentação em museus, Monteiro (2014, p. 93) ressalta dois aspectos relacionados à temática: primeiro, trata-se de um *termo polissêmico*, sendo usado de variadas formas pelos autores e segundo, que está enraizado na literatura da área de museus no contexto da Museologia.

Entre a década de 1950 e meados de 1970, a predominância se dava no controle do acervo, sendo documentação considerada sinônima “de processo de organização de/ato de documentar um conjunto de tipos documentais criados para registrar informações do acervo, como resultado de um ato de sistematização dos registros e das informações” (MONTEIRO, 2014, p.93).

Nesse aspecto, Monteiro (2009, p. 95) reconhece uma influência da Documentação no entendimento da documentação em museus desse período, principalmente nos aspectos práticos das técnicas e na utilização de linguagens

³⁸Museóloga com Mestrado em Ciência da Informação na Escola de comunicação e Artes – ECA da Universidade de São Paulo – USP, que em sua dissertação *Documentação em museus e objeto-documento: sobre noções e práticas* (2014) discutiu a utilização do conceito de documentação no

especializadas para a normalização dos conteúdos registrados. Mas, salienta que o termo foi apropriado pela área de museus enquanto modo para descrever atividades e não a partir da problematização de seus conceitos e teorias fundamentadas em uma área de conhecimento.

Segundo Ceravolo (1998, p. 56), foi visando singularizar a documentação como fazer de museu, nesse período, que Yvonne Oddon a chamou de “documentação museográfica”. Afirmando ainda que Oddon, utilizando técnicas da biblioteconomia, buscou desenvolver etapas de processamento técnico, por meio de fichas e de instrumentos documentários para as coleções em museus.

Seguindo este percurso histórico, Monteiro (2014, p.96) demonstra que nas décadas seguintes, de 1970 até o início de 1990, inicia-se a inserção da noção de sistema usando-se os meios informatizados. A bibliografia oriunda do Reino Unido e Espanha, baseia-se em sistema de documentação, “atrelando o conceito de documentação a um fazer que se subdivide em partes inter-relacionadas”. Sendo que a literatura espanhola estava mais preocupada com a descrição das sequências entre as etapas e quais documentos utilizar em cada uma e a literatura inglesa buscava também a estruturação e organização da informação registrada.

Ceravolo (1998, p. 58) analisando este período, afirma que a preocupação principal é com a “captação de dados sobre as coleções, com a situação jurídica dos objetos perante a instituição, e com a pesquisa, estas o centro de operações sobre o sistema”.

Tanto Monteiro (2009) quanto Ceravolo (1998) concluem que apesar dessa inserção da palavra sistema, a produção desse período também não se apoiou em teorias para explicar o próprio ato de documentar, nem a lógica que estrutura o sistema e seus limites correlatos, não existindo uma “política de informação propriamente dita” (CERAVOLO, 1998, p.58). Nesse sentido, argumenta que, excetuando raras exceções, esta literatura reiterava “uma natureza de manual de boas práticas sobre a documentação” (MONTEIRO, 2009, p. 95).

Continuando o panorama, Monteiro (2014, p. 99), identifica uma nova tendência sobre a documentação em museus de 1990 a 2000, considerando como

um reposicionamento derivado do contexto anglo-saxão, em que a documentação engloba as atividades de gestão das coleções, aqui entendida como:

Um grupo de procedimentos destinados a aperfeiçoar as ações de organização e disponibilização das coleções institucionais, envolvendo desde as técnicas de armazenagem, embalagem, transporte, conservação, avaliação, segurança e documentação (MONTEIRO, 2009, p. 97).

A autora observou que esta tendência inseria também a noção de gestão da informação nos processos no âmbito da gestão da coleção. Distinguindo duas linhas de abordagem, uma voltada para assegurar a preservação física dos objetos e outra orientada por uma perspectiva integrada que acompanha o acervo desde a aquisição até a exposição.

Monteiro (2009, p. 98) situa nesse período o início dos estudos que buscam integrar a Museologia e a Ciência da Informação, como uma perspectiva que buscava extrapolar a tendência anglo-saxônica e os estudos anteriores, propondo avanços no entendimento da abordagem dos acervos, focando em seus diferentes planos informativos.

Com relação às perspectivas metodológicas da documentação em museus, baseado em Ceravolo e Tálamo (2007), distinguem-se duas tendências distintas entre si, uma reflexiva – influência francesa, e outra tecnicista – influência norte-americana. Ambas envolvem as formas de gerir a informação. Na tendência tecnicista a função da documentação é o controle do acervo pela instituição e/ou pelo público interno, assim “os procedimentos documentários são técnicos e visam à elaboração e preenchimento de registros, o armazenamento e a recuperação da informação”. A tendência reflexiva baseia-se na noção de museus como centros para pesquisa, voltados também para o público externo, o objeto é tido como fonte primordial de pesquisa, foca-se nos instrumentos de classificação, “no sentido de procedimentos rápidos e econômicos para o acesso aos objetos, ou seja, a sua localização e também ao conjunto de informação sobre eles”.

Em tais perspectivas é possível identificar as duas correntes de pensamento destacadas por Smit (2008, p.11) no que concerne à abordagem sobre o documento e documentação: uma mais pragmática, em que se baseia nos estudos desenvolvidos por Jesse Shera e Louis Shores (1972) e privilegia a adoção

dos registros gráficos –tecnicista – e outra mais funcionalista, a partir da ampliação do conceito de documento iniciada por Otlet – reflexiva.

Segundo Ceravolo (1998, p.45) estas tendências, “vindas de contextos culturais diferentes, apontam para níveis de aprofundamento no tratamento da informação sobre coleções”, e podem ser conjugadas “dependendo das proporções que o sistema de documentação deve assumir, determinando sua retração ou extensibilidade”.

Conforme alerta Barbuy (2008, p. 37) “na realidade dos museus, [...] sistemas de informação sobre acervos tridimensionais, variam drasticamente os respectivos níveis de complexidade e profundidade”. Desta forma, segundo Ceravolo e Talámo (2004, p.4), é possível distinguir três eixos em torno dos Sistemas de documentação de museus: “*administrativo* – voltados para o gerenciamento das coleções”; *curatorial* – relativos às pesquisas de áreas especializadas e *documental* identificativa dos objetos e/ou coleções. Cada um deles corresponde às necessidades informativas diferenciadas.

É importante para a elaboração dos sistemas de documentação, sua operacionalização e geração de produtos documentários levar em consideração essas tendências e eixos norteadores. No entanto, essa área ainda precisa de maior amadurecimento teórico sobre a temática que busque reforçar a documentação em museus como:

[...] aplicação que deve extrair seus subsídios teóricos, principalmente, da disciplina Documentação. Essa observação aborda metodologicamente as questões de representação de acervos por meio da linguagem, fornecendo subsídios para sua comunicação e interpretação o ponto de partida para a estruturação desses sistemas ou modelos de representação é o próprio objeto, transformado em documento no contexto dos museus (MONTEIRO, 2009, p.100).

Entende-se que os sistemas de documentação dos museus têm papel fundamental no auxílio ao museu na tentativa de se estabelecer como local de comunicação. Contudo, as bases conceituais, sociais, históricas e políticas com as quais foram estruturadas devem ser explícitas, o que denota uma organização mais científica da informação.

Em suma, considera-se que essa perspectiva científica ratifica a abordagem comunicacional da documentação, uma vez que ela não se encerra em

atividades de cunho administrativo, apenas. A Documentação trata da aquisição, armazenamento, recuperação e disseminação da informação, utilizando-se de técnicas para gerir esses processos, sendo que na “prática a documentação visa disponibilizar formas de acesso ao conhecimento para os usuários por meio de instrumentos diversos, como é o caso das linguagens documentárias” (BORKO, 1968 citado por MAIMONE, 2014, p. 73).

Conclui-se a partir dessa revisão que a literatura concernente ao fazer documental nos museus, até recentemente, não desenvolveu uma perspectiva que indique ser o museu uma unidade de informação que trabalha com os acervos para fins de comunicação. Muito embora, ressalta-se que esta perspectiva vem sendo desenvolvida por autores que mantêm estreita relação com os estudos desenvolvidos pela Ciência da Informação, no que tangencia a recuperação das contribuições teóricas da Documentação, como é o caso de Ferrez (1991) Ceravolo (1998) Loureiro (2008) e Smit (2010).

Considera-se, portanto, que a documentação, como parte das atividades cotidianas desenvolvidas nos museus, precisa de uma abordagem científica que questione suas adequações e limitações, dependendo assim de uma postura crítica dos profissionais em relação a isso. Tendo em vista o recorte teórico desta pesquisa, avalia-se que a Documentação e em seguida a Área de Organização da Informação, fornecem os fundamentos necessários para análises, o que será detalhado no próximo item.

3.1 Organização e representação da informação em sistema de documentação em museus

Na perspectiva de Ceravolo e Tálamo (2000), para serem considerados como sistemas de informação documentária, os sistemas de documentação em museus necessitam da Análise Documentária, que atenda à finalidade de “análise, síntese e representação da informação, para que seja recuperada e disseminada, caracteriza-se como uma atividade metodológica específica no interior da Documentação” (p.7).

Esta visão da análise documental como integrante da Documentação é compartilhada por Guimarães e Sales (2010), que ao desenvolverem uma revisão

teórica sobre o tema, consideram a Análise Documentária - AD uma vertente teórica de matriz francesa da área de Tratamento Temático da Informação³⁹. Para os autores, o termo “*análise documental*” no contexto brasileiro enfatiza a abordagem do documento e os procedimentos lógico-linguísticos.

Kobashi (1996) corrobora esta afirmativa e ainda argumenta que aproximação entre a Análise Documentária e a Linguística ocorreu por conta das semelhanças entre os processos documentários e a tradução automática, destacando a atuação do francês Jean-Claude Gardin (1969, 1991), principalmente na denominação desse campo e na fundamentação de sua base teórica. Nesse sentido, a preocupação da área está relacionada à passagem do texto original para a sua representação por meio da linguagem documentária.

Essa mesma posição é defendida por Cunha (1989, p.40-61 citado por CASTRO, 1999, p.27), que resume:

[...] uma análise documentária, um dos tópicos mais sedimentados da Ciência da Informação, definida por seus teóricos como um conjunto de procedimentos efetuados a fim de expressar o conteúdo de documentos possibilita que a passagem de um documento para uma representação textual seja compreendida como uma operação semântica, isto é, provida de sentido. O que significa dizer uma linguagem articulada, consistente e de precisão. A extração de elementos informacionais, ou indicadores semânticos, evidencia a importância de se trabalhar com um conceito de análise de conteúdo sistêmico, em linguagem documentária, cuja gramática deve corresponder a um conjunto de regras que expressam laços semânticos e funções sintáticas entre seus termos.

O objetivo final do tratamento da informação é a representação documentária, ou seja, “a tradução da informação contida nos documentos em informação documentária” (SMIT, 1987, p.7). Assim, se empregam os instrumentos documentais “para normalizar e homogeneizar esta tradução: ambos estão irremediavelmente associados a operações lógico-semânticas” (SMIT, 1987, p.7).

Ceravolo e Tálamo (2000, p.9) seguem esta mesma linha ao analisarem o tratamento e a organização de informação documentária em museus.

³⁹Segundo Guimarães (2009, p111) alguns autores, mais voltados para a escola francesa, tais como Gardin, 1981; Ruiz Perez, 1992; Pinto Molina, 1993 e Guimarães, 2003, “encaram a análise documental enquanto uma área (todo) na qual se insere a indexação propriamente dita (parte)”. Enquanto que outros, mais voltados para a escola inglesa (Foskett, 1973; Cavalcanti, 1982; Fujita, 1988; Amaro, 1991 e Lancaster; 1993, dentre outros), veem identidade entre o tratamento temático da informação e a indexação.

Segundo as autoras, “o tratamento da informação se caracteriza como um processo de representação, empreendido através da linguagem construída para este fim”.

Em outras palavras, consiste em afirmar que Análise Documentária – AD, “enquanto operação de decomposição (análise) e representação do conteúdo informacional dos documentos pressupõe um conjunto sistemático e sequencial de procedimentos que possam ser explicitados” (GUIMARÃES, 2009, p.111).

Assim, segundo Guimarães (2009, p. 11), essa busca pela explicitação dos procedimentos, que é característica da concepção de AD, permite perceber as bases teórico-metodológicas a que está submetida, bem como as peculiaridades que podem adquirir em distintas áreas de especialidades ou tipologias documentais. O autor ainda ressalta que:

É com base em tais aspectos que se torna, então (e, ressalte-se, como consequência), possível proceder à construção e/ou à utilização dos instrumentos para a geração dos produtos. Por conseguinte, a ênfase procedimental evidencia a natureza eminentemente cognitiva da AD (GUIMARÃES, 2009, p.111).

Dessa forma, a nível prático, a Análise Documentária pode ser configurada como “um *ciclo documentário*, onde ocorre a *coleta, tratamento e difusão* de documentos, por sua vez permeado de tarefas de *tratamento documentário* tanto do suporte material como do conteúdo que exige operações distintas” (CERAVOLO, 1998, p.72).

Essas operações envolvem dois níveis de descrição: o primeiro seria o *formal ou físico*, voltado para o suporte material, visando extrair as informações extrínsecas ao documento (nome da obra, autor, editora, ano) e denomina-se Catalogação ou Representação Descritiva. O segundo seria o *temático ou de conteúdo*, sendo o suporte material submetido a tipos particulares de representações, por meio das linguagens controladas, buscando extrair os aspectos intrínsecos ao documento, tendo como produtos os resumos e índices de assunto (CERAVOLO, 1998; GUIMARÃES, 2003; YASSUDA, 2009). Kobashi (1996, p. 11) resume:

Na Documentação, o termo “representação” é um conceito pré-teórico, associado, de um lado, à descrição de aspectos que identifiquem materialmente os documentos (catalogação) e, de outro, ao processo e ao produto da condensação de conteúdos de textos, ou seja, à indexação e à

elaboração de resumos (processos) e aos próprios índices e resumos (produtos).

Seguindo essa concepção, Yassuda (2009, p. 42) também descreve as tarefas de descrição e representação da informação documentária, mas a autora diferencia a Análise Documentária feita na Museologia da realizada na Biblioteconomia. Ela ainda entende que a catalogação, referente ao primeiro nível de descrição referenciado acima, também pode representar os aspectos intrínsecos, visto que contempla campos para descrição de assunto. Para ela, estas operações, seriam a visão da Biblioteconomia para descrição dos itens de sua coleção, com apoio em Meneses (1997) a autora comenta que, diferentemente, na Museologia:

[...] qualifica-se como atributos intrínsecos dos artefatos as 'propriedades de natureza físico-química: forma geométrica, peso, cor, textura, dureza, etc.' [...], ou seja, a morfologia do artefato, enquanto que os atributos extrínsecos estariam relacionados à contextualização do objeto no tempo e no espaço, sua biografia (YASSUDA, 2009, p.49).

Ainda conforme Yassuda (2009, p. 16), o sistema de documentação em museus não se assemelha aos sistemas codificados de bibliotecas e arquivos. Pode-se evidenciar essa afirmação visto que, em se tratando dos museus, a diversidade tipológica dos acervos, condizentes com múltiplas possibilidades interpretativas, aliada à necessidade de tratar cada objeto unitariamente e o perfil temático⁴⁰ da instituição a que pertence, conformam aspectos e demandas informacionais que devem ser considerados para construção do sistema de documentação. Posto que se considere que:

A organização da informação como um conjunto de procedimentos que incidem sobre um conhecimento socializado (que, por sua vez, é um produto social e tem uma utilidade social e individual), os quais variam em virtude dos contextos em que são produzidos ou os fins a que se destinam, pois é a partir destes que se desenvolvem os parâmetros de organização (GUIMARÃES, 2009, p. 106).

Assim, o sistema em museus irá interagir com os eixos determinados pelas metas da documentação. Esses são estabelecidos pela instituição e tomados como diretrizes para suas operações, são caracterizados como eixos: administrativo, curatorial e documental, conforme visto na sessão anterior. Devendo também

⁴⁰O enfoque do museu relaciona-se as suas temáticas como histórico, arqueológico, artístico etc...

responder às questões: “quem” produz a informação documentária, “como” e para “quem” são produzidas (CERAVOLO, 1998, p. 68).

Pelo exposto acima, percebe-se que é a partir da documentação que são elaboradas e geridas as informações sobre os objetos museológicos, cujas ações são direcionadas tanto para o suporte, quanto para o conteúdo, pois os objetos possuem informações intrínsecas - deduzidas do próprio objeto e extrínsecas - informações documental e contextual (MENSCH, 1987 citado por FERREZ, 1994, n.p; CERAVOLO; TÁLAMO, 2000, p.6).

Todavia, como reforço e esclarecimento, considera-se que catalogação refere-se a “uma ação cujo resultado é um sistema de referências do documento/objeto e não do seu conteúdo” (CERAVOLO; TÁLAMO, 2000, p.8). Para o tratamento e a organização do conteúdo, é necessário um “sistema de significações” desenvolvido pela Análise Documentária. Ou seja, é a partir dessa análise, no contexto da documentação em museus, que as informações contidas nos documentos serão extraídas, tratadas, organizadas e representadas, visando à recuperação e, assim, a comunicação, dentro de um “*ciclo documentário*”.

Ceravolo e Tálamo (2007, p.7) chamam a atenção para alguns problemas relacionados à representação descritiva dos documentos em museus, tais como: não estarem ainda normalizados, principalmente em comparação aos registros escritos; a heterogeneidade dos suportes físicos que constituem as coleções, além da quantidade de itens, que, em muitos casos, são grandes e ainda, às vezes, torna-se impossível distinguir o suporte do conteúdo, podendo um se constituir em parte do outro.

Como solução, as autoras propõem que o ponto de partida para o tratamento da informação em museus seja o conceito de matriz informacional, que compreende:

[...] os traços a serem considerados — tanto os físicos quanto os de conteúdo —, de modo que sempre os traços dos diferentes planos estejam associados para que se possa conduzir a análise. Sendo assim, a análise de um objeto/suporte é simultaneamente uma análise dessa matriz de informação. Por exemplo: numa estatueta de um determinado grupo étnico (ou outra qualquer) o material, os traços escultóricos, os adereços ou outros elementos iconográficos vão nos fornecendo elementos para captar sua função, seu contexto sociocultural, vínculos com ritos, e assim por diante. É parte dessa matriz da informação também a escolha da matéria-prima (madeira, cerâmica ou bronze, etc.) que, por sua vez, representa uma parte do processo de criação da obra e, portanto, índice importante do significado social. Logo, o significado do objeto/documento está na correlação de dados que vão da materialidade do objeto às intenções socioculturais; trata-se de

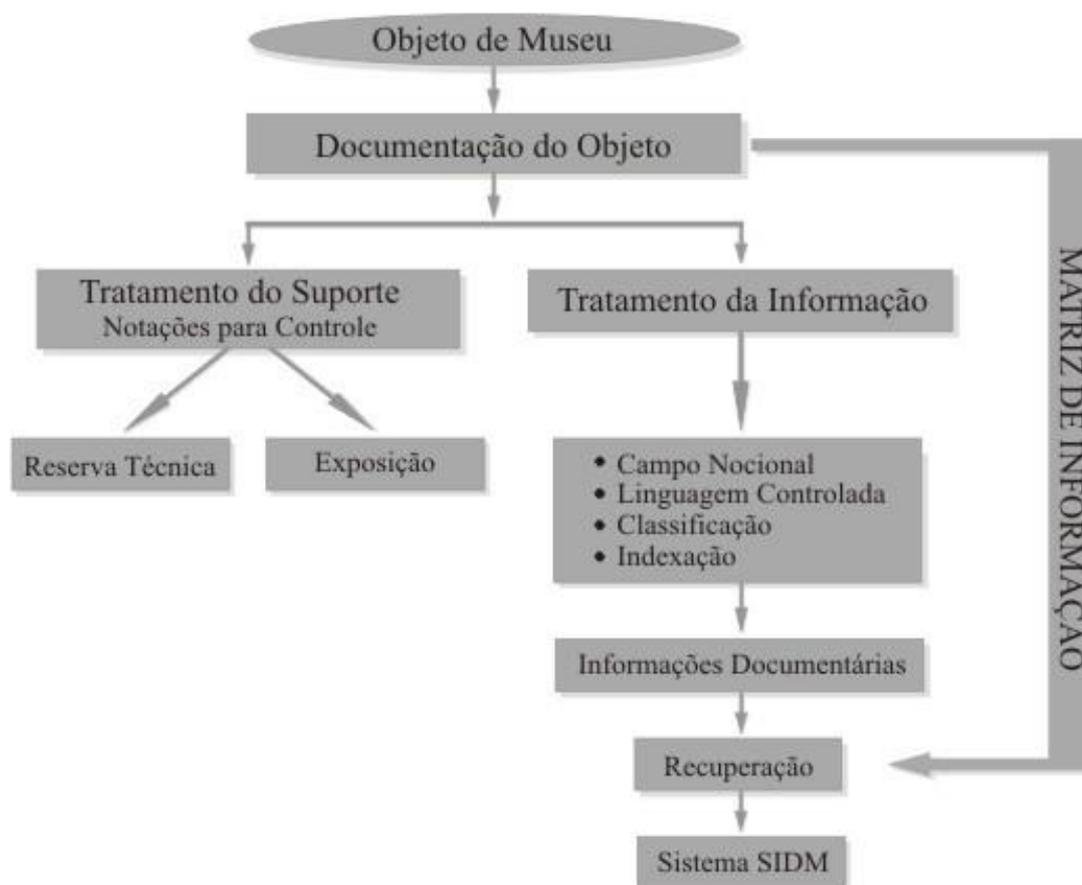
um artefato, uma produção do homem inserida numa conjuntura social. Não há como desvincular de um objeto de museu a combinação de suporte e conteúdo da forma e função; este é o estatuto singular do objeto/documento em museus (CERAVOLO, TÁLAMO, 2007, p.7, grifo nosso).

Segundo as autoras, o tratamento da informação a partir da elaboração da matriz de informação na documentação em museus, torna-se apropriado por dar conta dos traços físicos e de conteúdo, numa relação de contribuição solidária, entretanto, deixam claro que tal procedimento não se trata de pesquisa, que é realizada apenas para elaborar a matriz informacional que será representada, posteriormente, pelos termos documentários. Ou seja, a “a representação do conteúdo por meio da linguagem, é uma operação de síntese elaborada a partir das informações contempladas na *matriz da informação*” (p.7).

Assim, ao sistema de documentação em museus cabe o tratamento e o processamento do ato de documentar as coleções, operando “a partir de uma estrutura conceitual permeada de procedimentos e materializada numa estrutura física, que através de uma série de registros interligados dá o suporte interativo” para que funcione (CERAVOLO, 1998, p. 55). Esse sistema é ilustrado a seguir:

Figura 2: Sistema de Informação Documentária em Museus

Sistema de Informação Documentária para Museus - SIDM



Fonte: Ceravolo e Tálamo (2007, p.8).

Em suma, entende-se que para se transformarem em informação documentária, os dados obtidos a partir dos objetos devem passar por tratamento temático, dentro de um fluxo informacional. Isto implica a utilização de uma linguagem padronizada operando dentro de um sistema construído de acordo com o perfil da instituição, do usuário e das características do acervo (CASTRO, 1999; YASSUDA, 2009). Assim, o sistema de documentação em museus é pautado em processamento técnico e se divide em etapas sucessivas, que se iniciam a partir da entrada do objeto no museu e acompanha todo o percurso dele na instituição (CERAVOLO; TALÁMO, 2000, p. 4).

Nesse ciclo documentário há princípios operatórios de natureza linguística, no tratamento da informação nos museus, recorre-se a linguagens controladas que operam na passagem do objeto para a escrita, desta para o vocabulário controlado, deste para as indexações numa relação

objeto/linguagem de especialidade, e para os esquemas classificatórios, inerentes ao processo de indexação numa relação objeto/ área de conhecimento (CERAVOLO; TALÁMO, 2000, p. 4).

Os instrumentos para controle da linguagem compreendem os glossários⁴¹, vocabulários controlados⁴² e terminologias⁴³. Os mesmos são construídos com termos, entendidos como “uma designação por meio de uma unidade linguística de uma noção definida numa língua de especialidade” (ISO, 1087, p. 5 citado por Ceravolo, 1998, p. 69). Esclarece-se que não se trata de construir listas de palavras em ordem alfabética, tampouco são apenas dados⁴⁴ retirados de uma ficha catalográfica. São *representações documentárias*, que envolvem indexações e classificações e que implicam metodologias construídas para este fim.

Para Yassuda (2009, p.24) as linguagens documentárias podem ser representadas pelos sistemas de classificação bibliográfica e pelos tesouros, estes são vocabulários controlados que permitem a padronização da linguagem utilizada, auxiliando na recuperação do conteúdo informacional do mesmo. Já a classificação bibliográfica é utilizada em bibliotecas, geralmente utilizando-se da Classificação Decimal de Dewey – CDD ou a Classificação Decimal Universal – CDU. A autora compreende as linguagens documentárias como mediadoras entre o documento e o usuário, atuando no processo comunicacional entre ambos.

Dessa forma, a documentação em museus tem como objetivo produzir, gerir e maximizar o uso das informações contidas e relacionadas ao objeto, dando conta de responder as demandas informacionais da instituição. Mas, ressalta-se que independente do uso, a função é estabelecer o acesso às fontes de conhecimento, para que possa satisfazer também as demandas do maior número possível de usuários.

⁴¹ Nomenclaturas ou listas de nomes, (CAMARGO-MORO, 1989).

⁴² “Como as LDs, esses com finalidade precípua de representação documentária” (CERAVOLO, 1998, p. 69).

⁴³ “Conjunto de termos relacionados e definidos rigorosamente para designar as noções que são úteis a uma dada área” (CINTRA et al, 1994 citado por Ceravolo, 1998, p. 69).

⁴⁴ “Sucessão de palavras, nomes, descrições” (CERAVOLO, 1998).

4 O OBJETO EMPÍRICO: SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO DO MUSEU DA ABOLIÇÃO

Apresenta-se neste capítulo o sistema de documentação do Museu da Abolição - MAB a partir dos contextos legal, social e institucional, bem como a sua estruturação prática. Esta pesquisa pautou-se na expectativa de que o referencial teórico construído a partir da bibliografia poderia servir como contexto para investigar as práticas informacionais desenvolvidas no museu; para, primeiramente, caracterizar o sistema de documentação do MAB, à luz da discussão apresentada nos dois capítulos anteriores. E em seguida, analisar o sistema a partir de determinadas categorias estabelecidas com base no cotejamento de textos de diferentes autores e contextos (manuais, acadêmicos de Documentação, Museologia, CI, publicações profissionais e anais institucionais), atendendo assim à interdisciplinaridade do estudo e do objeto. Por este motivo, realizou-se inicialmente um breve histórico do Museu da Abolição abordando aspectos institucional e temático com ênfase na constituição do seu acervo e um relato descritivo de todo o processo envolvendo a documentação.

4.1 O caso museu da abolição

Esta pesquisa tem como foco de análise o Museu da Abolição, instituição pública, criada por decreto – Lei Federal nº3357 de 22 de dezembro de 1957 – assinado pelo presidente Juscelino Kubitschek destinado a homenagear os abolicionistas pernambucanos Joaquim Nabuco e João Alfredo, com sede na cidade de Recife, capital do Estado de Pernambuco. O imóvel escolhido para sediar o museu foi o Sobrado Grande da Madalena, cuja história foi reconhecida como Patrimônio Nacional pelo Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN, sendo inscrito no Livro Histórico de Tombo, volume um (1), folha 63, inscrição 389.

As obras de restauração do casarão foram iniciadas em 1968 e se estenderam até 1975, quando a 4^o Diretoria Regional do Serviço de Patrimônio Histórico Artístico Nacional - SPHAN⁴⁵ ali se instalou, transformando-o em escritório.

45 O Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN foi criado em 1937, no governo de Getúlio Vargas. Entre 1946 e 1970 passou a denomina-se DPHAN - Departamento do Patrimônio

Somente em setembro de 1982, o Secretário de Cultura do Ministério de Educação e Cultura, Marcos Vinicius Vilaça, instalou um Grupo de Trabalho, com a tarefa específica de elaboração de um projeto, execução e implantação do Museu da Abolição, que só veio a ser efetivado em abril de 1983. Devido ao pouco tempo disponível para implementação das ações e inauguração do museu, o GT elaborou duas propostas: uma de curto prazo, para efetivar a inauguração; e outra de longo prazo, visando estruturar o funcionamento e desenvolvimento das funções e atribuições do Museu, proposta que nunca foi viabilizada (PLANO MUSEOLOGICO, 2012, p. 11-12).

Atendendo ao designado, o museu foi inaugurado oficialmente em 13 de maio de 1983, com a exposição de curta duração intitulada “O Processo Abolicionista Através dos Textos Oficiais”, que ocupava o primeiro pavimento do sobrado. A maioria do acervo para compor esta exposição pertencia a outras instituições culturais⁴⁶ e permaneceu no museu até 1990. Neste ano, o museu foi fechado para visitação por causa da reforma administrativa imposta pelo governo do então presidente Fernando Collor que extinguiu o orçamento que mantinha o museu funcionando a partir da Fundação Nacional Pró-Memória. Durante o período em que esteve fechado, a maioria do acervo foi devolvido às instituições de origem e a 5ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN ampliou sua ocupação física dos espaços do sobrado, restringindo o museu a apenas uma sala de exposição permanente, duas salas para exposições temporárias, um miniauditório e uma sala de administração. Dessa forma, reabriu em 1996 com acervo, salas de exposição e quadro de funcionários reduzidos.

O museu passou por um segundo fechamento em 2005, dessa vez a iniciativa foi da própria administração que já não sabia lidar com as dificuldades enfrentadas para se manter funcionando e vislumbrou nisso uma oportunidade para repensar os conceitos existentes ali, até então (MUSEU DA ABOLIÇÃO, 2013, p. 13).

Histórico e Artístico Nacional. Entre 1970 e 1979, IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- foi sua nova denominação. A partir de 1979, o IPHAN se divide em Sphan – órgão normativo – e Fundação Nacional pró-Memória (FNPM) – órgão executivo. Estes foram extintos em 1990 e em seu lugar foi criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), que por sua vez, passou a denominar-se IPHAN em 1994.

⁴⁶São elas: Academia Pernambucana de Letras, Fundação Joaquim Nabuco, Instituto Arqueológico de Pernambuco, Museu do Estado de Pernambuco, Museu Histórico Nacional, Museu Imperial, Museu

Considera-se que este fechamento representou para o museu a chance para se “reinventar” e refletir sobre a temática da Abolição e sobre as expectativas da comunidade afrodescendente em relação ao Museu, pois foi naquele momento que se realizou o Seminário “O Museu que nós queremos”, que tinha como objetivo “(...) mobilizar os diversos seguimentos da sociedade para discutir, conjuntamente, a missão, objetivos e o futuro do Museu da Abolição. E assim, iniciou-se o primeiro contato direto com a sociedade.” (MUSEU DA ABOLIÇÃO, 2012, p. 12-13), dessa forma:

Durante a realização do Seminário, foram elaborados dois documentos que apresentaram sugestões e propostas, e reafirmaram a necessidade de ocupação física integral do Sobrado Grande da Madalena, e estabeleceu-se a criação de um Grupo de Trabalho, denominado GT/MAB. O grupo tinha por missão a apresentação de um dossiê estabelecendo a missão, os objetivos, e o processo necessário para a redefinição do novo Museu, com prazo de entrega para o mês de julho de 2005. Este grupo foi constituído por representantes de movimentos sociais, grupos religiosos, técnicos e acadêmicos, os quais se reuniam com a equipe do Museu, para refletir sobre o tema abolição e as expectativas da comunidade afro-descendente em relação ao Museu. Nos encontros do GT/MAB, buscou-se delinear o início de uma política museológica participativa, por meio das múltiplas visões dos envolvidos sobre o processo histórico abolicionista e suas conseqüências atuais (MUSEU DA ABOLIÇÃO, 2012, p.13).

Em janeiro de 2007 o museu passou por modificações tanto organizacionais quanto administrativas, sendo então subordinado diretamente ao Departamento de Planejamento e Administração e ao Departamento de Museus de Centros Culturais - DEMU do IPHAN. Neste ano também foi criado o primeiro Plano Museológico da Instituição.

Nessa conjuntura, o museu reabriu em 2008, buscando evidenciar a nova perspectiva do negro e da abolição e visando se firmar como um centro de referência da cultura afro-brasileira; assim convidou a comunidade a participar coletivamente de suas ações a partir da realização de exposições temporárias⁴⁷, de sondagem de opiniões e debates em torno da criação do projeto de exposição de longa duração, cujo objetivo:

Nacional de Belas Artes, Museu Raymundo Ottoni de Castro Maya, Museu da Inconfidência e Museu do Ouro.

⁴⁷Em 2008, o museu realizou a exposição Campanha “O que a Abolição não Aboliu” cuja participação do visitante foi incentivada a partir de um canteiro em que eles poderiam “plantar” suas sugestões e ideias sobre os diversos aspectos da gestão e temática. No mesmo ano – setembro a novembro foram realizadas dez rodas de diálogo para viabilizar a construção do “Projeto de Elaboração Participativa da Exposição de Longa Duração do MAB”.

[...] era reunir os diversos segmentos da sociedade em torno do plano de reabertura do MAB e apresentar à sociedade o museu como espaço para reflexão sobre a temática abolição, em uma perspectiva histórica das lutas sociais e da resistência do povo negro, estabelecendo canais de participação efetiva da sociedade na sua gestão (MUSEU DA ABOLIÇÃO, 2012, p.14).

Em 2009, com a criação do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, (Lei nº 11.906), o Museu da Abolição passou a ser administrado por esta autarquia vinculada ao Ministério da Cultura a qual incorporou os direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais, tendo como missão preservar o patrimônio cultural musealizado e a memória brasileira, por meio da gestão da política pública de museus e da implementação da Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2014 que estabeleceu o Estatuto de Museus.

Em fevereiro de 2010, a Superintendência do IPHAN desocupou o espaço físico do prédio do Museu da Abolição. Com esta saída o Museu da Abolição passou a ocupar o casarão integralmente. Nesse sentido, as discussões dialógicas mantidas pelo museu e seu público resultaram em propostas e roteiros que foram colocados em prática com a realização da Exposição em Processo, inaugurada em 20 de novembro (Dia Nacional da Consciência Negra) de 2010, construída com a participação ativa de grupos religiosos, culturais, movimentos negros, estudantes e visitantes assíduos do museu para ser uma maquete em tamanho real da exposição permanente, onde a comunidade poderia continuar a sugerir e participar de uma forma inovadora.

Hoje o museu representa não mais a memória de um grupo de pessoas tido como “ilustres” por seus papéis desempenhados no processo oficial de abolição do século XIX, mas também um importante espaço de inserção das comunidades afrodescendentes na construção do seu discurso. Isso é refletido na atuação do museu, nos seus objetivos e perspectivas, no sentido de legitimar-se e legitimar a comunidade local e nacional enquanto protagonista de uma discussão em que a temática dos afrodescendentes é debatida por um viés da contemporaneidade.

O acervo de bens culturais, denominados no Museu da Abolição como acervo museológico⁴⁸, pertencente à instituição em sua composição inicial não

⁴⁸Essa distinção é importante visto que a instituição ainda possui acervo Museológico, Bibliográfico, Arquivístico e Hemerográfico.

reflete este processo, sendo fruto, inicialmente, de aquisições realizadas entre os anos de 1983 e 1989 para compor a primeira exposição, conforme será discutido.

Este conjunto inicial é composto de cento e trinta peças, adquirido, em sua maioria, em antiquários ou por meio de doações e compras sem, no entanto, estar pautadas em uma política curatorial, visto que, nesse período, não havia uma política de descarte e/ou aquisição homologada pela instituição, via Plano Museológico. Foi apenas em 2012 que o museu formulou sua política de aquisição e descarte, embora ainda aguarde homologação pelo Instituto Brasileiro de Museus-IBRAM, o que só ocorrerá após a publicação do Manual de Elaboração da Política de Aquisição e Descarte de Acervos das Unidades Museais do IBRAM (MUSEU DA ABOLIÇÃO, 2015).

Atualmente o acervo do museu é composto pelo conjunto inicial de cento e trinta peças, mais algumas aquisições realizadas a partir de 2010 e entre os anos de 2012 e 2015, por meio de doação da Receita Federal, cuja ação está prevista na Lei Federal nº 12.840⁴⁹, totalizando cento e quarenta peças.

O Museu possui ainda, objetos que não foram inventariados até o momento como acervo museológico, obtidos a partir de doações de artistas em virtude da utilização do espaço do museu em exposições, ou por pessoas que tinham ou têm algum vínculo com a instituição e que optaram por doar as peças que estavam em sua custódia para o museu. Esse “acervo em análise” merece um estudo qualitativo e quantitativo do período e dos doadores para justificar sua inserção nos bens patrimoniais pertencentes à instituição.

Além disso, possui acervo fotográfico, adquirido por meio do “*Concurso de Fotografias Mestre Luís de França*” que já foi realizado em quatro edições, nos anos de 2002, 2003, 2005 e 2015. Esse concurso objetiva convidar a sociedade a expressar, a partir da fotografia, sua percepção sobre os temas que são indicados em cada edição. A Comissão premiou e selecionou fotografias com caráter “inédito”, seguindo a classificação de: prêmio – cujos participantes classificados receberam recursos financeiros proporcionais à sua qualificação⁵⁰; menção honrosa; e

⁴⁹A Lei Federal nº 12.840 estabelece a destinação dos bens apreendidos pela Receita Federal às instituições museológicas no país.

⁵⁰A classificação foi em 1º e 2º lugar até o concurso de 2005, acrescentando o 3º lugar no concurso de 2015.

exposição – está previsto no edital a execução de uma exposição resultante do concurso.

Com a análise dos editais referentes a esses concursos, foram observados dois aspectos que estão relacionados e foram julgados importantes para este estudo, uma vez que se entende que estes podem impactar na constituição de acervo e na documentação da instituição. O primeiro aspecto refere-se à quantidade: foram dois prêmios e mais trinta fotografias, nas edições de 2002, 2003 e 2005. Já na edição de 2015 foram selecionados três prêmios e mais vinte fotografias. Incluíam-se nisso as menções honrosas, sendo que nos primeiros três concursos a escolha da quantidade destes ficaria a critério da comissão, mas no último concurso já se especificava a quantidade, determinada para cinco.

O outro aspecto refere-se à aquisição das fotografias: nos três primeiros concursos o edital definiu que todas elas, dentre as selecionadas e premiadas, passariam a fazer parte do acervo do museu. Mas no edital do concurso de 2015 é especificado que somente as fotografias premiadas serão incorporadas ao acervo do Museu sendo que as menções honrosas e as selecionadas para compor a exposição poderão ser adquiridas segundo a opção do autor em doá-las após o término da mesma⁵¹.

Considerando esses aspectos, verificou-se que mesmo fazendo parte de um universo de bens constituídos para compor uma exposição no museu, selecionados a partir dos critérios e objetivos indicados em seu Plano Museológico e na Política de Aquisição, essas fotografias não são consideradas acervo Museológico, sendo identificadas como Acervo Arquivístico.

A reflexão pretendida com esta pesquisa centra-se no fato do Museu da Abolição – MAB ter sido estabelecido numa casa histórica relacionada à memória oficial e constituído pelas políticas de preservação do governo Kubitscheck, principalmente pela atuação da Fundação Nacional Pró-Memória, passando a integrar um conjunto de museus, frutos desse mesmo processo, que possuem acervos adquiridos nesse contexto para compor seus discursos seculares. Entretanto, a partir da criação do Instituto Brasileiro de Museu, que pode ser

⁵¹Nota-se que até a escrita desse trabalho a exposição referente ao IV Concurso de Fotografias ainda estava em exibição no museu. Foi inaugurada em maio do corrente ano.

considerado como resultado do fortalecimento das políticas públicas de museus⁵², esses mesmos museus passam a fazer parte deste instituto, iniciando uma nova perspectiva de gestão e comprometimentos institucionais e legais, tomando como referência o Estatuto de Museus e os decretos e portarias publicadas pelo IBRAM para suas instituições.

Ademais, o MAB em sua postura contemporânea, imbuída de uma nova perspectiva social e museal, desencadeada pelo avanço da área museológica, que pretende a gestão participativa da comunidade, modelou um novo discurso que não tem ressonância no seu acervo inicial.

Este acervo, após o fechamento de 1990, somente foi exposto em seu conjunto por um curto período em 2013, na exposição intitulada “Mostra Acervo Museu da Abolição”, que segundo o site do museu, visava atender a uma reivindicação do público visitante em conhecer este acervo, assim como validar sua existência e representatividade para a cultura material afro-brasileira e para a missão do museu.

Em uma análise superficial dos comentários feito pelos usuários do site *Trip Advisor*⁵³ sobre o Museu da Abolição entre 2012 e 2015, percebeu-se que alguns visitantes do museu criticam a não exibição do acervo, mostrando claro interesse em conhecê-lo, principalmente os objetos relacionados à escravidão no Brasil. Entende-se que essas críticas e expectativas poderiam ser sanadas por meio de um Sistema de Documentação orientado para dar subsídios à visitação e atender ao público externo. Também se ressalta que o MAB, a partir das novas aquisições e da construção de sua Política de Aquisição, vem buscando tornar o acervo ressonante ao seu histórico, missão, objetivos e representantes da cultura material afro-brasileira.

Portanto, cabe indagar se a mudança conceitual do museu, assim como os documentos de gestão, refletiram mudanças no processo de documentar realizado pelos profissionais do museu, entendendo a importância de tal ação para se estabelecer a comunicação do Museu da Abolição com seu público de uma forma

⁵²Ressalta-se que desde a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, pelo Decreto- Lei 25 em 30 de novembro de 1937, a gestão do patrimônio cultural musealizado estava sob a responsabilidade deste órgão. Após mobilização do campo museológico e uma proposta de reestruturação do Ministério da Cultura – MinC em 2003, foi lançada a Política Nacional de Museus - PNM, dando-se início ao mudanças do campo resultando na criação do IBRAM em 2009.

dialógica e dinâmica, implicando que as formas de representação dos objetos desenvolvam-se por meio de consensos possíveis no âmbito do horizonte do museu.

O Museu da Abolição torna-se um campo emblemático para discutir o museu como unidade de informação, ou seja, orientado a partir da organização e disseminação das informações “cuja função socializa-se à medida que se aproxima daquilo a que chamamos memória social” (YASSUDA, 2012, p. 18) e, nesse sentido, pensar o desenvolvimento de um Sistema de Documentação que dê conta da especificidade do acervo (não ressonante), das necessidades informacionais da comunidade (que ainda está em busca desse acervo) e das demandas oriundas do IBRAM. Estas discussões o qualificaram como universo de observação para esta pesquisa.

4.2 Origens, formatos e padrões do sistema de documentação do MAB: relato descritivo

Atividades documentais são realizadas no Museu da Abolição desde os estudos para sua implantação, em 1983. Já naquela época, a museóloga e responsável pelo museu e membro do Grupo de Trabalho, Alair Siqueira Costa, relatou a prática de ações como: listagem e seleção de peças para compor o acervo⁵⁴; classificação técnica e relação museológica das peças do acervo para constar no catálogo da exposição⁵⁵; catalogação do acervo⁵⁶ do MAB e de outras coleções nele abrigadas e cedidas por empréstimos de outras instituições em fichas padrão do Programa Nacional de Museus⁵⁷ trazidas por ela do Rio de Janeiro em julho de 1983; inventário do acervo do MAB em livro adaptado para esta atividade (Livro de Tombo); e ainda organização de arquivo de pesquisas e de arquivo documental das atividades.

⁵³Site de viagens focado em fornecer informações e opiniões sobre turismo que são produzidas pelo usuário.

⁵⁴MUSEU DA ABOLIÇÃO (Recife, PE). Relatório nº3. Recife, janeiro de 1983.

⁵⁵MUSEU DA ABOLIÇÃO (Recife, PE). Relatório nº 9 Recife, dezembro de 1983.

⁵⁶ MUSEU DA ABOLIÇÃO(Recife, PE). Relatório nº 8. Recife, outubro de 1983.

⁵⁷Foi implantada a partir do Projeto de Revitalização de Pequenas Unidades Museológicas do Programa Nacional de Museus, da Fundação Nacional Pró-Memóriaão, em 1983.

Com relação aos produtos documentais mencionados, foram encontrados no MAB o Livro de Tombo, as fichas documentais e o catálogo da exposição. O Livro de Tombo possui 200 folhas numeradas tipograficamente e rubricadas com ASB (Alair Siqueira Barros), aberto em 20 de maio de 1983 por Alair Siqueira Barros. O livro possui os campos: *Nº de ordem anual; Objetos adquiridos; Procedência; Modo de aquisição; Data de entrada; Valor; Nº da guia; Observações; Est. De conservação*. Observa-se que não foram encontrados documentos sobre a descrição desses campos. Foram registradas 29 peças. Na folha de abertura do livro existe uma observação não datada de que ele deveria ser refeito por conter rasuras.

Sobre a ficha, intitulava-se *Ficha-Piloto de Inventário de Acervo* e tinha como objetivo “atualizar e melhorar os registros dos museus”. Segundo está descrito em seu Guia de Preenchimento (PNM, 1984), a ficha deveria ser preenchida em duas vias, uma permaneceria na unidade e a outra deveria ser encaminhada ao Programa Nacional de Museus; o preenchimento deveria ser feito à máquina, ou em letras de imprensa usando caneta azul ou preta e os espaços não utilizados deveriam ser deixados em branco.

A ficha era composta de quatro partes, a seguir, encontra-se a lista dos campos com sua respectiva descrição, conforme o Guia. A ficha pode ser visualizada a partir do ANEXO 01:

Quadro 1: Guia de Preenchimento da Ficha de Registro

Parte 01: Dados Básicos	
Campos	Descrição
Número	Se desdobra em Número de Inventário: visa facilitar a futura numeração através do computador, inseria-se um número bipartido, composto pelo ano de entrada do objeto no museu e um número sequencial dado ao objeto ingressado no ano, e para objetos que formavam conjuntos acrescentava-se um número em algarismo romano; e Número de Ordem Geral: número dado a cada objeto em ordem sequencial visava saber a quantidade total de acervo, precedido pelo código do museu de acordo com a listagem de códigos dos museus do Programa Nacional de Memória.
Categoria	Deve ser informada a partir de listagem constante no manual.
Objeto	Nome do objeto.

Título/Assunto	Nome dado pelo autor/identificador ou assunto.
Autor	Nome do autor, data de nascimento e de morte.
Procedência	Município, estado ou país de origem do objeto.
Época	Época em que o objeto foi feito.
Função	Uso do objeto dentro de sua época.
Modo de Aquisição	Indica a maneira que o objeto foi adquirido, assinalando as opções (compra, doação, coleta e transferência).
Data de aquisição	Data de aquisição do objeto segundo os termos equivalentes.
Material/Técnica	Tipo de material ou materiais utilizados na confecção do objeto e a técnica empregada.
Marcas/Assinatura	Existência de marcas no objeto, descrever assinatura e indicar sua localização.
Dimensões/Peso	Dimensões exatas correspondentes a: altura, largura, comprimento, diâmetro. E, se possível, o peso.
Estado de Conservação	Assinalar o estado em que o objeto se encontra, dentre as opções: bom, regular, ruim e péssimo.
Números antigos	Números que o objeto já possuiu.
Localização	Local de guarda ou exposição do objeto no museu (deve ser escrito a lápis.
Parte 02: Histórico:	
Descrição–	Descrever de forma simplificada as características do objeto detalhando suas partes principais, sem adjetivar.
Histórico	Informar a trajetória da peça, dados sobre seu antigo detentor, técnica, matéria, situando-os dentro do tempo e espaço.
Parte 03: Registro Fotográfico:	
	Inserir nessa parte da ficha a foto do objeto.
Negativos Números	Numero das folhas de negativos do objeto.
Localização	Onde se encontra o negativo.
Observações	Dados complementares aos campos, mais detalhes, ou incidentes.
Referências bibliográficas	Fontes consultadas para complementação das informações sobre o objeto.
Parte 04: Dados Complementares:	
Restaurações	Intervenções sofridas, quando, por quem e qual.
Documentação existente	Documentação legal, informar o número do documento e a localização.
Exposições	Exposições que o objeto participou, informando ano e local.
Data e assinatura	Nome da pessoa que preencheu a ficha e a data.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Guia de Preenchimento da ficha de registro, 1984.

Ainda em se tratando das fichas que foram elaboradas, destaca-se que no ano de 1983 o quantitativo erade 29 fichas preenchidas em duplicatas, assinadas por Alair Siqueira Barros; 28 fichas com a data de 20/09/83 e apenas 01 com a

data de 20/12/83. Nelas constam o Número de inventário das peças do 83.01 ao 83.29; e o Número de ordem geral do 038/0001 ao 038/0029, em que o 038 correspondia ao código do MAB na listagem do Programa Nacional de Memória.

As informações documentais sobre as peças também foram inseridas no Catálogo da exposição “O Processo Abolicionista Através dos textos Oficiais” (1983), onde estão relacionadas 28 peças. Das que estão nas fichas e no Livro de Tombo, apenas a peça 83.29 não está no catálogo, pois é a última inventariada nesses instrumentos. No catálogo, as peças foram descritas com informações como: Título, Material/Técnica, Época, Dimensões, e o nome do museu ao qual pertence⁵⁸. Além das 28 mencionadas anteriormente, foram encontradas no catálogo 32 peças com a indicação de pertencer ao Museu da Abolição. Dessas, apenas 12 fazem parte, atualmente, do acervo inventariado do museu, 18 estão sob a guarda do IPHAN e 02 eram do Museu Do Homem do Nordeste e foram devolvidas em março de 1984⁵⁹.

Alair Siqueira Barros esteve à frente da gestão do museu até dezembro de 1983. Ela também foi responsável pela elaboração do Regimento Interno, constando o regulamento, a estrutura, o organograma, o quadro mínimo de pessoal, os equipamentos e necessidades para sua implantação e funcionamento a curto e longo prazo. Este foi apresentado e compôs o relatório final do GT de implantação do Museu.

Neste Regimento consta como primeiro objetivo do MAB:

I. Coletar, documentar, pesquisar e preservar o patrimônio cultural representado por objetos, peças e documentos de importância histórica e artística, ligados ao sistema escravista no Brasil, bem como promover a difusão da história e da cultura brasileira (1983, p.12).

Continuando a descrição do panorama da documentação do MAB, observou-se que de dezembro de 1983 até 02 de maio de 1984, o museu ficou sem museólogo e suas atividades técnicas ficaram paralisadas. Nesta data, assumiu a nova coordenadora, a museóloga Ângela de Barros Sumavielle. Dentre os trabalhos realizados por ela neste ano⁶⁰, estão descritos: o levantamento documental do

⁵⁸Esta informação é importante, pois, como visto, nesta exposição a maioria das obras pertenciam a outras instituições.

⁵⁹Informação retirada do Of. Nº 73.84.D de 21/03/1983. De Ayrton de Almeida Carvalho diretor da 4º DR do SPHAN para Maria Regina M.B. e Silva diretora do Departamento de Museologia da Fundação Joaquim Nabuco.

⁶⁰MUSEU DA ABOLIÇÃO (Recife, PE). Relatório anual. Recife, 1984.

acervo e o inventário das peças. No entanto, não constam quais instrumentos ou procedimentos foram utilizados para essas ações, tampouco, foram encontrados quaisquer documentos resultantes.

Em 1985⁶¹ a preocupação era com a formação do acervo do museu, visto que a exposição permanente possuía mais da metade dos objetos em regime de empréstimo, que deveriam ser devolvidos naquele ano, comprometendo a exposição. Assim, a compra de acervo foi uma meta estabelecida pela coordenação que elencou como necessários para isso recursos financeiros e humanos, observando que “se não houver condições que beneficiem o desenvolvimento da aquisição de acervo, o Museu da Abolição poderá estacionar perigosamente” (MUSEU DA ABOLIÇÃO, 1985, p.08). Naquele ano foram adquiridas algumas peças para o acervo, como selos (filatelia), algema (instrumento de suplício), espumadeira (maquinaria e tecnologia) e objetos relacionados ao sincretismo religioso afro-brasileiro, totalizando 23 objetos. Todavia, estas aquisições foram consideradas inexpressivas pela coordenação⁶².

Nessa perspectiva, conforme consta no Relatório Anual de 1985, toda documentação de registro do acervo, por compra ou doação, foram regularizadas naquele ano. Consta no referido relatório que “estes documentos formam o embasamento legal para o inventário das peças” (MUSEU DA ABOLIÇÃO, 1985, p.09).

Sobre essa documentação, foi encontrada uma pasta suspensa no arquivo do museu, contendo recibos, termos de doação, registro de doação – elaborado por Ângela Sumavielle sobre a procedência do acervo por ela encontrado –, termos de responsabilidade e correspondências sobre a aquisição do acervo, datados de 1983 a 1988.

Em 1985, foi iniciada a montagem de um arquivo fotográfico do Museu objetivando “documentar a memória da vida no museu”, previsto para servir como suporte para divulgação, para o educativo, “como segurança para o acervo e” para “ilustrar o inventário” (MUSEU DA ABOLIÇÃO, 1985, p.09)”.

Em três documentos elaborados naquele ano, intitulados “Relatório Sintético Da Execução Das Ações” (Pró-memória/ Programa de Trabalho 1985-

⁶¹MUSEU DA ABOLIÇÃO (Recife, PE). Relatório anual. Recife, 1985.

⁶²MUSEU DA ABOLIÇÃO (Recife, PE). Relatório Sintético da Execução das Ações. Recife, julho a setembro de 1985.

1986) referentes aos meses de janeiro a março (01) e abril a junho (02) consta registrado a atividade de “Catalogação do acervo museológico pertencente ao Museu da Abolição”, e nos meses de outubro a dezembro (03) consta a atividade “Inventário do acervo Museológico pertencente ao Museu da Abolição”. Mas, novamente, não se tem a indicação de como foram realizadas estas ações, nem foram encontrados produtos resultantes dessas.

No relatório do ano de 1986, consta como atividade museológica desenvolvida a reestruturação do catálogo da exposição permanente, em virtude do remanejamento e da inclusão de peças no circuito, informando ainda que este trabalho resultou “numa catalogação simplificada, mas de controle e identificação imediata” (p.24). Foi relatado no item “Trabalhos museográficos” a “renumeração do acervo com afixação de ‘letraset’” (p.25). Observa-se que não se especificou estas atividades, tampouco foram encontrados os produtos destas.

No relatório referente ao primeiro semestre de 1987, consta como atividade em desenvolvimento o “Inventário do Museu” (p. 13) e como Atividades Museográficas a “Renumeração do acervo com afixação de letra-set” (p.17). No item atividades internas/ técnicas está descrito “reestruturação do catálogo da exposição (para controle interno)”. Este catálogo reestruturado não foi encontrado.

Ainda em 1987, foram iniciados os trabalhos para o desenvolvimento do “Arquivo Básico de Referência do Acervo”⁶³, constituído da segunda versão das fichas técnicas⁶⁴ adotadas pelo Programa Nacional de Museus. Estas fichas possuíam os seguintes campos e descrições:

Quadro 2: Instruções para preenchimento da ficha, 1983.

Campos	Descrição
Nome:	Designação quanto à sua forma independente de sua função ou utilização.
Título (Fonte):	Considerado, em ordem de prioridade, o título dado pelo artista, ou registrado em documentação do objeto, ou dado pelo museólogo responsável pelo levantamento. Quando não for possível, coloca-se Sem Título.
Assunto:	Refere-se ao tema de que trata o objeto ou o fato que representa. Indica-se fazer thesauros de assunto.

⁶³MUSEU DA ABOLIÇÃO (Recife, PE). Comunicado Interno 033/87, de 14/09/1987 referente ao Relatório trimestral. De Ângela Sumavielle – Museu da Abolição. Para: Maria de Lourdes P.N. Barreto – Coordenação Geral de Acervos Museológicos/ Pró- Memória. Recife, 1987.

⁶⁴Segundo consta no Manual de preenchimento, esta ficha cadastral foi elaborada a partir de sucessivas reuniões do pessoal Técnico do PNM com a equipe do Museu da República.

Autor:	Nome completo do artista que concebeu o objeto. Se possuir pseudônimo ou apelido, deve ser indicado após o nome, entre parênteses.
Data/Local:	Indica-se a data e o local inscrito no objeto. Se não houver inscrições registra-se sem data/local. Deve seguir as convenções para o registro de data e local, descritos no manual.
Material/Técnica/Suporte:	Registra-se o material ou a técnica e o suporte utilizados na execução do objeto. Deve seguir as orientações para o registro, descritos no manual.
Assinatura/Marca/Fabricante	Registra-se a assinatura, marca ou fabricante do objeto especificando-se a sua localização. Quando não houver, menciona-se Sem marca; Sem assinatura; fabricante não localizado. Deve seguir as orientações para o registro da localização e transcrição da assinatura e para a identificação e descrição da marca, descritos no manual.
Origem:	Local de execução ou de fabricação do objeto. Quando não é possível, registra-se não identificada. Deve seguir as orientações para o registro do local, descritos no manual.
Dimensões:	Dimensões ou peso do objeto. Deve seguir as orientações quanto a ordem de entrada e as convenções para o registro, descritos no manual.
Moldura/Base/Estojo:	Identificação sucinta do tipo de moldura, base ou estojo que acompanha o objeto. Caso não possuam, menciona-se sem moldura ou inexistentes. Deve seguir as orientações para o registro descritas no manual.
Procedência:	Nome de particulares ou instituições a quem o objeto pertenceu, descrevendo a trajetória desde o atual proprietário até sua fonte de origem. Quando não for possível registra-se: Informação não obtida.
Modo de Aquisição:	Forma como o objeto chegou ao museu.
Documentos Existentes:	Indicações topográficas e numéricas dos documentos referentes ao objeto, existentes no museu.
Números antigos:	Consta dos números inseridos no objeto até a atual catalogação.
Estado de Conservação:	Deve ser preenchido pelo conservador/restaurador usando os critérios Bom, Regular, Precário.
Restauração:	Se tiver sofrido restauração remeter a ficha Técnica para Restauração.
Descrição (Inscrição):	Especificação das características do objeto através da palavra. Deve seguir os padrões adotados para a descrição e inscrição, bem como as convenções para as terminologias das cores, descritas no manual.
Exposições:	Exposições das quais o objeto participou. Quando não se tem, registra-se: informação não obtida.
Bibliografia:	Indicações de referências bibliográficas adotadas

	pela Biblioteca da DIDOP, referentes ao objeto.
Observações:	Informações complementares da obra. Deve seguir as orientações para o registro descritas no manual.
Nº da foto/ Nome do fotografo/ Data da foto	Dados da fotografia da obra, de acordo com informações provenientes do arquivo fotográfico.
Responsável (Assinatura/Data):	Assinatura do responsável pelo preenchimento da ficha de catalogação da obra.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Manual de instruções para preenchimento da ficha, 1987.

A ficha também possui o campo Número, referente à numeração para a catalogação do acervo, assim como serviria para agrupar as fichas sequencialmente. Este número deveria ser bipartido⁶⁵, constituído pelo número de registro em ordem sequencial – iniciando do um até o infinito, precedidos dos dois últimos algarismos do ano de entrada do objeto.

No manual de preenchimento indica-se que os responsáveis pelas informações a serem registradas nas fichas seriam o museólogo (itens 1 a 11, 14, 17 e 20), o responsável pelo laboratório de conservação e restauração do museu (15 e 16) e a documentação existente sobre o objeto (12, 13, 18, 19 e 21), sendo que apenas era necessário mencionar a fonte para o título do objeto. Também se indica que nenhum item deveria ficar em branco e somente os itens 10, 13, 18 e 19 poderiam ser preenchidos posteriormente, à medida que fossem sendo realizadas pesquisas sobre cada um deles.

Segundo o manual, as peças que formam conjuntos deveriam ser registradas observando-se que:

- a. Quando compostos de mais de uma peça, entendendo peça como um objeto individualizado, cada peça deveria ter uma ficha, com o número do conjunto acrescido de mais um número sequencial correspondente a ela;
- b. Quando compostos de mais de uma parte, entendendo parte como aquela que perde a característica do objeto se desvinculada do conjunto, cada parte deveria ter o mesmo número de catalogação

acrescido das letras a, b, c, etc. Não sendo mencionado o registro em fichas individualizadas.

O manual recomenda a elaboração de mais três fichas, duas para o controle geral de localização do objeto e outra de Conservação e Restauro. Estas não foram localizadas na documentação do MAB.

O preenchimento das fichas de catalogação do acervo do MAB foi concluído em outubro de 1988⁶⁶. Segundo a museóloga⁶⁷, só foram registradas as peças que estavam com a documentação da posse regularizada, totalizando 118 peças. A mesma relata que para conclusão do inventário faltavam duas ações: “documentário fotográfico”, considerado por ela “indispensável” e que seria realizado quando houvesse recursos financeiros; e a marcação das peças, que deveria ser realizada ainda naquele ano.

Foram enviadas⁶⁸ cópias das fichas à Coordenação Geral de Museus para inclusão no Sistema de Inventário de Acervos Museológicos o qual foi implantado desde 1987 e era gerido pela Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos. O MAB possui em seu arquivo o Relatório de Saída Para Buscas em Base de Dados de cada item do acervo, emitidos entre 1988- 1989 pelo referido sistema (ANEXO 02).

O Ofício nº 133.88.F de 27 dezembro de 1988, encaminhou à Coordenação Geral dos Acervos Museológicos mais fichas referentes às últimas aquisições do museu. Neste documento também informavam que todas as peças estavam “devidamente numeradas e marcadas”.

Com relação à numeração das peças, verificou-se que houve uma mudança do inventário realizado em 1983 para o inventário de 1988, em que todas as peças foram renumeradas seguindo uma nova sequência. Como única explicação para isso, cita-se uma nota da museóloga Ângela Sumavielle afixada no

⁶⁵ Segundo Camargo Moro (1986, p.49), essa numeração conhecida como binário sequencial, correspondo aos quatros algarismos numéricos referente ao ano em que o objeto deu entrada, “seguido de um elemento de separação e, então, a numeração comum de forma sequencial”.

⁶⁶ Comunicado Interno 065/88 de 07 /10/1988. Referente a Encaminha informação (fichas inventário do museu). De Ângela de Barros Sumavielle. Para: José Ferrão Castelo Branco – Diretor em exercício.

⁶⁷ Informação retirada do Comunicado Interno 065/88 de 07 /10/1988. Referente a Encaminha informação (fichas inventário do museu). De Ângela de Barros Sumavielle. Para: José Ferrão Castelo Branco – Diretor em exercício.

⁶⁸ Ofício 85/87/f de 12 de outubro de 1988.

Livro de Tombo de 1983, informando ter encontrado o inventário de 1983, composto das 29 fichas, mas que tinha sido necessário torná-lo sem efeito, servindo apenas de fonte “documental e referencial”.

A partir de 1990⁶⁹ foi constituída uma Comissão de inventários de Acervos Museológicos (CIAM), no âmbito da Fundação Pró-memória, com sede no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro - RJ. A comissão solicitou⁷⁰ a cada museu o envio da cópia do inventário e o preenchimento de um formulário. O Museu da Abolição solicitou que a Comissão obtivesse a cópia do seu inventário na Coordenadoria Geral de Acervos, que também tinha sede no RJ, onde o mesmo já estava computadorizado, e apenas preencheu o formulário, que pode ser visualizado no Anexo 03: Formulário de Inventário do Museu da Abolição.

Conforme consta no referido documento, o MAB informou que em 1989 foram inventariadas mais seis peças, que foram adquiridas por doação no final do ano de 1988. Todas as peças foram verificadas, totalizando 130 objetos de propriedade do Museu. Além disso, informou que possuía objetos de outros museus sob a sua guarda. E apenas 19 por cento do seu acervo estava fotografado.

Como já mencionado na sessão anterior, o museu fechou a visitação em março de 1990, por falta de recursos humanos e financeiros, naquele ano a museóloga Ângela Sumavielle também se desligou do museu. Por conta disso, as atividades de documentação estagnaram.

No Projeto de Reestruturação e Reabertura do Museu da Abolição, elaborado em maio de 1994 por 04) servidores da 5ª Coordenação Regional do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural⁷¹, não foram citadas atividades de documentação com o acervo. Mas, foi colocado como prioridade o estabelecimento de um programa permanente de aquisição de acervos. Cabe esclarecer que neste momento o museu não possuía museólogo no quadro funcional.

Em agosto do mesmo ano, já no âmbito do IPHAN, foi constituído um Grupo de Trabalho⁷² para elaboração das Diretrizes para Reabertura do Museu da Abolição, composto por cinco servidores. Estes tinham um prazo de dois meses para elaborar e apresentar uma proposta de redefinição conceitual para o museu,

⁶⁹Instituída pela Portaria nº 18 de 18/06/1990, da Fundação Nacional Pró-Memória.

⁷⁰Ofício Circular nº 001, Rio de Janeiro, 25/06/1990. Solange de Sampaio Godoy- coordenadora da Comissão de Inventário de Acervos Museológicos.

⁷¹Atual IPHAN.

⁷²BRASIL, Portaria nº 03 de 01/08/1994. Do IPHAN, 1994.

constando também um plano histórico, filosófico e social para a exposição permanente e a definição das ações do MAB.

Na proposta⁷³ apresentada pela Comissão, nas Linhas de Ação Institucional, indicam que a organização interna do Museu deveria ser constituída de dois setores: promoção e documentação. Este último abrangeria atividades de pesquisa, registro, controle, segurança e biblioteca. Assim, naquele mesmo ano, foram contratados serviços para implantação da biblioteca especializada do Museu da Abolição, bem como a contratação de pesquisa historiográfica, antropológica e avaliação do acervo visando a reabertura do museu. Essa pesquisa ficou a cargo da Fundação Museu do Homem Americano⁷⁴.

O trabalho foi realizado pelas pesquisadoras e historiadoras Dr^a. Maria do Socorro Ferraz Barbosa e Dr^a Bartira Ferraz Barbosa, que a partir de um levantamento do acervo já existente no MAB, para “um julgamento de valor dentro da perspectiva da nova proposta do museu” (1995)⁷⁵ concluíram que o acervo era insuficiente “tanto do ponto de vista material como de conteúdo e que não deverá ser exposto sem que haja um contexto em que estas peças possam ser aproveitadas” (1995)⁷⁶. Dessa forma, o projeto indicava a necessidade da criação de uma nova política de aquisição do acervo ou, para esta exposição, “a utilização de recursos expositivos alternativos que minimizassem a precariedade constatada” (1995, p.5)⁷⁷.

O museu reabriu em setembro de 1996 com o espaço de exposição reduzido e centralizou suas atividades a partir da constituição de um Centro de Documentação e Pesquisa⁷⁸, contemplando uma biblioteca especializada em assuntos correlatos à cultura negra e a Museologia, assim como uma hemeroteca

⁷³BRASIL. Diretrizes de Trabalho Para abertura do Museu da Abolição, 1994.

⁷⁴ A Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM) é uma entidade civil, sem fins lucrativos, sediada no município de São Raimundo Nonato. Foi criada inicialmente em 1986 para preservar o Parque Nacional Serra da Capivara e seu acervo cultural e natural. Mas a instituição, que atualmente foi declarada de interesse público pelo governo brasileiro, executa uma série de atividades científicas e culturais, no âmbito das ciências humanas, biológicas e da terra, além de atividades em benefício da sociedade.

⁷⁵Proposta de trabalho apresentada ao IBPC pela professora Dra. Através da Fundação Museu do Homem Americano.

⁷⁶MUSEU DA ABOLIÇÃO (Recife, PE). Relatório de atividades referentes à primeira etapa da proposta de Trabalho. Recife, 1995.

⁷⁷MUSEU DA ABOLIÇÃO (Recife, PE). Projeto de Exposição Permanente. Museu da Abolição. Recife, 1995.

⁷⁸Carta Circular nº 001/CDP/MAB de 03/08/1998. De Fernando Augusto de Souza Lima.

de recortes de jornais e revistas com temáticas variadas, sob a responsabilidade da socióloga Simone Novaes.

Referente ao acervo museológico, não foram desenvolvidos trabalhos documentais com ele. O acervo que não estava exposto ficava acondicionado na reserva técnica do IPHAN.

Em 2002, Evelina Grumberg assumiu a responsabilidade do Museu da Abolição, concentrando suas atividades na execução de atividades socioeducativas. Na gestão dela algumas peças foram devolvidas ao Museu Imperial.

Com o novo fechamento de 2005 e o desenvolvimento do Seminário “O Museu que Nós Queremos”, que resultou nos dois documentos e na criação de um Grupo de Trabalho denominado GT/MAB, conforme visto anteriormente, foi possível a elaboração do primeiro Plano Museológico⁷⁹ do museu, em 2007⁸⁰.

O plano era composto por três fases: Fase um, apresenta a definição da instituição – histórico do Museu, situação organizacional dentro do IPHAN, diagnóstico, definição de missão, objetivos e metas. Fase dois, estabelece os Programas a serem desenvolvidos ou implementados para que se cumpra a missão e os objetivos. Fase três, detalhamento dos Projetos para efetivação dos Programas.

Verificou-se na fase um do referido documento alguns objetivos específicos traçados para a gestão, elaborados focando em transformar o museu em um centro de referência afro-brasileiro e ampliar sua atuação na comunidade. Este propunha ações de aquisição de acervo, pesquisa, documentação e desenvolvimento de redes externas com outras instituições, conforme descrito:

Implantar uma Rede de Interação com diversas instituições afins, públicas e privadas, religiosas e de ação social;
Estabelecer uma política de aquisição de acervo a partir de pesquisa, coleta e incentivo às doações e empréstimos, junto aos museus assemelhados, comunidades afro Descendentes, terreiros, particulares e outros;

⁷⁹Ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade”.(Art. 45. Da Seção III, Lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009)

⁸⁰ Atendendo à Portaria Normativa nº 1 de 05/07/06, que regulamentava a criação do Plano Museológico para as instituições ligadas ao Departamento de Museus e Centros Culturais/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Ministério da Cultura (DEMU/IPHAN/MINC).

Promover ações de reconhecimento, valorização e preservação do Patrimônio Cultural Afro-brasileiro, material e imaterial, nas instituições e comunidades afro-descendentes;

Implantar o Centro de Referência da Cultura Afro-brasileira;

Formar Conselho Consultivo, com representações dos vários segmentos da sociedade civil organizada, conforme definido no Regimento Interno do MAB e respectivo organograma, a ser criado;

[...]

Promover ações de treinamento específico na área da Museologia, com vistas à capacitação de profissionais nos campos da conservação, documentação e comunicação (MUSEU DA ABOLIÇÃO, 2007, p.16-17).

Dessa forma, os programas descritos na fase dois motivam-se por estes objetivos. Percebe-se, por exemplo, que aquisição, pesquisa e documentação foram contempladas. Assim, consta como parte do Programa Institucional elaborar a política⁸¹ de aquisição e descarte de acervos; e do Programa de Acervos, desenvolver a documentação, a partir do:

[...] inventário e controle do acervo museológico será realizado pela Coordenação Técnica, através de vistorias periódicas dos bens e atualização dos registros, segundo os parâmetros estabelecidos pelo Departamento de Museus e Centros Culturais, ou segundo os parâmetros profissionais recomendados, e anualmente informado ao DEMU através de sistema apropriado (MUSEU DA ABOLIÇÃO, 2007, p. 27).

O Programa de Pesquisa deveria ser desenvolvido pela Coordenação Técnica com base nos objetivos e missão do museu. Os resultados das pesquisas seriam disponibilizados e divulgados pela Coordenadoria de Comunicação.

Cabe esclarecer que estas coordenações já estavam definidas no Regimento Interno, mas não eram vigentes naquele momento, tampouco se concretizaram. Assim, as propostas colocadas nesse documento não chegaram a se efetivar, uma vez que não houve recursos financeiros nem humanos destinados para tal – apesar de ter recebido, ainda em 2007, um servidor por concurso público. Alterações no quadro funcional e mudanças estruturais só ocorreram com a criação do IBRAM em 2009 e a desocupação do prédio pelo IPHAN em 2010.

A transferência da gestão das unidades museológicas vinculadas ao IPHAN para o IBRAM resultou num processo de incorporação dos acervos destas instituições para este órgão. A fim de efetivar isso, foi enviado um processo administrativo para cada unidade composto de duas vias, uma em meio digital

⁸¹Visa estabelecer critérios gerais para a composição do acervo do museu, baseando-se em sua seleção, aquisição, triagem e redestinação.

(planilha e software Excel) e outra em papel, constituída pelos formulários para Inventário dos Acervos, Arquivísticos, Bibliográficos e Museológicos acompanhados de um glossário de termos técnicos. As duas vias deveriam ser devolvidas à Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal - CGSIM do IBRAM até 30 de junho do referido ano.

Cabia ao diretor do museu indicar um Responsável Técnico que ficaria encarregado do conteúdo e veracidade das informações. O processo se constituía em duas partes: a primeira relativa às respostas das questões contidas no formulário, que eram específicos à natureza do acervo (arquivístico, bibliográfico e museológico); e no que diz respeito à segunda, no caso do acervo museológico, cada museu deveria anexar ao processo o inventário de seu acervo, segundo os princípios metodológicos e os instrumentos de controle adotados por cada instituição, visto que não foi fornecido um modelo.

O formulário de acervos museológicos consistia em cinco sessões sobre: I Dados institucionais; II Área de Contextualização (histórico do acervo destacando as tipologias, número total de acervos quantitativo relacionado às formas de aquisição, número de itens cedidos a outras instituições, número de itens sob a guarda provisória do museu); III Área de conteúdo e Estrutura (indicar se houve verificação direta do acervo, data da última conferência, existência de itens não localizados, utilização de tesouro ou vocabulário controlado, existência de acervo tombado pelo IPHAN ou outro instrumento legal de preservação); IV Área de Condições de Acesso e Uso (existência de documentação fotográfica e quantidade); V Área de Notas (notas sobre conservação e notas Gerais); VI Área de Controle da descrição (identificação do responsável pelo preenchimento e identificação do diretor da Instituição) (ANEXO 04).

O Inventário de Acervos Museológicos do MAB foi enviado em janeiro de 2011⁸², fora do prazo estabelecido pela CGSIM, por conta de diversos fatores, entre eles foram apontados como justificativas o quadro reduzido de servidores que ainda esteve mobilizado com o planejamento e montagem da exposição permanente do museu, inaugurada em 20 de novembro de 2010 e a expectativa do recebimento de novos servidores, incluindo um museólogo.

⁸²MEMO nº 012/11/MAB/IBRAM/MinC, de 27 de janeiro de 2011. Adolfo Samyn Nobre- Diretor do MAB. A Rose Moreira de Miranda: coordenação geral de sistemas de informação museal.

No formulário, o MAB indicou a quantidade total de 130 objetos pertencente ao seu acervo e mais 30 objetos sob guarda provisória (empréstimo). Apenas foram verificados 85 por cento do seu acervo (110 objetos), sendo que o restante não foi possível, pois estava armazenado no cofre, cujas chaves e senha foram extraviadas. Relatou também que parte de dois objetos não foram localizados. E que “desde a última atualização do Inventário do Acervo Museológico do Museu da Abolição, datada de 23/02/1989, não há registro de nenhuma conferência do acervo da instituição”. Além disso, indicou que o acervo estava parcialmente fotografado, tendo documentação fotográfica de 25 objetos, mas não dos objetos não localizados.

Informou-se nesse formulário que o museu não utilizava nenhum tipo de Tesouro ou Vocabulário Controlado. E junto a ele foram enviadas cópias das fichas de catalogação do Arquivo Básico de Referência do Acervo – as fichas de 1989, já referidas anteriormente.

Naquele mesmo ano foi desenvolvido um banco de dados informatizado no *Programa Acess da Microsoft* pelo museólogo Adolfo Nobre⁸³, em que estão inseridas as informações catalográficas sobre o acervo.

Ele é formado por um cabeçalho fixo, onde consta o logotipo do museu seguido do nome “Base de Dados do Acervo Museológico”. Também constam os campos: ID-Objeto, este com preenchimento automático; N^o de registro; Objeto/Nome; Todo ou parte, com opção de selecionar e N^o de partes.

O banco de dados possui dez formulários (abas) intitulados de: Tipo/Autoria; Dados físicos; Inscrições/ suporte; Aquisição; Conserv./Restauro; Histórico, Expos. edocs; Avaliações; Obs.; Fotos. Cada formulário é composto por campos relativos à sua identificação, conforme apresentado no Anexo 05: Banco de dados do Museu da Abolição.

Segundo Adolfo Nobre⁸⁴, o banco de dados foi feito no Acess porque ele já possuía conhecimentos sobre como operar este sistema, considerando que “é mais fácil criar relacionamentos entre tabelas, consultas e formulário e também é mais prático realizar backups neste sistema” (NOBRE, 2016). Ele apontou como

⁸³Servidor do Museu da Abolição entre os anos de 2007 a 2012, acumulando ainda a função de Diretor nos anos de 2010 até 2011.

⁸⁴Questionário enviado por e-mail no dia 28/12/2016, contendo perguntas sobre o banco de dados, respondido também por e-mail.

desvantagem do programa a possibilidade de perda da informação, visto que os dados gravados podem ser facilmente sobrescritos ou apagados pelo usuário.

O motivo de criar uma base de dados informatizada era por ser “muito mais fácil controlar, filtrar, agrupar, atualizar, relacionar as informações sobre o acervo e gerar relatórios” (NOBRE, 2016). Foi desenvolvida,

A partir de estudos sobre a ficha catalográfica existente no museu, identificação das diversas entidades que compõem as informações sobre o acervo, análise de outras bases de dados tais como: Donato (MNBA), INFOMUSA (Portugal), criação das tabelas, relacionamentos, formulários e inserção de dados, obviamente todas as etapas foram seguidas de testes e revisões (NOBRE, 2016).

Não foi feito manual ou lista de descritor para esse sistema, segundo o museólogo, apenas foram transcritas as informações contidas nas fichas de acervo existentes no MAB.

Com a chegada de mais uma museóloga⁸⁵ em 2011 e a posse da nova diretora no início de 2012, algumas atividades com o acervo foram realizadas, destacando a abertura do cofre onde estavam trancadas algumas obras. Isso possibilitou a devolução de 15 obras que estavam sob a guarda do museu e a verificação completa do acervo.

Ao longo dos primeiros meses daquele ano, foi efetivada a atualização do Plano Museológico para o quadriênio 2012-2015, com base na versão elaborada em 2007 e dos Art. 44 e Art. 46, Parágrafo 3º, do Estatuto de Museus⁸⁶ (MUSEU DA ABOLIÇÃO, 2012, p.7). Este institui a obrigatoriedade dos museus em desenvolver e implementar o Plano Museológico, assim como define⁸⁷, regulamenta sua elaboração e determina sua avaliação e atualização periódica.

O plano museológico do MAB foi produzido a partir das reuniões e encontros da equipe do museu. Está dividido em três partes: a primeira apresenta a definição da instituição e seu histórico; sua missão e objetivos; diagnósticos. A

⁸⁵A museóloga referida é também a pesquisadora desta dissertação. Minha chegada ao museu se deu em fevereiro de 2011 após realização de concurso público em março de 2010.

⁸⁶Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009.

⁸⁷“O plano Museológico é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade” (LEI 11.904, Art.º 45. Parágrafo 3º).

segunda parte apresenta os programas: Institucional, Gestão de Pessoas, Acervos, exposições, Educativo e Cultural, Pesquisa, Arquitetônico e Urbanístico, Segurança; Financiamento e Fomento; e Comunicação. A terceira parte contempla os anexos, minuta do regimento interno, minuta da política de aquisição e descarte de acervo museológico.

Não houve modificações significativas nos objetivos do museu. Foram incluídos mais programas como o de capacitação dos servidores. E os outros programas tiveram atualizações. O Programa de Acervo teve como ponto principal a consolidação da Política de Aquisição e Descarte de Acervo Museológico. No programa de documentação foram designadas metas para sua efetivação:

A documentação do acervo levará em consideração questões básicas como: facilidade de recuperação das informações acerca da obra, documentos de aquisição do acervo e a segurança do mesmo. Neste sentido, prevê a coleta, organização, tratamento, armazenamento, recuperação e disseminação da informação produzida a partir da coleção.

A coleção do MAB necessita de pesquisas sob o ponto de vista da formação de sua coleção, aquisição, procedência, valor simbólico, valor de uso e história, alimentando assim a documentação do museu. A iniciativa visa à compreensão destes objetos em seu contexto de produção e utilização, do ponto de vista histórico e cultural, entendendo-o como memória de sua temporalidade (2012, p. 40).

E no programa de pesquisa foram determinadas linhas de interesse e temáticas e metas de pesquisa, envolvendo a missão e os objetivos do museu e sua pretensão de se tornar Centro de Referência da cultura Afro- Brasileira. O programa de comunicação se desdobrou em Comunicação externa e interna, indicando a contratação de um plano de divulgação da imagem da instituição.

A minuta da Política de Aquisição e Descarte do Acervo Museológico do MAB estabelece diretrizes de gestão, procedimentos e critérios para aquisição e descarte de objetos ou coleções para o acervo museológico, devendo ser atualizada periodicamente. Foi construída em forma de Lei, contendo capítulos e artigos. No primeiro capítulo descreve a vinculação, finalidades e objetivos. No segundo capítulo discriminam-se as formas de aquisição de acervo, seus critérios e procedimentos e determina-se a consulta a uma Comissão de Avaliação de Acervo, entretanto, a decisão final de aquisição é colocada como responsabilidade do diretor. O terceiro capítulo é sobre o descarte do acervo, suas formas, critérios e procedimentos. O quarto capítulo descreve a composição da Comissão de Avaliação do acervo

museológico e sua regulamentação. E o quinto capítulo trata dos procedimentos para entrada do acervo de forma genérica.

Esta minuta foi submetida à Procuradoria Federal – PROFER e ao Departamento de Museologia – DEPMUS, ambos são departamentos do IBRAM. A resposta foi de que a política deveria contemplar todos os acervos do museu. Assim, no ano seguinte, foi elaborada a minuta da Política de Aquisição e Descarte de Acervos do MAB. A minuta foi devolvida ao DEPMUS para a emissão de um parecer sobre o acervo museológico e encaminhamentos à Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal – CGSIM para fosse emitido parecer sobre o acervo arquivístico e do Centro de Estudos e Documentação da Museologia – CENEDOM para o acervo bibliográfico. As recomendações sugeridas por estas coordenações foram realizadas e em 2014 a minuta foi encaminhada à PROFER para aprovação e publicação. Entretanto, voltou com a indicação de que deveria esperar a normativa do IBRAM sobre Políticas de acervo que estava sendo elaborada.

Continuando a descrição das atividades de documentação do MAB, em 2012 foi realizada a atualização do Inventário de Acervo Arquivístico, Bibliográfico e Museológico do IBRAM, respondendo a Diligência nº 10 da Comissão de Inventário de Acervo Arquivísticos, Bibliográficos e Museológicos- CIAABM. Nesta atualização foi desenvolvida uma Tabela de classificação do acervo com base no Thesaurus para acervos museológicos (FERREZ, Helena Dodd; BIANCHINI, Maria Helena S., Rio de Janeiro: Fundação Pró Memória, 1987).

Quadro 3: Classificação do acervo do Museu da Abolição

Código	Classe/Subclasse	Quantidade
02	Artes Visuais	02
03	Objeto Pecuniário	22
05	Interiores	20
05.4	Objetos de Iluminação	06
06.1	Equipamento Agrícola	03
06.6	Equipamento de Mineração	01
06.10	Instrumento Musical	03
08	Insígnia – Bandeira	01
09.2	Objeto Comemorativo	26

09.3	Objeto de Culto	21
10.1	Documento	01
12.2	Artigo de Tabagismo	01
12.3	Artigo de Toaleta	01
12.5	Objeto de Adorno	11
13	Castigo/Penitência	03
14.1	Instrumento de Precisão/Óptico	08
TOTAL		130

Fonte: MUSEU DA ABOLIÇÃO, 2012 (MEMO nº 129).

Neste mesmo ano, foi elaborado um projeto de “Reestruturação da Documentação Museológica” – ANEXO 06 – cujo objetivo era reestruturar o sistema do museu para ampliar a capacidade de controle e segurança do acervo. Compunha o projeto um diagnóstico da documentação referente ao acervo⁸⁸ já produzida no museu. Estes foram considerados incompletos, pois,

[...] não levam em consideração questões básicas como: facilidade de recuperação das informações a cerca da obra, análise do conjunto da obra, os documentos de aquisição do acervo e a segurança do mesmo. Não temos na documentação referência aos objetivos e justificativas da aquisição desses objetos para o museu, o que vai de encontro a missão do Museu da Abolição (MUSEU DA ABOLIÇÃO, 2012).

Consistiam em objetivos específicos do projeto: conferir as informações já existentes sobre o acervo; classificar o acervo museológico; elaborar nomenclator com as normas metodológicas adotadas no sistema de informação; elaborar instrumentos que facilitem o processo de identificação e recuperação de informações relativas às obras, obedecendo aos princípios da documentação; realizar o registro técnico fotográfico do acervo, objetivando formalizar um banco de imagens para uso em trabalhos internos e iconográficos; organizar o material documental existente sobre o acervo; adquirir equipamentos e materiais específicos para o desenvolvimento das atividades técnicas, tais como *pen-drive*, máquina fotográfica, mobiliários; subsidiar informações para futuras pesquisas sobre o acervo do museu; realizar a sistematização das informações do acervo museológico;

⁸⁸As fichas e os documentos de aquisição.

O projeto continha metodologia e cronograma, com ações previstas para acontecer até dezembro do mesmo ano. No projeto já existiam a ficha de identificação do acervo, o nomenclator⁸⁹ e seu Manual de Preenchimento.

No nomenclator estão descritos os critérios para a documentação do MAB, sinalizando que as informações referentes ao objeto seriam registradas na ficha de documentação e depois no Livro de Tombo. Também foram realizadas alterações na descrição das peças, tal como no número de registro das obras, em que se acrescentou o ano completo de entrada da obra. Também foram estabelecidos critérios para as obras compostas de mais de uma parte e/ou peças, que receberiam apenas um único número de registro para todas as partes, diferenciadas entre si apenas por uma letra minúscula do alfabeto, estabelecendo princípios para o preenchimento das fichas.

Segundo o manual de preenchimento, a Ficha de Identificação é composta por três partes denominadas de: Identificação do objeto, Análise do objeto e Notas. Ainda possui áreas para os dados sobre Reprodução Fotográfica e sobre o preenchimento. A ficha é composta dos seguintes campos:

Quadro 4: Ficha de Identificação - 2012

Campos	Descrição
Número da Ficha:	Número correspondente à ficha de identificação de cada obra.
Número de Registro:	Código que corresponde ao registro individual de identificação e controle da obra.
Número de Partes:	Registra-se a quantidade de partes, no caso de objetos composta por mais de uma.
Parte 1: Identificação do Objeto	
Termo:	Registrar o substantivo comum que identifica o objeto dentro do acervo do museu.
Classificação:	Registrar a classificação específica do objeto, segundo a Tabela de classificação do acervo elaborada a partir da consulta do Thesaurus para acervos museológicos (FERREZ, Helena Dodd, BIANCHINI, Maria Helena S., Rio de Janeiro: Fundação Pró Memória, 1987).
Título:	Denominação particular correspondente a obra, que pode ser atribuída por seu autor, pelo antigo proprietário ou pelo próprio museu. Há peças, entretanto, que não possuem títulos, neste caso, registrar S/R (Sem Referência).

⁸⁹ Conjunto de informações relativas aos termos usados nas fichas de identificação.

Autoria:	Designa o(s) nome(s) do(s) autor(es) ou do fabricante (s) do objeto. Quando a autoria da obra for uma atribuição, registre o nome do possível autor seguido da palavra atribuição, entre parênteses. Caso não possa atribuir nenhuma identificação registrar S/R (Sem Referência).
Cópia:	Registrar quando a obra for uma cópia da original. Preencha este campo, observando as seguintes informações: No campo autoria registre o nome do autor da obra original e no campo cópia registre a informação "reprodução da original" acrescido do nome da instituição onde este se encontra e da cidade, logo após o nome do autor da reprodução.
Data de produção/criação :	Data em que o objeto foi produzido ou criado. Registrar a data em algarismos arábicos e de forma completa. Caso não se tenha informações exatas sobre a data da confecção do objeto, registrar uma datação aproximada, baseada em pesquisa histórica ou estilística. Deve seguir os padrões do manual.
Origem:	Indica, por extenso, o país, estado ou a cidade onde a peça foi fabricada, mesmo que essa informação apareça abreviada ou incompleta. Caso a origem seja desconhecida, registrar S/R (Sem Referência).
Material/Técnica	Registrar o modo como a peça foi produzida ou criada e o material (s) empregados para a confecção. Deve-se colocar uma barra, separando a técnica dos materiais. Quando uma obra possui mais de três (3) tipos de técnicas, identificadas ou não, utilizar o termo Técnica Mista.
Procedência:	Registrar o nome da pessoa ou instituição de que a obra pertenceu antes da sua incorporação ao acervo do museu. Caso a procedência seja desconhecida, registrar S/R (Sem Referência).
Modo de Aquisição	Maneira pela qual o objeto foi adquirido pela instituição. Na ficha catalográfica encontram-se os seguintes itens: Compra, Doação, Transferência, Coleta e Prêmio Aquisição.
Data de Aquisição:	Registra a data (dia, mês, ano) da incorporação da peça. Caso a data de aquisição da peça for desconhecido, registrar S/R (Sem Referência).
Marcas e Inscrições:	Transcrever, entre aspas, inscrições, legendas, gravações e marcas simbólicas, conforme redação, ordem e grafia existentes na peça.
Assinatura:	Identificação feita pelo autor na obra, comprovando a sua autoria. Se na obra consta assinatura, marque no campo SIM. Caso contrário marque NÃO.
Estado de Conservação	Item referente à condição física do objeto que pode ser definido através das seguintes palavras-chave: ótimo, bom, regular e sofrível.

Dimensões	Refere-se à altura, largura, comprimento, profundidade, peso e diâmetro tomados da obra. Utiliza-se a escala de centímetros e gramas.
Descrição do objeto	Esse item refere-se às informações sobre a descrição do objeto com relação aos aspectos descritivos em geral.
Parte 2: Análise do Objeto	
Dados históricos:	Esse item destina-se ao detalhamento que possa ampliar as informações sobre a obra, desde o momento de sua criação. Deve-se buscar, principalmente, revelar o sentido documental do objeto enquanto fonte histórica.
Características iconográficas	Campo reservado a análise de temas, da iconografia e dos símbolos encontradas na obra.
Características estilísticas	Este campo deve contextualizar a peça em seu universo cultural, através da identificação de estilos, autores e escolas em um determinado processo histórico.
Características Técnicas	Este campo deve conter informações sobre os materiais e os processos técnicos utilizados na confecção do objeto, assinalando o número de partes, os tipos de encaixe, revestimentos e tonalidades.
Observações:	Espaço reservado para registrar qualquer informação de natureza complementar sobre o objeto, cujo conteúdo não se enquadre nas especificações previstas.
Parte 3: Notas	
Exposições:	Relacionar, de forma cronológica crescente, as exposições das quais o objeto participou.
Documentação Relacionada:	Registro da documentação existente sobre o objeto;
Referências:	Registrar a citação de livros e catálogos, contendo informações utilizadas no preenchimento da ficha.
Reprodução Fotográfica	
Controle:	Registrar o número de arquivamento interno correspondente a reprodução fotográfica da peça.
Fotógrafo/ Data:	Registrar o nome do fotógrafo e a data de execução do trabalho, separando as informações por uma barra.
Dados de Preenchimento	
Cadastro/ Data:	Registrar o nome do técnico responsável pelo preenchimento da ficha catalográfica de identificação e a data do referido preenchimento.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Manual de preenchimento, 2012.

O preenchimento destas fichas foi iniciado ainda em 2012 juntamente com a conferência do acervo que também teve suas medidas conferidas e foifotografado. Isso desencadeou modificações também no banco de dados informatizado: na aba Tipo /Autoria, troca do campo Tipologia pelos campos

Categorias e Subcategorias, e troca do campo Assunto por Tipologia; e inserção do campo Controle na aba Fotos.

Em dezembro de 2012, foi composta a Comissão de Inventário Físico de Bens Moveis do Museu da Abolição⁹⁰ para realizar o levantamento de todos os bens existentes na instituição independente do proprietário, tendo em vista que os bens adquiridos antes de 2010 ainda não tinham sido transferidos do IPHAN para o IBRAM. Também deveriam informar os bens particulares ou que possuíssem cessão de uso. Este inventário foi realizado em planilha Excel, intitulada Planilha Inventário Patrimonial 2012⁹¹ e era composto de tais campos: item, nº patrimonial/tombamento, quantidade, descrição do bem (marca, modelo, cor, nº de serie), localização, estado de conservação, valor, origem (compra, doação, transferência, fabricação), classificação patrimonial/conta contábil (conforme relação enviada pela CGU- IBRAM) e deveria ser acompanhado de um Relatório da Comissão constando informações sobre a existência de termo de responsabilidade dos bens inventariados, assim como todos os procedimentos e medidas adotadas que resultaram no inventário, recomendações e orientações julgadas necessárias.

No relatório (2012) a Comissão considerou que pelo prazo que tiveram para realização e entrega do inventario, o trabalho foi concluído dentro das condições possíveis, contudo, não se especificou quais foram estas condições nem se houve dificuldades.

Foram inventariados 166 bens do acervo museológico, composto dos objetos originados do IPHAN (a coleção inicial do MAB, 130 peças) e de doações, informando que estas últimas ainda não tinham sido registradas no inventário museológico. Também informaram que não foram atribuídos valores aos objetos do acervo por se tratarem de bens simbólicos. Além disso, conferiram a todos os objetos a Classificação Contábil 12311. 04.06, correspondendo à “Obras de arte e peças para exposição” na listagem.

Desde então este inventário contábil é realizado e enviado ao IBRAM a cada final de ano, seguindo o mesmo modelo e procedimento. No inventário de 2013, foram registradas 163 itens do acervo. Justificaram no relatório que se identificaram dois objetos listados no inventário de 2012 que não pertenciam ao

⁹⁰Portaria 440, de 13 de dezembro de 2012” publicada no boletim Administrativo Eletrônico do IBRAM, nº 187.

⁹¹Relatório da Comissão de Inventário Físico Bens Moveis – Exercício 2012. 2012.

acervo do MAB, por isso foram retirados. Não foi relatado o motivo da retirada do outro item faltante.

Em 2014, o documento passou a ser denominado de Inventário Físico financeiro de Bens Moveis. Foram inventariados 151 itens - o acervo museológico composto por 133 objetos que possuem números de registros e mais 18 peças ainda não registradas –, justificando o fato de o quantitativo inventariado ser menor do que o de 2013, pois neste último, 07 objetos compostos de mais de uma parte foram listados, tanto o objeto completo como as partes individualmente. Segundo o relatório, a comissão entendeu que para o inventário contábil a discriminação das partes não se fazia necessária, assim estes itens foram retirados no inventário de 2014, deixando apenas o objeto completo e na descrição foi estipulada a quantidade de partes. Com relação à atribuição de valor econômico ao acervo, esta continuou sem ser feita com a alegação de que para tal seria necessária uma pesquisa apurada que só poderia ser feita por um avaliador especializado.

A quantidade de objetos constantes no Inventário Físico financeiro de Bens Móveis aumentou em 2015, sendo descritos 157 itens, pois, naquele ano a instituição recebeu 06 objetos, doados pela Receita Federal.

A destinação de bens de valor cultural apreendidos pela Receita Federal do Brasil (RFB) aos museus do IBRAM inicia-se em 2012, com a doação da escultura *“Samburu Dance I”* da artista plástica holandesa Marianne Houtkamp ao Museu da Abolição. Para legitimar esse processo, em 2013 a presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.840, que dispõe sobre a destinação de bens de valor cultural, artístico ou histórico apreendidos pela Receita Federal, cedidos à União como pagamento de dívidas ou que tenham sido abandonados, aos museus brasileiros. Conforme estabelecido no texto, a guarda e a administração de bens deste tipo poderão ser concedidas a museus federais, estaduais ou municipais – tendo as instituições museológicas federais preferência. A Lei também admite a possibilidade de entrega de bens a museus privados, desde que não tenham fins lucrativos e integrem o Sistema Brasileiro de Museus (SBM).

Os procedimentos a serem adotados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) foram dispostos em Portaria Interministerial Nº 506, dos ministérios da Fazenda e da Cultura, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 19 dezembro de 2014. Segundo a portaria, a

RFB notificará o instituto sobre a disponibilidade de mercadoria abandonada, entregue à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento, quando houver indícios de que se trate de bem de valor cultural, artístico ou histórico, permitindo o acesso de técnicos para fins de vistoria. O IBRAM deverá se manifestar quanto ao interesse na incorporação do bem, mediante ofício assinado pelo Presidente ou por servidor formalmente designado para esse fim.

O MAB ainda recebeu mais oito obras apreendidas pela RFB, a destinação ao MAB, segundo o IBRAM, levou em conta critérios como a política de aquisição dos museus, disponibilidade para receber os bens e condições favoráveis de preservação e segurança (IBRAM, 2015).

Com relação às atividades de documentação, foram realizadas a partir de 2014 a organização das fichas documentais do acervo em pastas suspensas. Cada ficha foi guardada em invólucros plásticos, dispostas na pasta seguindo a sequência do número de registro. Foram detectados e corrigidos alguns problemas com o inventário do acervo, tendo realizado o registro de uma peça – Medalha de Honra ao Mérito – que foi adquirida em 1989, mas não tinha sido catalogada. Também foram iniciadas pesquisas sobre o acervo, focando na temática, utilização e material, que ainda está em andamento.

4.3 Caracterização da documentação do acervo museológico do museu da abolição: aspectos teóricos e práticos

Compreende-se que os critérios para a gestão inicial do MAB foram pensados de uma maneira ampla que incluía aspectos direcionais e administrativos, mas também as atividades específicas vinculadas ao processo de musealização, – pesquisa, conservação e documentação para fins de comunicação – conforme descrito no segundo capítulo. Nota-se que existiu a preocupação em formular a documentação para dar conta do percurso do objeto desde sua entrada no museu até sua disponibilização na exposição.

Em se tratando da gestão da museóloga Alair Siqueira Barros (1983-1984), pode-se inferir que foi efetivada uma atuação sistemática sobre a informação que se desejava preservar por meio de um processamento técnico, o que conduz a pensar em um início de sistema de documentação para o Museu da Abolição, uma vez que foram reunidas informações concernentes às etapas de seleção e aquisição

do acervo; bem como procedimentos para organização e controle, a partir do inventário⁹² e da catalogação⁹³.

Com relação às fichas, verificou-se que não foram confeccionadas a partir de critérios estabelecidos pelo próprio museu, mas utilizados sem nenhuma adaptação do Programa Nacional de Museus - PNM.

Considerando a adequação desta documentação com as discussões teóricas da década de 1980, percebe-se que atendem às articulações e sistematizações referentes a esta prática, no que diz respeito à “compatibilização e coerência dos campos de registros, normalização de vocabulário, e a noção de sistema como sucessão de etapas de atividades interligadas” (CERAVOLO, 1998, p. 39).

Comparando, por exemplo, com os dados ou atributos mínimos⁹⁴ apresentados por Camargo-Moro (1986, p.45) para a ficha de registro do acervo, percebe-se que a ficha do MAB atendia a esses requisitos, no que se refere a esta etapa. Segundo a autora, estes atributos foram reconhecidos pelo Cidoc/Icom, e

⁹² Comumente inventário pode ser descrito como “o levantamento individualizado e completo dos bens relativos a uma instituição ou pessoa, abrangendo registro, identificação e classificação” (CAMARGO – MORO, 1986, p. 41). No caso dos museus, pode ser entendido de diversas formas, tais como: o tratamento do suporte, por meio de ações como medições e marcações com números de identificação provisório ou definitivo, visando a criação de uma identidade para os objetos (CERAVOLO, 1998, p. 61); inscrição no Livro de Tombo ou de Registro, onde são registrados todos os objetos do museu (também sua baixa), obedecendo a sequência numérica do acervo, preenchidos com uma lista de termos para uma descrição sucinta. O inventário atende assim ao controle físico do acervo e a uma documentação básica (CERAVOLO, 1998, p. 61- 62; CAMARGO-MORO, 1986, p. 47).

⁹³ A catalogação em museus, segundo Cerávolo (1998, p. 65) pode ter variados sentidos sendo uma tarefa efetivada por especialistas para “a seleção e composição de dados previamente estabelecidos como necessários”, ou “corresponde à decodificação do objeto na forma de catalogação temática”. Percebe-se que a definição dada por Camargo – Moro (1986, p. 79) faz uma junção desses dois sentidos, ela denomina de catalogação aprofundada ou classificação, “pois nela são confeccionadas as fichas classificatórias”, e a divide em duas etapas: denominadas de catalogar, que é “o ato de identificar e relacionar bens culturais ou espécimes naturais através do seu estudo” e classificar que seria uma análise mais profunda, tendo como ponto principal a ficha classificatória e as deduções consequentes que dela se extrair.

⁹⁴ - Nome da instituição

- Número de registro da peça
- data de ingresso e/ou de aquisição definitiva
- descrição (sumária)
- classificação genérica
- forma de ingresso ou de aquisição
- origem
- procedência
- histórico do objeto
- E mais um item
- Observações (CAMARGO – MORO, 1986, p.45)

fazem parte da primeira fase da investigação necessária à documentação do objeto, intitulada de decodificação básica (CAMARGO-MORO, 1986, p. 79).

Mas a autora descreve uma segunda etapa, a decodificação de profundidade, na qual se procede à análise mais intensa da peça, a partir do uso da ficha catalográfica ou ficha classificatória, considerada por ela uma extensão da ficha de registro, (CAMARGO-MORO, 1986, p. 79-80), a qual abrange as seguintes áreas:

Identificação da peça; história desta peça em função de sua participação no acervo do museu; história dessa peça em função de sua criação ou descobrimento no tempo e no espaço; descrição da peça quanto a sua característica física; descrição da peça quanto a seu conteúdo, seu uso, sua classificação, sua tipologia e respectivo detalhamento (CAMARGO-MORO, 1986, p. 80, grifos da autora).

A ficha inicial do MAB não corresponde a esta etapa de catalogação aprofundada do acervo. Supõe-se que isso foi notado pelo Programa Nacional de Museus através da sua Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos, que recomendou em 1987 a catalogação a partir de novas fichas, conforme descrito na sessão anterior.

A suposição é baseada no fato do livro de Fernanda de Camargo-Moro, *Museu: aquisição/documentação* ter sido lançado em 1986, sendo provável sua utilização pelos profissionais do PNM. Tendo em vista também as similitudes do trabalho de documentação desenvolvido sobre a orientação da Coordenadoria e a abordagem do referido livro⁹⁵.

Assim, parece que a prática do MAB estava condizente com a literatura da época, como afirma Monteiro (2014, p. 96), a literatura⁹⁶ sobre o assunto mais assemelhava-se a “um manual de boas práticas sobre a documentação”, visto que,

A documentação foi estabelecida como um conjunto de atividades julgadas como necessárias para o controle do acervo – agora com o acréscimo da palavra sistema – não adentraram em questionamentos acerca das implicações do próprio ato de documentar. Não apresentam explicações que permitam a interpretação da lógica que estrutura o sistema, como se os conceitos inerentes ao ato – inventário, catalogação – fossem, novamente,

⁹⁵Este pensa a documentação como um trabalho dividido em etapas e traz “uma preocupação expressa com os tipos de documentos que devem ser utilizados e que tipo de informação deve ser coletado” (MONTEIRO, 2014, p. 85).

⁹⁶A autora descreve a produção do CIDOC, bem como de autores brasileiros, europeus e estadunidense entre as décadas de 1970 e início de 1990.

plenamente estabelecidos e a ação em si, de organizar as informações, o resultado de uma metodologia consolidada (MONTEIRO, 2014, p. 96).

Como detalhado no terceiro capítulo, é apenas no final dos anos 1990 que se tem uma perspectiva mais ampliada para os sistemas de documentação dos museus. Este processo é fruto tanto de uma nova perspectiva vinda do contexto anglo-saxão, como de autores da área que buscaram se fundamentar nas teorias da Ciência da Informação. Pode-se dizer também que resulta dos novos conceitos da Museologia⁹⁷, que alterou as preocupações dos museus: *do edifício para o território*; passando a abranger em sua estrutura e atuação não apenas os tradicionais limites arquitetônicos e institucionais, mas também o desenvolvimento do seu entorno, a partir do fomento de novas experiências e um maior conhecimento de seu acervo (GUTIÉRREZ USILLOS, 2010, p.70).

As mudanças ocorridas na documentação do MAB a partir de 2010 refletem estas transformações. Principalmente pela nova dinâmica trazida pelos gestores do museu iniciada em 2005, que se vinculava aos novos ideais da Museologia em seu aspecto social e aglutinador do contexto em que está inserido. Ao se abrir para a comunidade e refletir sobre seus conceitos a partir de uma ampliação da sua atuação a gestão do museu passou a estar mais preocupada com as informações que eram passadas ao público, criando-se roteiros participativos para a elaboração das exposições e discutindo-se sua gestão institucional.

Percebe-se também uma transformação na própria política nacional relativa aos museus, com a implantação do IBRAM, que,

Surge com a missão de construir e organizar os anseios da comunidade museológica que iam desde melhorias de infra-estrutura das instituições, articulação e intercâmbio institucional, ampliação e democratização de acesso do público, pelo aprimoramento dos sistemas de informação, até a batalha pelo direito à memória, garantindo o empoderamento social daqueles que historicamente foram considerados subalternos e expropriados do direito de narrar suas próprias histórias e construir seus próprios patrimônios (VALENCA, 2014, p. 53).

O IBRAM é um órgão público, responsável pela melhoria dos serviços do setor e pela política de gestão dos museus a ele vinculados, como também o

⁹⁷ Estes vinham sendo gestados desde os fins de 1960, com o movimento do Ecomuseus desenvolvido por Hugues de Varine. Ganha força com a criação em 1984 do Movimento Internacional

gerenciamento e a fiscalização a partir do que está definido e instituído pelo Estatuto de Museus, Lei 11.904, de 2009.

O Estatuto de Museus é o primeiro marco regulatório das instituições museais. Ele engloba em seu escopo diretrizes relacionadas à aquisição, documentação e comunicação em museus. Para ilustrar tal afirmativa foram compilados a seguir os artigos e incisos desta Lei que tratam dos referidos assuntos:

Art. 28. O estudo e a pesquisa fundamentam as ações desenvolvidas em todas as áreas dos museus, no cumprimento das suas múltiplas competências.

§ 1º O estudo e a pesquisa nortearão a política de aquisições e descartes, a identificação e caracterização dos bens culturais incorporados ou incorporáveis e as atividades com fins de documentação, de conservação, de interpretação e exposição e de educação.

§ 2º Os museus deverão promover estudos de público, diagnóstico de participação e avaliações periódicas objetivando a progressiva melhoria da qualidade de seu funcionamento e o atendimento às necessidades dos visitantes.

[...]

Art. 31. As ações de comunicação constituem formas de se fazer conhecer os bens culturais incorporados ou depositados no museu, de forma a propiciar o acesso público.

Parágrafo único. O museu regulamentará o acesso público aos bens culturais, levando em consideração as condições de conservação e segurança.

Art. 33. Os museus poderão autorizar ou produzir publicações sobre temas vinculados a seus bens culturais e peças publicitárias sobre seu acervo e suas atividades.

§ 1º Serão garantidos a qualidade, a fidelidade e os propósitos científicos e educativos do material produzido, sem prejuízo dos direitos de autor e conexos.

§ 2º Todas as réplicas e demais cópias serão assinaladas como tais, de modo a evitar que sejam confundidas com os objetos ou espécimes originais.

[...]

Art. 38. Os museus deverão formular, aprovar ou, quando cabível, propor, para aprovação da entidade de que dependa, uma política de aquisições e descartes de bens culturais, atualizada periodicamente.

Parágrafo único. Os museus vinculados ao poder público darão publicidade aos termos de descartes a serem efetuados pela instituição, por meio de publicação no respectivo Diário Oficial.

Art. 39. É obrigação dos museus manter documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários.

§ 1º O registro e o inventário dos bens culturais dos museus devem estruturar-se de forma a assegurar a compatibilização com o inventário nacional dos bens culturais.

§ 2º Os bens inventariados ou registrados gozam de proteção com vistas em evitar o seu perecimento ou degradação, a promover sua preservação e segurança e a divulgar a respectiva existência.

Art. 40. Os inventários museológicos e outros registros que identifiquem bens culturais, elaborados por museus públicos e privados, são considerados patrimônio arquivístico de interesse nacional e devem ser conservados nas respectivas instalações dos museus, de modo a evitar destruição, perda ou deterioração.

Art. 41. A proteção dos bens culturais dos museus se completa pelo inventário nacional, sem prejuízo de outras formas de proteção concorrentes.

§ 1º Entende-se por inventário nacional a inserção de dados sistematizada e atualizada periodicamente sobre os bens culturais existentes em cada museu, objetivando a sua identificação e proteção.

§ 2º O inventário nacional dos bens dos museus não terá implicações na propriedade, posse ou outro direito real.

§ 3º O inventário nacional dos bens culturais dos museus será coordenado pela União.

§4º Para efeito da integridade do inventário nacional, os museus responsabilizar-se-ão pela inserção dos dados sobre seus bens culturais (BRASIL, LEI 11.904, de 2009).

Verifica-se, a partir desse recorte, que a Lei estava atenta às formas e objetivos de aquisição do acervo, marcando a importância de se constituir linhas de pesquisa para identificação dos bens que devem ser incorporados. Também nota-se uma preocupação em valorar e melhorar a qualidade dos serviços oferecidos ao público, a partir da pesquisa de opinião. A comunicação nos museus é ressaltada como uma forma de acesso público aos bens culturais, tendo finalidade científica e didática. E a documentação é tida como obrigatória, devendo ser compatível com o Inventário Nacional de Museus.

Sobre este inventário, de acordo com o Decreto 8.124, de 17 de outubro de 2013, que regulamenta o Estatuto, é o “instrumento de proteção e preservação do patrimônio museológico, a ser coordenado pelo IBRAM, para os fins previstos no art. 41 da Lei 11.904, de 2009” (BRASIL, 2013). O denominado Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados – INBCM ainda está em fase de implantação pelo IBRAM.

Considera-se que a política nacional de museus, a partir da Lei 11.904, compreende os museus como espaços informacionais, minimizando a postura sacralizadora que marcou muitos momentos da história deles e atrelando à sua dimensão funcional uma reflexão social, “a qual seja a de local que pode contribuir para o clareamento das leituras possíveis da formação de uma sociedade em seus variados segmentos” (CASTRO, 1999, p.23). Acredita-se que tal concepção está de acordo com o conceito de informação – como material, social e público – defendido nesta pesquisa.

A concentração das informações acerca dos acervos de todos os museus vinculados ao IBRAM está a cargo da Coordenação de Patrimônio Museológico – CPMUS, que foi responsável pelo “Inventário de Acervo Museológico dos Museus” para transferência patrimonial do IPHAN ao IBRAM. Seguindo as diretrizes do Estatuto, para realização do inventário não foram oferecidos modelos e os museus ficaram responsáveis pela gerência e controle na produção das informações.

Pode se inferir que foi este o motivo da metodologia utilizada para catalogação do acervo do Museu da Abolição a partir de 2010 ter tido pouca relação com a desenvolvida entre 1983 e 1989. Como exemplo, as fichas elaboradas em 2012 e 1988 não foram (a partir da comparação da descrição nos respectivos manuais) fundamentadas entre si (apesar de a ficha de 2012 conter campos idênticos à ficha de 1988).

À guisa de um melhor entendimento, cabe esclarecer que os denominados campos nas tradicionais formas de descrição das obras – as fichas –, no contexto informatizado constituem-se como metadados⁹⁸ (USSILOS, 2010, p. 118), estes possibilitam,

Resumir o significado dos dados, [bem como] sua pesquisa, determinar se esse dado é o que se busca, prevenir certos usos, recuperar e usar uma cópia do dado, mostrar instruções de como interpretá-lo, obter informações sobre condições de uso, fornecer informações sobre a vida do dado, oferecer informações relativas ao criador, indicar relações com outros recursos, controlar a gestão e etc (GUTIÉRREZ USILLOS, 2010, p. 117, tradução nossa).

Como visto, o Museu da Abolição possuía seu acervo informatizado desde 1989, contudo, a criação de seu próprio banco de dados ocorreu apenas em 2010. Deve-se considerar que o sistema precisa conciliar o enorme conjunto de regras de documentação existentes para os museus com os requisitos do sistema informatizado, assim precisam lidar com as constantes atualizações envolvendo o conhecimento e investigação nas duas áreas. Tendo em vista que o MAB não possui uma área de informática, controlar as mudanças necessárias nesse banco de dados consiste em um desafio, que demanda um trabalho, muitas vezes, difícil e dispendioso.

⁹⁸ Estes podem ser definidos como “Dados descritivo ou informações sobre o contexto, a qualidade, condição, características, conteúdo e estrutura de documentos e sua gestão ao longo do tempo, e

Por mais que não exista uma normatização universal e comum para descrever os objetos em museus, com o impacto da utilização dos sistemas de informação e comunicação nos museus a partir do século XX, algumas organizações internacionais⁹⁹ de profissionais da área ligados à documentação e gestão das coleções desenvolveram um conjunto de documentos normativos considerados atualmente referência internacional. Destacam-se as *Internacional Guidelines Object Information: the CIDOC Information Categories* – Diretrizes do Conselho Internacional de Documentação do ICOM, lançada em 1995 e publicada no Brasil¹⁰⁰ em 2014; e o SPECTRUM - *Standard Procedures for Collections Recording Used in Museums* da organização britânica Collections Trust, a primeira versão foi lançada em 1994, voltada para o contexto local, mas na versão 4.0 de 2011 se consolidou como uma normativa internacional sobre a gestão de coleções em museus. Esta foi lançada no Brasil também em 2014 em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo (SEC).

Com relação à publicação do CIDOC, a edição brasileira apresenta na primeira parte a Declaração de Princípios de Documentação em Museus, criada pelo CIDOC articulando as recomendações sobre a documentação com normas do Código de Ética de Museus do ICOM (2006). E na segunda parte, apresenta as categorias de informação sobre objetos do CIDOC, que é colocado como não tendo um caráter prescritivo ou obrigatório, mas antes serve de orientação geral e inicial (CIDOC-ICOM, 2014, p.13).

A Declaração de Princípios objetiva orientar os museus no desenvolvimento de suas políticas de gestão de documentação e acervo. Os princípios demandam a criação ou elaboração de:

- *Política* – estabelecimento de procedimentos e normas de documentação, disponibilização de funcionários, sistemas e serviços de documentação prestados aos usuários (CIDOC-ICOM, 2014, p. 19);

cuja finalidade é facilitar a recuperação, autenticação, avaliação, reserva e interoperabilidade”. (SENSO Y LA ROSA, 2003, 1999, citado por GUTIÉRREZ USILLOS, p. 117, tradução nossa).

⁹⁹Tais como o CIDOC (Comité Internacional para a Documentação do ICOM), a MDA (Museum Documentation Association), atualmente Collections Trust, a CHIN (Canadian Information Heritage Network), a MCN (Museum Computer Network) e o Getty Research Institute.

- *Equipes e sistemas* – equipe com experiência em procedimentos, normas e sistemas; em museus de pequeno porte, basta a presença de um curador treinado, em museus de grande porte indica-se a presença de especialistas em documentação trabalhando em conjunto com curadores, conservadores e especialistas em sistemas de informação (CIDOC-ICOM, 2014, p. 19);
- *Normas* – O sistema de documentação e as informações registradas devem alinhar-se em normas nacionais e internacionais ao tempo que considera as necessidades locais;
- *Acesso à Informação e necessidades do usuário* – avaliação das necessidades dos usuários e se necessário fornecer serviços personalizados a diferentes categorias de público, incluindo uma área de pesquisa, bem como um recurso de busca on-line;
- *Informações e procedimentos* – indica a documentação que deve ser incluída para cada objeto pertencente ao museu ou sob sua guarda temporária. Também referencia as atribuições do sistema de documentação.

As Diretrizes do CIDOC estão organizadas em 22 grupos de informação¹⁰¹, cada um vincula-se com uma ou mais funções específicas da documentação definidas na norma: *garantia da ‘responsabilidade’ sobre o acervo (accountability), da segurança do acervo (security), da formação de um ‘arquivo histórico’ sobre a coleção (historicarchive), acesso físico e intelectual à coleção (access)*.

Os grupos de informação são: informação sobre aquisição; estado de conservação; baixa patrimonial e alienação; descrição; imagens; informação sobre a instituição; localização; marcas e inscrições; material e técnica; medições; associação de objetos; coleta de objeto; informação sobre registro de objeto; nome do objeto; número de objeto; produção de objeto; título de objeto; parte e

¹⁰⁰SÃO PAULO (Estado). *Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC-ICOM)*. São Paulo, 2014.

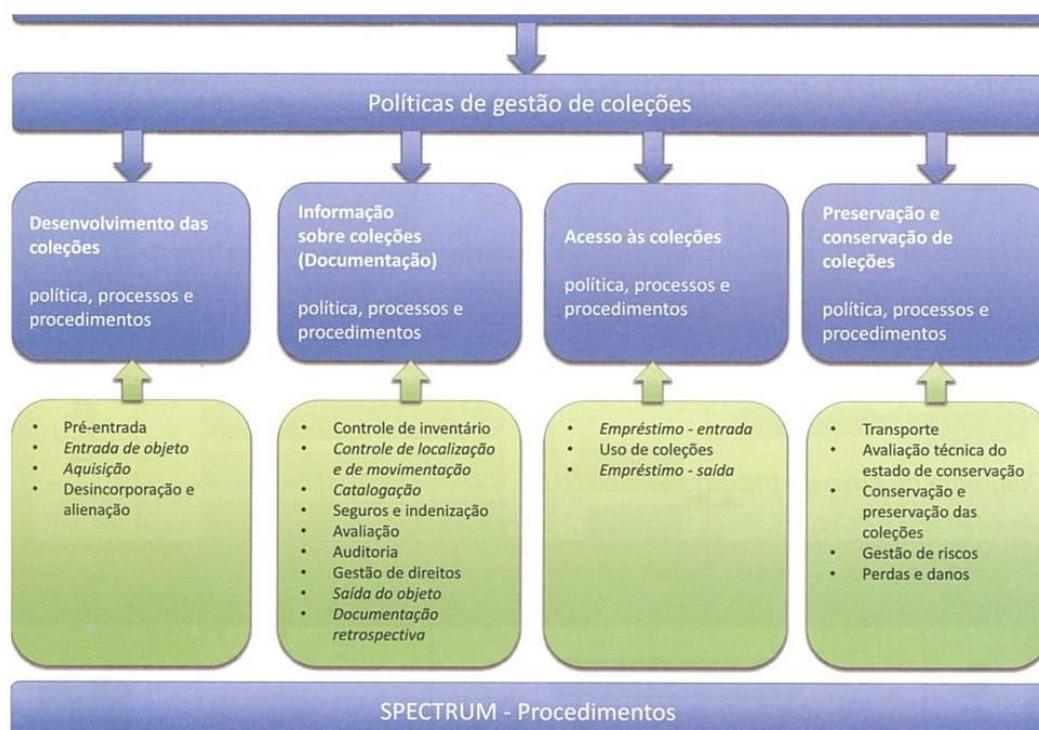
¹⁰¹“Um grupo de informação é um conjunto que reúne – e também contextualiza – as categorias de informação que correspondem aos campos da ficha manual, ou que compõem a estrutura de dados de um sistema informatizado” (MONTEIRO, 2014, p.139).

componentes; informação sobre catalogação; referências; informação sobre direitos de reprodução; e assuntos representados.

Tendo em vista que as Diretrizes do CIDOC “não esmiúçam as questões relacionadas ao estabelecimento, desenvolvimento e manutenção em si de tesouros” (MONTEIRO, 2014, p. 116), se limitando a indicar a necessidade de utilizar vocabulário controlado quando aplicável, entende-se que o registro da informação que vem sendo realizado no MAB contempla o esperado na normativa.

O SPECTRUM descreve vinte e um procedimentos documentais, distribuídos em quatro eixos que devem ser contemplados em uma política de gestão de acervo: *Desenvolvimento das coleções*, *Informação sobre coleções (documentação)*, *Acesso às coleções*, *Preservação e conservação das Coleções*. O diagrama a seguir retirado do corpo do texto mostra onde se enquadram os procedimentos na estrutura dos quatro eixos de gestão:

Figura 3: Diagrama dos procedimentos SPECTRUM na estrutura de gestão de coleções



Fonte: COLLECTIONS TRUST, 2014, p. 23.

Entende-se que, apesar de não ter sido relatado a utilização da norma SPECTRUM para a documentação do MAB, e tendo em vista que este só foi

lançado no Brasil em 2014, existe correspondência entre a documentação do MAB e alguns procedimentos elencados na norma. Principalmente os relacionados à entrada, aquisição, controle de inventário, controle de localização e movimentação, catalogação, verificação e avaliação técnica do estado de conservação, preservação e conservação das coleções, desincorporação e alienação.

A norma torna-se mais abrangente que o a documentação do MAB ao elucidar que o sistema de gestão de coleções deve contemplar procedimentos sobre: pré- entrada, empréstimo (entrada), perdas e danos, transporte, gestão de riscos, gestão de seguros e indenizações, controle de avaliação, auditoria, gestão de direitos, utilização da coleção, saída do objeto, empréstimo (saída), e documentação retrospectiva.

De acordo com Guitiérrez Usillos (2010, p. 114) e Monteiro (2014, p. 122) a norma SPECTRUM preocupa-se mais com o controle e gestão das coleções e a forma como as atividades devem ser feitas e registradas do que com padronização da informação que deveria ser registrada, em sincronia com a tendência dos programas de gestão dos museus, ou seja, equivalente com o universo da prática. Monteiro (2014, p. 138) compreende que,

[...] a norma opera com uma lógica de documentação restrita a determinados procedimentos e com um entendimento de objeto caracterizado em função de sua entrada para o museu. Em determinados aspectos, a SPECTRUM consegue sinalizar uma delimitação mais precisa do que seria a documentação em museus, mas, por outro lado, reitera tradições profissionais que caracterizam esse fazer com forte tendência operacional, ligado ao controle das coleções.

Assim, conforme a comparação realizada por Monteiro (2014, p 150), as normativas do SPECTRUM e do CIDOC representam avanços para discutir os parâmetros para a documentação em museus. Todavia, não entram em detalhes sobre como seria o processo de documentação; ou seja, não definem os pressupostos que envolvem o desenvolvimento de cada etapa dentro do sistema. As categorias não são inseridas em um panorama relacional desenvolvido a partir das ressignificações elaboradas a partir de quem busca a informação e o documento.

A partir dessas considerações sobre a teoria da documentação e as normativas profissionais, bem como o contexto legal, e comparando com a descrição da documentação do MAB e sua contextualização histórica realizada nas

sessões acima, foi possível tecer ao longo do texto algumas considerações preliminares, recapituladas a seguir com fins de sintetizar e relacionar:

- A documentação do MAB em todo o seu percurso tentou se manter condizente com os contextos teórico e institucional, buscando ajustar-se e responder aos parâmetros estabelecidos na área a cada momento, referente ao controle e a administração do acervo;
- Apesar do que recomenda a literatura e os manuais seguidos ou elaborados no MAB, a interdisciplinaridade no registro das informações não foi possível. Acredita-se que por falta de equipe adequada, ou mesmo por se desmerecer o acervo pelo seu quantitativo e representatividade;
- A curadoria da documentação sempre esteve a cargo de um museólogo, que, por diversos fatores, não elaborou uma proposta teórico-metodológica para o sistema de documentação, a partir da qual as etapas seriam desenvolvidas; focaram apenas a cada gestão em procedimentos e/ou produtos documentários para a identificação do objeto, mesmo que embasados nos anteriores.

Assim, ao considerar a área da Análise Documentária e as discussões teóricas trazidas por publicações (artigos, dissertações e teses) oriundas de um repertório conceitual envolvendo a Documentação, a Museologia e a Ciência da informação é possível verificar avanços em determinados aspectos que o tratamento documentário no âmbito da prática nos museus, à primeira vista, parece não ter acompanhado.

Torna-se difícil considerar toda sistematização da documentação elaborada no MAB enquanto um processo de gestão da informação, pois, como se mostrou no segundo capítulo, a seleção das coisas no mundo para integrarem o acervo do museu não é um processo aleatório, e sim fruto de um processo de musealização, que envolve operacionalizações distintas para torná-lo um documento, como seleção, representação e comunicação da informação. Essas ações se desenrolam a partir de uma intencionalidade. Em outras palavras, para

integrarem os acervos dos museus, são atribuídos sentidos ao objeto – históricos, estéticos, ou outros – que dependem da missão e dos objetivos institucional.

Para Ceravolo e Tálamo (2007), a matriz de informação é o próprio objeto, sendo ele o ponto de partida de toda a documentação compreendida como uma série de registros realizados com base na linguagem. Além disso, não compreende apenas àqueles diretamente relacionados à sua própria história dentro e fora do museu. A forma como o documento é organizado e representado influi na produção, circulação e consumo de sentidos.

Sendo assim, convém considerar que a diversidade da linguagem permite nomear as coisas de acordo com as perspectivas e significados dos contextos informacionais onde foram idealizados, utilizados, preservados e ressignificados. Portanto, estes registros não são neutros, por isso demandam que as bases formais que os estruturam estejam explícitas e estruturadas num quadro orgânico e solidário que não se desfaça a cada nova gestão do museu.

Estes aspectos foram particularmente analisados e detalhados na próxima sessão, pois se tratam de questões importantes para embasar o entendimento da documentação que vem sendo reforçado por esta pesquisa, ou seja, como um “processo de trabalho, cujas bases teóricas advêm do encontro de várias disciplinas e que tem como um dos focos principais, não somente as questões de controle físico das coleções, mas a recuperação da informação para fins de comunicação” (MONTEIRO, 2014, p.151) com os diversos públicos dos museus.

4.4 Análise do sistema de documentação do MAB: um procedimento metodológico

Apesar da constância que atividades documentais foram realizadas no museu, esta não se desenvolveu de forma continuada. Cada gestão adotou ferramentas diferentes para registro dos dados, chegando inclusive a modificar a numeração das peças – 1988. Além desses processos intermitentes, com tantos fechamentos e problemas correlatos à natureza administrativa do MAB, a documentação passou por períodos de completo abandono. Por estes motivos, considera-se mais adequado, em termos metodológicos, analisar o sistema de

documentação do Museu da Abolição se referindo a quatro processos assim distribuídos: *Processo 01*- compreende as atividades realizadas por Alair Siqueira Barros, no ano de 1983; *Processo 02* - realizado a partir do ano de 1984 e encerrado no ano de 1990, condizente com o período que Ângela de Barros Sumavielle esteve à frente; *Processo 03*- realizado do ano de 2007 até o ano de 2011, relaciona-se às ações desenvolvidas por Adolfo Sammy Nobre; e o *Processo 04* - realizado do ano de 2012 até 2014. Os três nomes referidos nos quatro processos referem-se a museólogos responsáveis pela documentação que também acumulavam a função de gestores e coordenadores do museu.

Para apresentar a análise, foi construído um quadro de referências a partir de três categorias amplas que caracterizam o sistema de informação documentária, ou seja, o conjunto de elementos articulados por um objetivo. Estes elementos são, por um lado, físicos, e por outro, constituem-se pelos métodos, regras e procedimentos que determinam como intervir nos elementos físicos. Eles são organizados a partir de uma série de operações documentárias – entrada, processamento e saída – que se relacionam entre si e constituem a denominada cadeia documentária (BLASCOS, 2001 – 2002, p.12).

Desse modo, as categorias foram construídas com base no referencial teórico da pesquisa e foram orientadas para atender as operações as quais se vinculam dentro da cadeia documentária estudada por Blascos (2001 - 2002), estando assim articuladas:

Quadro 5: Sistema de informação documentária

Categorias de análise	Cadeia documentária	Operações
Pressupostos da documentação (aportes legais institucionais e teóricos).	Seleção e aquisição	Entrada
Conteúdo Informacional (tratamento, organização, descrição morfológica e representacional da informação documentária).	Análise documentária	Tratamento
Comunicação e divulgação (produtos e as ações que são desenvolvidas para possibilitar o acesso e o uso da informação por parte dos usuários).	Recuperação e difusão	Saída

Fonte: Elaborado pela autora

A primeira categoria, pressupostos da documentação, compreende os aportes legais, institucionais e teóricos que fundamentam a seleção e a aquisição do documento que vai interferir também na concepção do sistema. Visto que este deve embasar-se no histórico, na missão e políticas institucionais, na perspectiva futura da instituição projetada por meio dos programas e objetivos, assim como nos entendimentos da equipe. Esta categoria atende aos eixos administrativo e curatorial. Dessa forma, foi feita uma interpretação do Plano Museológico do MAB na versão de 2007 e na versão de 2012, do Regimento Interno e da Política de Aquisição e Descarte, baseado nos seguintes aspectos:

Missão institucional: Compreende-se que a produção e a disseminação da informação, seja no âmbito da documentação ou da exposição, são de inteira responsabilidade do museu e no MAB existem interesse e preocupação de divulgar e comunicar informações pertinentes à sua temática, expressa na sua missão, nos objetivos e nas diretrizes. Existe conhecimento em relação aos objetivos inerentes de um sistema, e documentação como produtor e disseminador de informação no contexto científico;

Programas: Não há uma articulação orgânica e solidária nas tarefas e estratégias identificadas nos programas, visando responsabilizar-se solidariamente para a formação e ampliação permanente do acervo, seu estudo e documentação, assim como socialização. Assim não se tem projetos integrados referentes às questões que são colocadas à sua vocação temática. Tampouco é assegurada uma forma para que a instituição alcance sua missão e os objetivos, reforçando o entendimento da não organicidade da política interna. Pode-se caracterizar sua atuação enquanto mais voltada para ser um instrumento pedagógico repassador de informação e produtor de evento;

Equipes: A interdisciplinaridade e a formação dos técnicos do museu foram pensadas, principalmente para registro das informações, no

âmbito da documentação. Mas não foram estabelecidas vias de articulação e comunicação entre os profissionais, como a criação de grupos de trabalho, ou a elaboração de fichas de registros ou diagnósticos correlatas a cada área. Tampouco houve a sistematização de seminários periódicos que sedimentem e divulguem as atividades desenvolvidas em cada área visando tornar cada parte um todo complexo e indissociável no que tange ao estudo e à socialização da informação dos objetos;

Política de Aquisição e Descarte: Observou-se que as diretrizes existentes na Política de Aquisição e Descarte não são baseadas em linhas temáticas, ou caracterização explícita das categorias de interesse da institucional, o que não possibilita que o acervo tenha coerência, organicidade e amplitude e assim responda às questões históricas que permeiam o contexto social em causa. Também não é dada ênfase à documentação como fonte de informação ou referencial para a formação do acervo. Dessa forma, a documentação não é tida como gestão de coleção, pois não contribui para a ampliação do acervo, fornecendo critérios para embasar a formação das coleções.

Destaca-se que para esta primeira categoria só foram analisados os períodos compreendidos no *Processo 03 (2007-2012)* e no *Processo 04 (2012-2014)*, considerando que nos processos anteriores a documentação supracitada não existia ou não era utilizada. O detalhamento da categoria pressupostos da documentação encontra-se sistematizado no quadro a seguir:

Quadro 6: Categorias informacionais do sistema de documentação do Museu da Abolição - Pressupostos da Documentação

Missão Institucional	
Definição do conceito	Caracterização (aspectos analisados)
Especificação da área e responsabilidades que a instituição atua.	Missão, objetivos, diretrizes e responsabilidade institucional.
Análise (comentário geral sobre o que foi observado/identificado)	
Processo 03 (2007 - 2012)	Processo 04 (a partir de 2012- 2014).
<p>Nota-se que além de possuir uma ampla missão de prestar serviços à sociedade, o MAB tem como objetivo geral pesquisar, preservar e comunicar o patrimônio material afro-brasileiro. Todavia, não foi pensada a documentação como uma forma orientadora para essas ações.</p> <p>Tem-se uma preocupação com a ampliação do acervo e com a documentação – inventário e controle –, embora, como atividades administrativas e reguladoras.</p>	<p>Percebeu-se que a missão do museu se estruturou de uma forma mais científica, buscando articular pesquisa e difusão de conhecimento.</p> <p>Nota-se que existem interesse e conhecimento em relação aos objetivos inerentes a um sistema de documentação; Verificou-se uma responsabilização pela produção e disseminação da informação, seja no âmbito das práticas educativas, da documentação ou da exposição.</p> <p>Tem-se uma preocupação com a ampliação do acervo, seu estudo e documentação, assim como socialização.</p>
Programas	
Definição do conceito	Caracterização (aspectos analisados)
Ações que são planejadas para a realização das atividades museológicas.	Estratégias elaboradas para a consecução dos objetivos da documentação.
Análise (comentário geral sobre o que foi observado/identificado)	
Processo 03 (2007 - 2012)	Processo 04 (a partir de 2012 - 2014).
<p>Não se tem uma articulação orgânica e solidária nas ações descritas nos programas. Como exemplo as atribuições da Coordenação Técnica descritas no Programa de Gestão de Pessoas, não contemplam as atividades que estão previstas no Programa de Pesquisa.</p> <p>Às atividades da documentação no Programa de Acervos são identificadas de maneira superficiais sem conceituar e ou inserir estratégias para desenvolvê-las.</p> <p>Tendo em vista que as ações são descritas a partir de um organograma que não foi consolidado, percebe-se</p>	<p>Nota-se que os programas estão um pouco mais alinhados entre si e com os objetivos e missão do museu.</p> <p>No Programa de Acervos, já se estabelecem de forma mais objetiva as atividades da documentação, embora sem conceituar. Percebe-se uma preocupação com a pesquisa sobre coleção existente, visando torná-los índices de sua utilização e contexto.</p> <p>Não se tem projetos integrados organicamente referentes às questões, objetivos e temáticas que o museu propõe desenvolver.</p> <p>Atuação mais voltada para ser um instrumento pedagógico repassador de</p>

que não é assegurada uma forma para que a instituição alcance de fato sua missão e os objetivos. Tendo programas mais baseados numa estrutura ideal, mesmo que factível, do que na realidade institucional.	informação e produtor de evento.
Equipe	
Definição do conceito	Caracterização (aspectos analisados)
Corpo técnico especializado, multidisciplinar e constantemente capacitado.	Pessoal especializado para o desenvolvimento da documentação capacitada especializada;
Análise (comentário geral sobre o que foi observado/identificado)	
Processo 03 (2007 - 2012)	Processo 04 (a partir de 2012 - 2014).
A atualização do pessoal está inserida como Programa do museu, embora apenas quando julgada necessária, para adaptações tecnológicas ou por solicitação das Coordenações. Não sendo pensada de forma periódica, nem, tampouco, se atrelando ao fazer documental.	A capacitação e atualização foram planejadas como programa constante a ser mantido pelo museu, mas não foram planejados seminários internos periódicos para sedimentar e compartilhar as informações e atividades. Não se identificou uma preocupação com a interdisciplinaridade das equipes para o registro de informações no âmbito da documentação. Não foram estabelecidas vias de comunicação e integração entre as áreas. Não foram criados grupos de trabalho para trabalhar as questões previstas no Programa de Pesquisa;
Política de Aquisição e Descarte de acervos	
Definição do conceito	Caracterização (aspectos analisados)
Orientações gerenciais e normativas para o acervo.	Diretrizes que norteiam a formação, aquisição e a triagem do acervo; linhas de atuação e pesquisa;
Análise (comentário geral sobre o que foi observado/identificado)	
Processo 03 (2007 - 2012)	Processo 04 (a partir de 2012 - 2014).
Não existia, apenas constava no Plano Museológico que deveria ser elaborada.	As diretrizes da política de aquisição e descarte não são baseadas em linhas temáticas nem em caracterização explícita das categorias de interesse institucional. Não é dada ênfase a documentação como fonte de informação ou referencial para a formação do acervo.

Fonte: Elaborado pela autora.

A segunda categoria, conteúdo informacional, refere-se ao tratamento e a organização, a descrição morfológica e representacional da informação documentária a partir da Análise Documentária. Compreende os processos de comunicação que possibilitam e permitem a recuperação da informação, os processos de transformação que têm lugar no sistema, em que o documento primário passa por operações de análises e se converte em outro documento secundário. Este é considerado um produto documentário capaz de descrever, representar e proporcionar pontos de acesso ao objeto (BLASCOS, 2001-2002). Assim, constituem como corpus de análise os manuais e guias para preenchimentos das fichas, as fichas de registro¹⁰² e o banco de dados. Tais dados foram analisados a partir dos seguintes aspectos:

Normalização dos processos documentais – A prática da documentação do MAB se operacionalizou, num primeiro momento, sem padrões norteadores elaborados para fundamentar as atividades relacionadas, assim atividades documentais foram relatadas e documentos foram organizados sem se identificar quais os conceitos contidos nessas definições. Com relação às fichas de registros, evidencia-se que estas sempre seguiram uma normatização para os campos;

Produtos documentais – No início da documentação do MAB, percebe-se uma eficiência no controle e na organização dos produtos para a coleta dos dados sobre o acervo, porque eram utilizados apenas os documentos fornecidos pelo Programa Nacional de Museus, logo não se tinha a confecção de documentos específicos, e por vezes repetitivos, para cada demanda do órgão, como aconteceu a partir do *Processo 3 (2007-2012)*, no qual verificou-se muitos produtos documentários relativos ao acervo, alguns desenvolvidos para atender as solicitações do IBRAM, ou fornecidos por ele. Em relação aos documentos sobre a aquisição do acervo, estes são incompletos, pois

¹⁰² Para facilitar o entendimento da análise deste subgrupo, foi elaborado uma tabela (apêndice) com o detalhamento dos dados informacionais, das fichas baseadas nas informações disponíveis em Bascos (2001 – 2002 p.12) e no Temerio de Documentacion Universidad de Valencia. Disponível

não sinalizam informações a respeito do histórico da peça, não há justificativa referente à inserção dos objetos no acervo e tampouco é valorada a importância financeira do bem no momento da aquisição;

Linguagens documentárias – Os manuais e guias utilizados para o registro de informações sobre o acervo do MAB possuíam descritores referentes a padrões de inserção de dados, por exemplo, os campos referentes à data, medidas, entre outros, demonstrando a necessidade de controle do vocabulário empregado. Todavia, não existiu um controle dos conceitos vinculados aos documentos oriundos da linguagem documentária, visto que mesmo quando se passa a utilizar um *Tesauros*, este não foi baseado no campo nocional que o museu representa – como o afro-brasileiro;

Controle das informações – A documentação do MAB sempre possuiu a preocupação com o inventário do acervo, buscando uma eficiente recuperação dos dados e a localização do objeto. Sistemas numéricos foram implantados para facilitar esse processo, sendo estruturado a partir do Processo 2 e se mantém até a atualidade com pequenas atualizações;

Padrão de metadados – No processo 1, tanto os dados constantes na ficha quanto no Livro de Tombo, seguiam um padrão mínimo de campos. Destaca-se que a ficha já constava o campo peso, e no Livro de Tombo o campo valor, dados importantes para efetivar os empréstimos e o seguro das peças. A nova ficha do Programa Nacional de Museus utilizada a partir do Processo 2 (1983 a 1989), além de possuir mais campos, e detalhar melhor as informações que deveriam ser coletadas ou produzidas, sofreu mudanças importantes, como, por exemplo, a questão de preenchimento de todo os itens, que buscou a eficiência na recuperação da informação a partir de sistemas digitais, visto que campos em branco dificultam a busca em base de dados. A ficha de registro utilizada atualmente na documentação de acervo do MAB apresenta informações relacionadas à identificação,

contextualização, biografia, morfologia e também de cunho administrativo, além do campo observações, que torna-se um campo neutro, pois não se especifica o tipo de informações que devem ser inseridas. O campo termo serve para designar diferentes denominações da peça, embora não possua um vocabulário controlado para seu preenchimento, e o campo Classificação possibilita a utilização do tesouros para agrupar tipologicamente o acervo.

Todas as informações referentes às categorias informacionais encontram-se organizadas no quadro a seguir:

Quadro 7: Categorias informacionais do sistema de documentação do Museu da Abolição: Segunda categoria - Conteúdo informacional

Normalização dos processos documentais. (Normas de catalogação.)			
Definição do conceito		Caracterização (aspectos analisados)	
Descrição dos procedimentos, critérios e formatos relativos ao tratamento e a representação da informação documentária visando à organização.		Padrões norteadores das atividades relacionadas à documentação. Atividades documentárias. Definição dos conceitos utilizados nos campos de descrição e na análise das informações.	
Análise (comentário geral sobre o que foi observado/identificado)			
Processo 01 (1983)	Processo 02 (1983 a 1989)	Processo 03 (2007 - 2012)	Processo 04 (a partir de 2012-2014).
Existe a padronização da linguagem utilizada em alguns campos de descrição da ficha através de guias, mas foram fornecidas pelo Programa Nacional de Museus.	Existe a padronização da linguagem utilizada em alguns campos de descrição da ficha através de manual, mas foram fornecidas pelo Programa Nacional de Museus. As atividades de documentação não seguem padrões normatizados ou conceituações prévias, tendo sido relatadas atividades cujos produtos parecem estar perdidos.	Não houve normatização da linguagem para a criação do banco de dados, apenas seguiu-se o que já se existia.	A normatização da linguagem e dos procedimentos foi elaborada pelo próprio museu com base na documentação existente (com sua organização ou falta de organização) e em pesquisa feita para desenvolver os campos.
Produtos documentais.			
Definição do conceito		Caracterização (aspectos analisados)	
Ações que são planejadas para a realização das atividades museológicas.		Organização de documentos técnicos e dossiês (laudos e notas técnicas, termos, fichas, correspondências).	
Análise (comentário geral sobre o que foi observado/identificado)			
Processo 01 (1983)	Processo 02 (1983 a 1989)	Processo 03 (2007 - 2012)	Processo 04 (a partir de 2012 - 2014).

<p>Percebe-se uma organização e adequação dos produtos documentais (ficha, livro de tomo) com as suas atividades correlatas (catalogação, inventário). Não se tem documentos comprobatórios de aquisição do acervo. Verifica-se um controle maior, sem a geração de produtos documentários repetitivos.</p>	<p>As fichas de registro utilizadas seguem o modelo do PNM. Não se tem outros produtos referentes à atividade de inventário, como arrolamentos ou Livro de Tombo. Foram relatadas atividades, mas não foram encontrados os produtos. Foram elaborados documentos referentes à aquisição do acervo, mas sem uma normatização. Ainda existia controle na confecção dos documentos.</p>	<p>Foi desenvolvido o banco de dados informatizado, embora sem seguir uma padronização da literatura, tampouco estabelecer uma normatização. Nota-se uma tentativa de organizar a informação e maximizar o acesso a ela. O banco de dados possuía formulários relativos à forma de aquisição e também para acompanhamento do estado de conservação.</p>	<p>Há um projeto de documentação, que sinaliza, de forma básica, suas diretrizes, assim como são identificados os processos para aquisição e descarte. No âmbito dele, foi criada nova ficha de registro. Demonstra uma tentativa de padronização dos documentos e dos procedimentos. Percebe-se uma falta de articulação para desenvolver uma interoperabilidade a partir de um sistema único que gere relatórios específicos para cada demanda.</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Controle das informações

Definição do conceito		Caracterização (aspectos analisados)	
Sistemas de identificação do objeto para conexão com seus registros.		Marcações, sistemas simbólicos (numéricos ou alfanuméricos).	
Análise (comentário geral sobre o que foi observado/identificado)			
Processo 01 (1983)	Processo 02 (1983 a 1989)	Processo 03 (2007 - 2012)	Processo 04 (a partir de 2012 - 2014).
Foi desenvolvido o sistema simbólico alfanumérico, mas não constava numeração no objeto, o que pode gerar perda da informação ao possibilitar mudanças no sistema numérico. A entrada pelo ano constando apenas a	Foi afixada uma nova numeração para o acervo – ainda no sistema alfanumérico – sem esclarecer os critérios para a sequência numérica – por exemplo, se estava seguindo a ordem de entrada. Os objetos foram	Não foram realizadas mudanças no sistema simbólico.	Não foram realizadas mudanças no sistema simbólico. Foi constatado e corrigido o problema com a entrada do ano apenas pela década, inserindo o ano completo.

década é limitante, podendo gerar redundâncias.	marcados, mas a conexão entre ele e seu registro é confusa no que refere-se aos seus desdobramentos – peças e partes. A entrada pelo ano constando apenas a década é limitante, podendo gerar redundâncias.		
Padrão de metadados – Representação Descritiva.			
Definição do conceito		Caracterização (aspectos analisados)	
Dados informacionais sobre os campos de descrição e catalogação dos documentos, visando à análise e síntese.		Especificidade do conjunto de informação que norteia a catalogação e a análise da informação documentária (suporte e conteúdo).	
Análise (comentário geral sobre o que foi observado/identificado)			
Processo 01 (1983)	Processo 02 (1983 a 1989)	Processo 03 (2007 - 2012)	Processo 04 (a partir de 2012 - 2014).
Todos os termos existentes na ficha possuem definição e uma explicação relevante sobre as informações a serem coletadas. Conteúdo e de sintaxe.	Todos os termos existentes na ficha possuem definição e uma explicação relevante sobre as informações a serem coletadas em termos de conteúdo e de sintaxe.	Não foram encontrado listas de termos, glossários ou manias para os termos e campos do banco de dados.	Todos os termos existentes na ficha possuem definição e uma explicação relevante sobre as informações a serem coletadas, mas não de uma maneira abrangente como nos processos iniciais.

Fonte: Elaborado pela autora.

E para finalizar essa abordagem, apresenta-se a terceira categoria que se refere à comunicação e divulgação da informação que contempla os produtos e as ações que são desenvolvidas para possibilitar o acesso e o uso da informação por parte dos usuários. Compreende as operações de saída da informação do sistema operacional, como a difusão da informação e a identificação das necessidades dos usuários. Os documentos analisados correspondem ao Plano

Museológico, às etiquetas e catálogos de exposição, verificando os seguintes aspectos:

Difusão Documental – Não existem iniciativas por parte do Museu da Abolição em oferecer aos usuários produtos documentais, tais como catálogos, etiquetas e sistemas digitais com interface para o usuário, que sejam úteis, tratando, por exemplo, de substituir o acervo, que não está em exposição;

Busca Documental – Não foi realizado um estudo de público tampouco um estudo do sistema de difusão mais adequado ao espaço e ao público, que leve em consideração não apenas a localização e recuperação de dados sobre os objetos, mas também a compreensão dos significados históricos de que são portadores. Isso demanda que sejam criadas linhas de pesquisa baseadas na coleção, mas também deve ter em vista às temáticas que articulam o museu a sua missão e aos seus objetivos.

Dessa forma, o processo da Comunicação e Divulgação das informações desenvolvido no MAB encontra-se disposto no quadro que segue:

Quadro 8: Categorias informacionais do sistema de documentação do Museu da Abolição - Comunicação e Divulgação

Difusão documental			
Definição do conceito		Caracterização (aspectos analisados)	
Produtos relativos à transmissão das informações produzidas e organizadas nos sistemas de documentação.		Produtos e linguagens, como palavras chaves, Índices, catálogos e etiquetas.	
Análise (comentário geral sobre o que foi observado/identificado)			
Processo 01 (1983)	Processo 02 (1983 a 1989)	Processo 03 (2007 - 2012)	Processo 04 (a partir de 2012-2014).
Foi elaborado catálogo para a exposição inicial do museu, nele constam mínimas informações. Não foram inseridos, por exemplo, os contextos de aquisição daquele acervo, nem sobre as questões históricas que a exposição pretendia elucidar.	Não foram encontradas as atualizações do catálogo que são relatados, percebe-se uma perda na informação.	Não foram realizados catálogos ou outros produtos para socialização da informação. O banco de dados é operado apenas pelos responsáveis pela documentação, para manter a segurança das informações.	Foram feitas etiquetas para a mostra do acervo, constando informações de identificação da peça, como número de registro, título, data e procedência. Além delas não se tem outros produtos para acesso a informação.
Busca Documental.			
Definição do conceito		Caracterização (aspectos analisados)	
Ações relativas ao uso das informações documentárias. Incentivo.		Estudos de usos, procedimentos manuais ou automatizados, linhas de pesquisa, eventos e seminários.	
Análise (comentário geral sobre o que foi observado/identificado)			
Processo 01 (1983)	Processo 02 (1983 a 1989)	Processo 03 (2007 - 2012)	Processo 04 (a partir de 2012 - 2014).
Não existiam pesquisas para obter informações sobre as necessidades do usuário.	Também não existiam pesquisas, nem processos atrelados à disseminação da informação.	Também não existiam pesquisas, nem processos atrelados à disseminação da informação.	Houve casos isolados de incentivo a pesquisa do acervo para fins de socialização. Mas, não foram efetivadas ações continuadas ou criadas linhas de pesquisa com estreita relação com

			a documentação.
--	--	--	-----------------

Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, em relação aos resultados analisados destacam-se os seguintes aspectos: a política de documentação e o processo técnico de registro da informação desenvolvidos no MAB.

Em relação à política de documentação, considera-se que a não existência de uma política de gerenciamento da informação baseada no acervo do MAB visando sua expansão ou retração, provavelmente, foi o motivo para este acervo ser considerado inexpressivo. Não se tem uma justificativa para aquisição dessas peças, tampouco se tem as diretrizes norteadoras de aquisição, logo, se supõe que ele foi adquirido seguindo os critérios do responsável pelo aceite, que talvez tenha se embasado no discurso da exposição permanente ou mesmo na necessidade de aumentar o acervo. Assim, o que se tem são objetos descontextualizados, mais próprios de estarem em antiquários do que em museu.

Também foi observado que, mesmo quando as necessidades políticas para a constituição social e operacional do museu são estabelecidas ou identificadas, o acervo existente é escamoteado ao se construir tais referências. Dessa forma, não houve discussão sobre o papel que o objeto desempenha dentro da instituição, e não foi inclusive considerado que o seu potencial enquanto bem cultural, se estabelece a partir do somatório das informações que ele vai adquirindo ao longo de sua existência.

No tocante ao processamento técnico do acervo, evidencia-se que no *Processo 1* (1983) o sistema informatizado de documentação era alocado na Coordenadoria de Acervos da Fundação Pró-Memória, de maneira que era esse setor quem elaborava as normas e detinha o controle da informação.

Com relação às fichas de identificação enviadas pela Coordenadoria, notou-se que a lógica¹⁰³ empregada para utilização da informação, a partir do sistema informatizado, garantia apenas a identificação e a localização do acervo. A informação contida em tais produtos ficava estagnada, pois não existia disponibilização nem retroalimentação.

Atrelado a questão acima, ressalta-se que o controle e padronização de vocabulários poderiam solucionar problemas relacionados à diversidade das terminologias africanas, como exemplo, os termos “Nágô” ou “Yorúbá”, que são

¹⁰³O museu coletava os dados, enviava para a coordenadoria que a processava no sistema e devolvia através de relatórios impresso que eram acondicionados no arquivo do museu.

utilizados, muitas vezes de forma indistinta, ou o emprego da palavra “máscara”, cuja tradução agrega uma “carga forânea e deturpante, desprovida de qualquer relação com o significado funcional de certos objetos ou com as palavras que os identificam na sua própria cultura” (SANTOS,2012, p. 20 e p. 30).

Entende-se que o sistema documental do museu deve ser desenvolvido conforme suas necessidades informacionais e seu perfil. E deve ser estruturado a partir de uma linguagem documentária, com vocabulários controlados e atualizados periodicamente, visto que no campo da cultura material novas evidências surgem com o tempo o que pode, provavelmente, alterar as informações sobre os objetos.

Conforme afirma Ceravolo (1998, p. 31), somente supera-se o sentido de coleção “fragmento”, ou seja, itens não articulados entre si, para a ascensão da noção de acervo (tratamento, pesquisa e organização da informação), a partir da construção de uma política de gerenciamento da informação, ou seja, a partir da preocupação com o tratamento dos conteúdos gerados em torno da coleção. Assim, compreende-se sistema não como registro de dados, mas como “operações mais complexas de caráter intelectual da informação propriamente dita” (CERAVOLO, 1998, p. 29).

O sistema de documentação do MAB realiza procedimentos mínimos que atendem as demandas de controle e segurança da informação, mas não sua gestão de maneira ampla, visando à construção de uma biografia do objeto, a partir da coleta e registro das mensagens contidas ou codificadas no objeto, sobre os contextos de usos, valores associados, antigos donos, saberes e fazeres vinculados ao objeto que compreendem a sua faceta imaterial. Da mesma forma, faltou a delimitação de um campo nocional para a produção, tratamento, controle e disseminação desses conteúdos.

O que se coloca como entendimento adotado por este trabalho, amparado por Barbuy e Oliveira (2002, p.16), a respeito de um sistema de documentação para museus é que este deve ser um sistema informativo e documental, com uma estrutura que centraliza um conjunto de ações curatoriais que envolve a organização e o estudo das coleções, viabiliza a sua integridade, a sua utilização científica, o seu crescimento e controle, a organização de exposições e ações educativas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática da organização da informação em museus é uma discussão que cresceu ao longo dos anos e contribuiu com várias abordagens e perspectivas, entre elas, a própria diferenciação entre o procedimento técnico – como a forma de fazer e a reflexão do que seriam e ou deveriam ser esses procedimentos – como as discussões de cunho epistemológico acerca das terminologias “documentação em museus” e “documentação museológica”.

Esta postura reflete o próprio posicionamento da área da Museologia e suas mudanças no concernente ao tratamento do seu objeto de estudo – foco na relação entre o homem e o objeto e não apenas no objeto, assim, toda e qualquer atividade relacionada a esse fenômeno também sofreu alteração.

Dessa forma, considera-se que essa situação se fez presente no Museu da Abolição, quando do início do seu processo de documentação, em que cumpria, importava e adaptava os protocolos técnicos de outra instituição para serem desenvolvidos em seu acervo. Contudo, essa situação também sofreu mudanças, quando a referida instituição migra a sua atenção da atividade técnica e de controle de acervos para uma atividade reflexiva calcada na relação entre a comunidade e os acervos daquele espaço. Dessa forma, o sistema de documentação do Museu da Abolição, foi analisado a fim de verificar se a prática e o discurso do museu são coerentes com as pesquisas teóricas que *vem* sendo desenvolvidas sobre o tema na Ciência da Informação e na Documentação.

A partir disso foi possível levantar algumas considerações acerca da pesquisa desenvolvida. A primeira é sobre a relação que foi construída entre a Museologia e a Ciência da Informação e de uma possível interdisciplinaridade dada através de fundamentos e métodos de ambas as áreas do conhecimento. Mas a própria variedade de sentidos que o termo (interdisciplinaridade) possui e as diversas aplicações que são feitas no âmbito desses campos dificultaram a caracterização dessa conexão. Esse processo resultou no segundo capítulo deste documento, que não teve a pretensão de esgotar o assunto, assim, sendo uma discussão introdutória que visa fomentar o aprofundamento dessa relação.

Desse modo, é possível registrar a dificuldade em estudar a temática da documentação em museus dentro do campo teórico-metodológico da Ciência da

Informação, visto que o campo, e principalmente o Programa de Pós-Graduação ao qual se vincula a autora, apresentam discussões ainda incipientes sobre a temática, além da escassez de bibliografia sobre o tratamento e a organização da informação em museus.

Eis que se coloca como hipótese a ser explorada em uma pesquisa posterior a possibilidade de que a Ciência da Informação tenha se voltado para a Museologia e, conseqüentemente, para a documentação de museus, a partir do momento em que a Museologia passou a desenvolver uma preocupação maior com a sistematização dos acervos.

É possível notar, na própria história dos museus brasileiros, que questões políticas permeavam a realidade museal brasileira. Não por acaso, a utilização do objeto enquanto fonte de informação – e seu diálogo, conseqüente com a CI – também reflete o momento político-social democratizador do país. Trata-se de um diálogo que só foi permitido após a transformação de paradigma não só nas ciências (museológicas ou informacionais), mas também nas modificações de panoramas políticos, sociais e culturais que nos permeiam. Está de acordo com o próprio conceito de materialidade da informação e de seu caráter público, mostrando assim que a Museologia está para CI assim como a CI está para a Museologia. Considera-se, assim, que com a mudança da perspectiva de museus, a CI torna-se mais eficaz, utilizando as informações para uma infinidade de coisas relativas às atividades do museu.

A segunda consideração segue o entendimento da primeira, e evidencia que a Documentação conquistou uma identidade própria, enquanto campo de estudo e pesquisa, a partir de 1930, quando ultrapassa a noção de documento como apenas informação escrita, e passa a interagir com outros suportes de informação. Compreende-se que Otlet desenvolveu a Documentação no intuito de torná-la um elo entre diferentes instituições (museus, bibliotecas e arquivos) que prestam serviços bibliográficos e informacionais, as quais representam uma única necessidade social (a busca da informação), que o documento ficaria incumbido de tentar satisfazer. Estas instituições representam práticas profissionais que se refletiram no meio acadêmico a partir da preocupação com as questões que envolvem o documento ao qual se dedicam.

Fundamentado no levantamento bibliográfico realizado foi possível identificar que falta um maior aproveitamento das teorias e metodologias, como a Análise Documentária, no universo dos museus. Portanto, cabe ainda uma reflexão mais aprofundada sobre como inserir a organização da informação em museus, como área de entrecruzamento entre o campo da Documentação, da Ciência da Informação e da Museologia, numa perspectiva interdisciplinar.

O levantamento, por mais que não se pretendesse completo e absoluto permitiu identificar as formas de organização e tratamento da informação, a partir do ciclo documentário, possibilitando diversos usos para o sistema de documentação. Por exemplo, se o sistema for orientado para gerar informações que tratem tanto da peça (informações extrínsecas - intrínsecas) como das orientações políticas e campos temáticos da instituição que influenciaram na seleção do acervo e na sua apresentação (ou não) na exposição, pode auxiliar o mediador a suprir o público de informações sobre o acervo.

Situação essa que não ocorre, pois o sistema de documentação do Museu da Abolição não está orientado a satisfazer de forma continuada as necessidades e demandas de um maior número possível de usuários, ou seja, levando em consideração todas as especificidades de busca. Considerando que esta é a pretensão do sistema, independente do uso que se faça ou não. E conforme explicou Ceravolo (1998), é apenas quando a documentação em museus se volta para o tratamento da informação através de metodologias da Análise Documentária, que os sistemas podem ser analisados como capazes de disseminar e recuperar informações sobre a coleção. Assim, o Museu da Abolição não segue uma perspectiva de gestão de coleção, que tem por objetivo a difusão da informação, a partir da implantação de procedimentos de análise, síntese e representação da informação.

Em relação aos objetivos específicos, foi possível concluir que a documentação do MAB não se desenvolveu balizada em teorias e metodologias sobre o tratamento, a organização, disponibilização e uso da informação; logo, a informação não foi organizada/representada tendo em vista os diversos públicos comumente advindos de culturas diferentes. Pela diversidade de documentos que englobam o sistema documental do MAB, pode se considerar que mesmo a

recuperação e utilização da informação, por parte do público interno, se tornam confusas e ineficazes.

No entanto, ao comparar a prática desenvolvida no MAB com a teoria sobre a documentação, percebeu-se que cada momento esteve de acordo com a discussão teórica de sua época. Assim, cabe refletir um pouco mais sobre a conclusão anterior, visto que ela reflete a própria complexidade do campo museológico; assim como reforça o entendimento que a Ciência da Informação, apenas recentemente e ainda de forma prolongada, se voltou para discutir tal temática.

Em relação às categorias de análise, o estudo indica que a documentação do MAB, nos primeiros momentos (processo 01 e 02) seguiu um eixo administrativo e tecnicista, visto que os procedimentos documentários eram técnicos voltados a atender às solicitações do órgão ao qual o museu se vinculava. Desse modo, se mantém alinhado à tendência pragmática, em que o controle da coleção é fundamental. Sobressai uma proposta mais tradicional que se volta apenas à descrição do objeto e sua história particular, de tal forma que não contextualiza os bens culturais, no sentido mais amplo, de também conhecer sua evolução histórica. Tendo em vista também que o Museu da Abolição está inserido no campo do conhecimento histórico, torna-se privilegiado para discutir o objeto centrando-se na cultura material e nos valores sociais que marcam sua passagem para acervo de museu.

Quando analisados os períodos posteriores (processo 03 e 04) pode se considerar que estes, apesar de terem sido divididos, foram desenvolvidos acompanhando a trajetória dos manuais da área, buscando desenvolver a documentação a partir de diretrizes que vem sendo construídas. Como aspecto negativo e talvez o mais crítico se aponta que existem demandas documentais diferenciadas, uma que é originada pela instituição a qual o museu está vinculado, e outra pelo próprio museu. A primeira é referente a procedimentos que não são preconizados pela área acadêmica, nem pelos manuais, havendo assim uma geração de produtos que não servem para alimentar o sistema. Enquanto que a segunda, produz um conjunto de informações pautadas na discussão teórica-prática, culminando numa maior eficiência no uso dessa informação.

O que ficou mais evidente no desenvolvimento da pesquisa é que em se tratando do Museu da Abolição existem propostas em três planos diferentes, o que é pregado na prática, o que é elaborado com os manuais, e o que o campo acadêmico delimita. No final isso compromete a eficácia do sistema documental.

Pode-se considerar que na medida em que esses fundamentos do campo acadêmico são disseminados para o campo prático, o museu vem se ajustando a essas novas discussões. Assim, é possível afirmar que sempre houve uma tentativa de realizar e desenvolver a documentação e todos os seus processos documentais, pois, ainda que isso não tenha sido a prioridade da instituição e dos gestores, sempre existiu a preocupação com o tratamento da informação no Museu da Abolição. Frente a isso, evidencia-se a necessidade de aproximação entre teoria e prática, contribuindo para a continuidade da pesquisa sobre temas advindos do encontro desses dois âmbitos, permitindo o diálogo entre as áreas de conhecimentos na área em questão.

Com relação à problemática apresentada na pesquisa, considerou-se que a documentação é um dos pilares do museu tendo ele acervo ou não, visto que ela não representa apenas a informação sobre o objeto enquanto bem material, mas também sobre a informação da temática do museu. A documentação é a forma mais eficiente do museu comunicar seu percurso histórico, sua missão e seus objetivos. Assim, reforça-se com este estudo que a documentação envolve três aspectos importantes para seu desenvolvimento: comunicacional, administrativa e pesquisa. Estes precisam ser desenvolvidos em conjunto para que a documentação alcance sua potencialidade.

Acredita-se que o trabalho desenvolvido trouxe resultados satisfatórios, além de fomentar a discussão sobre a relação Museologia e Ciência da Informação, baseando-se principalmente na materialidade da informação e nas metodologias da Documentação. Além disso, instrumentalizou a autora com teorias e métodos, a partir de uma perspectiva teórica interdisciplinar, úteis para o aprimoramento de seu trabalho profissional, tendo em vista que o objeto analisado constituía-se também de um desafio profissional. Dessa forma, constatou-se que a gestão da informação e o processamento técnico devem ser constantemente revistos, quando confrontados com novas ideias ou situações, frutos da experiência ou da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Ciência da informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia: Relações institucionais e teóricas. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 110-130, 2011.

_____. Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2014.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila; TANUS, Francinne de S.C. Proximidades conceituais entre Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação. **Biblionline**. v. 8, n. 2, p. 27-36, 2012.

BARBUY, Heloísa. Documentação museológica e pesquisa em museus. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia N. M. (Orgs.). **Documentação em Museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2008, pg. 33-43.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009.

BLASCOS, Lourdes Castillo. **Serviço de Referencia e Información Bibliográfica**. 2001 – 2002. Temerário de Documentación. Universidad de Valencia. Temas curso académico 2001-2002. Disponível em: <<http://www.bibliopos.es/temario-de-documentacion-universidad-de-valencia>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

_____. LOS CENTROS DE DOCUMENTACIÓN. Temas curso académico 2004-2005. Temerário de Documentación. Universidad de Valencia. Temas curso académico 2004-2005. Disponível em: <<http://www.bibliopos.es/temario-de-documentacion-universidad-de-valencia>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

BORKO, Harold. Information Science: what is it? **American Documentation**. v. 19. n. 1. p. 35.1968.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1994, n. 39, p. 46-86.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia do campo científico**. Tradução Denize Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRASIL. **Portaria nº 03 de 01/08/1994**. Do IPHAN. Constitui grupo de trabalho para a elaboração de Diretrizes para Reabertura do Museu da Abolição. Marcos Carvalheira de Mendonça. Coordenador Regional 4º CR/IPHAN/MinC.

_____. **Congresso Nacional. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em: 25 mar. 2016.

_____. **Decreto Federal nº 8.124, de 17 de outubro de 2013**. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro 161 de Museus - IBRAM. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm>
Acesso em: 25 mar. 2016.

BRIET, Suzanne. **Qu'est-ce que l'adocumentation?** Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Techniques, 1951.

BUCKLAND, Michael K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v. 42, n.5, p.351- 360, 1991.

CAMARGO-MORO, Fernanda de. **Museu: Aquisição/Documentação**. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986. 320 p. (Coleção Eleutherias).

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: **V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 5. 2003. Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003. Disponível em: <http://www.capurro.de/enancib_p.htm> Acesso em: 01 jun. 2014.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Biger. O conceito de Informação. **Perspectivas em Ciência da informação**, v. 12, n.1, 2007, p. 148-207.

CAREGNATO, Célia Elizabete; CORDEIRO, Victoria Carvalho. **Campo científico-acadêmico e a disciplina sociologia na escola**. Educação & Realidade, v. 39, n. 1, p. 39-57. Porto Alegre, Jan.-Mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v39n1/v39n1a04.pdf>
Acesso: 22 mar. 2015.

CARVALHO, Luciana M.de; SCHEINER, Luciana. Reflexões sobre museologia: Documentação em Museus ou Museológica? In: **XV ENANCIB – ENCONTRO NACIONAL EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, 15., 2014, Belo Horizonte. Anais...Belo Horizonte: ECI, 2014. Disponível em: <<http://enancib2014.eci.ufmg.br/programacao/anais-do-xv-enancib>>. Acesso em: abr. 2015.

CASTRO, Ana Lúcia S. de. Informação museológica: uma proposição teórica a partir da Ciência da Informação. In: PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro (Org.). **Ciência da Informação, Ciências Sociais e interdisciplinaridade**. Brasília, Rio de Janeiro: IBICT, 1999, p. 13-32.

CERAVOLO, Suely Moraes. **Proposta de Sistema de Informação Documentária para Museus (SIDM): a Organização da Informação para o Museu de Anatomia Veterinária da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade da São Paulo**. São Paulo, 1998. 122 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, USP, São Paulo, 1998.

CERAVOLO, Suely M.; TÁLAMO, Maria de Fátima G. M. Tratamento e organização de informações documentárias em museus. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n.10, p. 241-253, 2000.

_____. Os museus e a representação do conhecimento: uma retrospectiva sobre a documentação em museus e o processamento da informação. In: **VIII ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 2007, Salvador. Anais... Salvador: PPGCI/UFBA, 2007. s/p. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

CHARTIER, R.A **História cultural**: entre práticas e representações. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Ed. Bertrand. Brasil, 1990

COLLECTIONS TRUST. **SPECTRUM 4.0**: O padrão para gestão de coleções do Reino Unido. São Paulo: Secretaria do Estado de Cultura; Associação de Amigos do Museu do Café; pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014. Tradução de: SPECTRUM 4.0: the UK Museumcollections Management Standard.

COURTRIGHT, Christina. Context in Information Behavior Research. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 41, p. 273-306, 2007. (tradução livre)

COUZINET, V.; SILVA, E.L.; MENEZES, E.M. A ciência da informação na França e no Brasil. *Datagrama zero*: Revista de Ciência da Informação, v.8, n.6, 2007. Disponível em: <www.dgz.org.br> Acesso em: 15 mai. 2015.

CUNHA, Miriam Vieira da. O profissional da informação e o mercado de trabalho. **Informação & Sociedade**: estudos. João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 159-167, jan./jun. 2000.

CURY. Marília X. **Exposição**: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2005.

DECARLI, Georgina; TSAGARAKI, Christina. **Un inventario de bienes culturales**: ¿por qué y para quien?. San José: Fundación ILAM, 2006. 14 p. Disponível em: <<http://www.ilam.org/ILAMDOC/IBC-porqueYparaquien.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

DEPARTAMENTO PROCESSOS MUSEAIS / COORDENAÇÃO DE PATRIMÔNIO MUSEOLÓGICO. Formulário de Inventário dos Acervos, Arquivísticos, Bibliográficos e Museológicos. Recife, 2010.

DEVÉZE, J. As ciências da Informação e da Comunicação na França: no caminho de uma hermenêutica da troca humana e social. In: LOPES, M. I.; FRAUMEIGS, D.; SANTOS, M. S. T. (Org.). *Comunicação e Informação: identidades e fronteiras*. São Paulo: Bagaço, 2000.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: **Cadernos de ensaio**. Nº 2. Estudos de Museologia, Rio de Janeiro:

MinC/IPHAN, 1994. Não paginado. Disponível em: <http://www.nucleodepesquisadosex-votos.org/uploads/4/4/8/9/4489229/ferrez_h_d_documentao_museologica_teorica_para_uma_boa_pratica.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2014.

FROHMANN, Bernard. O caráter social, material e público da informação na contemporaneidade. In: **Encontro Nacional De Pesquisa E Pós-Graduação Em Ciência da Informação** (ENANCIB), 7., Marília, Anais... Marília: [s.n.], 2006.

FUNDAÇÃO MUSEU DO HOMEM AMERICANO. **Proposta de trabalho apresentada ao IBPC pela professora Dra. Bartira Barbosa através da Fundação Museu do Homem americano**. Recife. 1995.

FUNDAÇÃO MUSEU DO HOMEM AMERICANO. **Projeto de Exposição Permanente: Museu da Abolição**. Recife. 1995.

FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA (Recife, PE). **Formulário da comissão de Inventário**. Comissão de inventário de acervos museológicos. Recife. 1990.

FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA (Rio de Janeiro, RJ). **Manual de Instruções para preenchimento da Ficha de Inventário**. Rio de Janeiro. 1983.

FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Ofício circular**. De Autoria Solange de Sampaio Godoy- coordenadora da Comissão de Inventário de Acervos Museológicos. Fundação Nacional Pro memória. Rio de Janeiro, 1990

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Ofício Nº 73.84.D de 21/03/1983**. De Ayrton de Almeida Carvalho diretor da 4º DR do SPHAN para Maria Regina M.B. e Silva diretora do Departamento de Museologia da Fundação Joaquim Nabuco.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002, 4ºed.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. **Abordagens teóricas de tratamento temático da informação: catalogação de assunto, indexação e análise documental**. // Ibersid. (2009) 105-117. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/353432/mod_resource/content/1/GUIMARAES.pdf>. Acesso em 02 mai.2015.

GUIMARÃES, José. A. C.; SALES, Rodrigo de. Análise documental: concepções do universo acadêmico brasileiro em Ciência da Informação. **DataGramaZero -Revista de Ciência da Informação**, v. 11, n. 1, fev. 2010. Disponível em: <<http://dgz.org.br/fev10/Art02.htm>>. Acesso em: 03 mai. 2015.

GUTIÉRREZ USILLOS, Andrés. **Museología y documentación: criterios para la definición de un proyecto de documentación en museos**. Espanha: Editora Trea, 2010.

IBEKWE-SANJUAN, Fidelia. (2012). **The French conception of information science: "Une exception française"?**. J. Am. Soc. Inf. Sci., 63: 1693–1709. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.22670/abstract>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Museu da Abolição e MHN recebem bens culturais apreendidos.** 27/08/2015. (notícias) Disponível em: <http://www.museus.gov.br/museu-da-abolicao-e-mhn-recebem-bens-culturais-apreendidos/> -. Acesso em 10 nov. 2016.

KOBASHI, Nair Yumiko. Análise documentária e representação da informação. In: **Informare**. Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 5-27, jul./dez. 1996. (0104-9461). ARTIGO DE PERIODICO – NACIONAL [ECA] Arquivo da Produção Acadêmica

LARA, Marilda Lopez Ginez de; ORTEGA, Cristina Dotta. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. In: **IX CONGRESSO ISKO - ESPAÑA**, mar. 2009, Valência. Nuevas perspectivas para la difusión y organización del conocimiento - Actas del Congreso, 2009, Valencia: Universidad Politécnica de Valencia, Servicio de Publicaciones, v. 1. p. 528-544, 2009. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=356731#volumen45548>> . Acesso em: 15 mar. 2015.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. Tradução de Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. 2. ed. 124 p.

LIMA Diana FARJALLA CORREIA. **Ciência da Informação, Museologia e fertilização interdisciplinar**: Informação em Arte um novo campo do saber. Rio de Janeiro: IBICT; UFRJ, 2003 (Tese de Doutorado em Ciência da Informação.).

LIMA Diana FARJALLA CORREIA. Ciência da Informação e Museologia em Tempo de Conhecimento Fronteiriço: Aplicação ou Interdisciplinaridade?. 2008. In: **IX ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação**. São Paulo: PPGCI ECA-USP; ANCIB, 2008, v. , p. 1-15.

LOUREIRO. José Mauro M. Esboço acerca da documentação museológica. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, et.al.(org,). **Documentação em Museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2008. 23-29. MAST Colloquia;10.

MAIMONE, Giovana D. **Organização da informação e do conhecimento de documentos artísticos à luz da terminologia**. 2013, 164 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MARÍN TORRES, María Teresa. **Historia de la documentación museológica: la gestión de la memoria artística**. Espanha: Editora Trea, 2002. 387 p.

MARTELETO, Regina; NASCIMENTO, Denize M. A "informação construída" nos meandros da Teoria Social de Pierre Bourdieu. **DataGramZero-Revista de Ciência da Informação**, v.5, n.5, 2004.

MONTEIRO, Juliana. Documentação em museus e objeto-documento: sobre noções e práticas. 2014. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em :10.11606/D.27.2014.tde-22012015-105632. Acesso em: 2015-05-22.

MURGUIA, Eduardo Ismael. Saber Poder: os agenciamentos da Ciência da Informação com a Biblioteconomia e Arquivologia no Brasil. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Brasil, v. 5, n. 1, p. 4-26, mar. 2014. ISSN 2178-2075. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/64335>>. Acesso em: 01 jun. 2015.

MUSEU DA ABOLIÇÃO (Recife, PE). **Relatório nº3**. Recife. Janeiro, 1983.

_____. **Relatório do Grupo de Trabalho Museu da Abolição**: Portaria Nº 04/SEC de 12/04/83. Recife, 1983

_____. **Relatório nº 8. Recife**. Outubro, 1983.

_____. **Relatório nº 9 Recife**. Dezembro, 1983.

_____. **Livro de tomo. Recife**. 1983

_____. **Catálogo da exposição "O Processo Abolicionista Através dos textos Oficiais"**. Recife, 1983.

_____. **Relatório anual 1984**. Recife, 1984.

_____. **Relatório anual 1985**. Recife, 1985.

_____. **Relatório Sintético da Execução das Ações, janeiro a março de 1985**. Recife, 1985.

_____. **Relatório Sintético da Execução das Ações abril a junho de 1985**. Recife, 1985.

_____. **Relatório Sintético da Execução das Ações, julho a setembro de 1985**. Recife, 1985.

_____. **Relatório anual**. Recife, 1986

_____. **Relatório primeiro semestre de 1987**. Recife, 1987.

_____. **Comunicado Interno 033/87, de 14/09/1987**. De Ângela Sumavielle – Museu da Abolição. Para: Maria de Lourdes P.N. Barreto – Coordenação Geral de Acervos Museológicos/ Pró- Memória. Assunto: Relatório trimestral. Recife, 1987.

_____. **Comunicado Interno 065/88 de 07/10/1988**. Assunto: Encaminha informação (fichas inventário do museu). De Ângela de Barros Sumavielle. Para: José Ferrão Castelo Branco – Diretor em exercício Recife, 1988.

_____. **Carta Circular nº 001/CDP/MAB de 03/08/1998. De Fernando Augusto de Souza Lima- Responsável**. Museu da Abolição. Para: Sr. Responsável. Recife. 1988

_____. **Ofício 85/87/f**. De: Ayrton de Almeida Carvalho Diretor da 4ª DR/Secretária do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Para: Osvaldo José de. Secretário do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. Assunto: envia fichas inventário do Museu da Abolição. Recife, 1988.

_____. **Diretrizes de Trabalho Para abertura do Museu da Abolição**. Instituto brasileiro do patrimônio cultural. Serviço público federal. Recife. 1994.

_____. **Relatório de atividades referentes à primeira etapa da proposta de Trabalho**. Instituto brasileiro do patrimônio cultural. Serviço público federal. Recife, 1995.

_____. **Plano museológico**. Recife. 2007

_____. **MEMO ° 012/11**. MAB/IBRAM/MinC, de 27 de janeiro de 2011. De: Adolfo Samyn Nobre- Diretor do MAB. Para: Rose Moreira de Miranda: coordenação geral de sistemas de informação museal. Assunto: Encaminha Inventário de Acervos Arquivísticos , bibliográficos e Museológicos do Museu da Abolição.Coordenação geral de sistemas de informação/Coordenação de acervos e memória. Recife, 2011.

_____. **MEMO nº 130/2012**. MAB/IBRAM/MinC, de 02 de julho de 2012. De: Fabiana Sales – Diretora substituta Museu da Abolição. Para: de Inventário de Acervo Arquivísticos, Bibliográficos e Museológicos- CIAABM. Assunto: Resposta à diligência nº10. Recife, 2012.

_____. **Projeto de “Reestruturação da Documentação Museológica”**. Recife, 2012.

_____. **Plano Museológico do Museu da Abolição**. Ministério da Cultura. Instituto Brasileiro de Museus. 2012. Disponível em:<<http://museudaabolicao.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/04/Plano-Museologico-Museu-da-Abolicao-2012-2016.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

_____. **Relatório Anual**. Ministério da Cultura. Instituto Brasileiro de Museus. 2014. Disponível em: <<http://museudaabolicao.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/04/Relatorio-Anual-MAB-2014.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

_____. **Relatório Anual**. Ministério da Cultura. Instituto Brasileiro de Museus, 2015.

ORTEGA, Cristina. D. Surgimento e consolidação da Documentação:subsídios para compreensão da história da Ciência da Informação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, número especial, p. 59-79, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v14nspe/a05v14nspe.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2015.

_____. **A Documentação como uma das origens da Ciência da Informação e base fértil para sua fundamentação**. Brazilian Journal of Information Science, v. 3, n. 1, p. 3-35, jan./jun. 2009. Disponível em:<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/viewFile/48/263>> . Acesso em: 16 mai. 2015.

ORTEGA, Cristina D.; LARA, Marilda L.G. de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, v. 11, n.2, abr., 2010.

OTLET, Paul. **El Tratado de Documentación**: el libro sobre el libro: teoría y práctica. 2.ed. Murcia: Edit.um, 2007. 445 p.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. **A Ciência da Informação entre luz e sombra**: domínio epistemológico e campo interdisciplinar. Rio de Janeiro. 278f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

_____. Campo interdisciplinar da ciência da informação: fronteiras remotas e recentes. In: PINHEIRO, L.V.R.(Org.) **Ciência da Informação, Ciências Sociais e Interdisciplinaridade**. Brasília: IBICT, 1999. p.155-182.

_____. Ciência da informação: desdobramentos disciplinares, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N.; ORRICO, E.G.D. (Org.) **Políticas de Memória e Informação**. Natal: EDURFN, 2006.

_____. Configurações disciplinares e interdisciplinares da ciência da informação no ensino e pesquisa no Brasil. In: BORGES, M.M.; CASADO, E.S. (Org.). **A Ciência da Informação Criadora de Conhecimento**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009. p.99-111.

_____. Confluências interdisciplinares entre Ciência da Informação e Museologia. **Museologia e Interdisciplinaridade**, v.1, n.1, jan./jun. 2012.

PINHO, Fábio Assis. **Fundamentos da Organização e Representação do Conhecimento**. Recife: Ed. da UFPE, 2009. (Série livro texto - área humanas, 18)

POMBO, Olga. Epistemologia da Interdisciplinaridade. In: **Seminário Internacional Interdisciplinaridade, Humanismo**, Universidade, 2003. Porto. Anais... Universidade do Porto. Disponível em: <http://www.humanismolatino.online.pt/v1/pdf/C002_11.pdf>. Acesso em: 12 out. 2015.

_____. Interdisciplinaridade: conceito, problemas e perspectivas. In: LEVY, T.; GUIMARÃES, H.; POMBO, O. **A interdisciplinaridade: reflexão e experiência**. 2.ed. Lisboa: Texto, 1994, p.8-14. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/mathesis/interdisciplinaridade.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2015.

PROGRAMA NACIONAL DE MUSEUS. **Ficha-Piloto de Inventário de Acervo**. Rio de Janeiro, 1983.

_____. **Guia de preenchimento da ficha de Registro**. Núcleo de Revitalização. Rio de Janeiro, 1984.

RABELLO, Rodrigo. História dos conceitos e ciência da informação: apontamentos teórico-metodológicos para uma Perspectiva epistemológica. **Enc. Bibli. R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, v.13, n.26, 2º sem. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2008v13n26p17>>. Acesso em: 20 de mar. de 2015.

_____. **A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação**. 2009. 331p. Tese (Doutorado em Ciências da Informação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=137497>. Acesso em: 5 mar. 2010.

RAMOS, Luciene Borges. **Centros de Cultura, Espaços de Informação: um estudo sobre a ação do Galpão Cine Horto**. Belo horizonte, MG: Argmdntvm, 2008.

RAYWARD, W. Boyd. Orígenes de la ciencia de la información y del Instituto Internacional de Bibliografía / Federación Internacional de Información y Documentación (FID). In: RAYWARD, W. B.; ARNAN RIVED, P. **Hasta la documentación electrónica**. 2. ed. Madrid: Mundarnau, 1995.

RIO DE JANEIRO. **Portaria nº 18 de 18/06/1990, da Fundação Nacional Pró-Memória**. Rio de Janeiro, 1990.

SAMPAIO, Débora Adriano. Reflexões sobre representação da informação memorialística: uma análise a partir dos aspectos da cultura. In: Mota, Ana Roberta Sousa; Galvino, Cláudio César Temóteo; Barros, Kelly Cristiane Queiroz; Llerena, Rosilene Agapito da Silva; Lira, Suzana de Lucena. (Org.). **Versados em ciência da informação**. 1ed. João Pessoa: Imprell, 2014, v. , p. 99-119.

SANTOS, Juana Elbein. **Os Nàgô e a morte: Pàde, Àsèsé e o culto Égun na Bahia**; traduzida pela Universidade Federal da Bahia. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

SÃO PAULO (Estado). **Declaração de princípios de documentação em museus e diretrizes internacionais de informação sobre objetos**: Categorias de informação do CIDOC. COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO (CIDOC). CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (ICOM). São Paulo: Secretaria do Estado de Cultura; Associação de Amigos do Museu do Café; pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014.

SARACEVIC, Tefko. Information science: origin, evolution and relations. In: VAKKARI, P., CRONIN, B. (ed.). **Conceptions of library and information science: historical, empirical and theoretical perspectives**. London: Taylor Graham, 1992, p. 5 – 27.

SILVA, Jonathas Luiz C.; FREIRE, Gustavo Henrique de A. Um olhar sobre a origem da ciência da informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 1-29, abr. 2012. ISSN 1518-2924. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17n33p1/21708>> . Acesso em: 23 jul. 2015.

SMIT, JohannaWilhelmina. **O que é documentação**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 2ed.

_____. O documento audiovisual ou a proximidade entre as três Marias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v.26, n.1/2, p.81-85, 1993. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000002163&dd1=3e67b>>. Acesso em: 31 mai. 2015.

_____. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários/FEBAB, Nova Série, v.1, n.2, 27-36, 1999-2000. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/164802/mod_resource/content/1/SMIT_arquivologia%20biblioteconomia%20e%20museologia.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2015.

_____. A documentação e suas diversas abordagens. In: GRANATO, Marcus et. al.(org.). **Documentação em Museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2008.11-22. (MAST Colloquia;10).

SMIT, Johanna W.; TÁLAMO, Maria de Fátima G. M. (2007) Ciência da Informação: pensamento informacional e integração disciplinar. **Brazilian Journal of Information Science**, v.1, n.1, p. 33-57, jan./jun.. Disponível em: <<http://www.bjis.unesp.br>>. Acesso em 08 jun. 2014.

TORRES, Maria Teresa Marín. **História de la documentación museológica: la gestión de la memoria artística**. Espanha: Trea, 2002.

VALENCA, Vivianne Ribeiro. **Qual o museu que nós queremos? : a relação indivíduo-museu no processo participativo do Museu da Abolição (2005-2013)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2014.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2007, 8ª ed.

YASSUDA, Sílvia Nathaly. **Documentação Museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista**. 2009. 124f, Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Posgraduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/yassuda_sn_me_mar.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2014.

APÊNDICE

APÊNDICE A: campos das fichas de registro

1983	1989	2012
<p>NÚMERO, CATEGORIA, OBJETO, TÍTULO / ASSUNTO, AUTOR, PROCEDÊNCIA, ÉPOCA, FUNÇÃO, MODO DE AQUISIÇÃO, DATA DE AQUISIÇÃO, MATERIAL/TÉCNICA, MARCAS/ASSINATURA, DIMENSÕES/ PESO, ESTADO DE CONSERVAÇÃO, NÚMEROS ANTIGOS, LOCALIZAÇÃO, DESCRIÇÃO, HISTÓRICO, FOTO, NEGATIVOS NÚMEROS, LOCALIZAÇÃO, OBSERVAÇÕES, REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, RESTAURAÇÕES, DOCUMENTAÇÃO EXISTENTE, EXPOSIÇÕES, DATA E ASSINATURA. LIVRO DE TOMBO: N° DE ORDEM ANUAL; OBJETOS ADQUIRIDOS; PROCEDÊNCIA; MODO DE AQUISIÇÃO; DATA DE ENTRADA; VALOR; N° DA GUIA; OBSERVAÇÕES; EST. DE CONSERVAÇÃO.</p>	<p>NÚMERO, NOME, TÍTULO, ASSUNTO, AUTOR, DATA/LOCAL, MATERIAL/TÉCNICA/SUORTE, ASSINATURA/MARCA/FABRICANTE, ORIGEM, DIMENSÕES/ PESO, MOLDURA/BASE/ESTOJO, PROCEDÊNCIA, MODO DE AQUISIÇÃO, DOCUMENTOS EXISTENTE, ESTADO DE CONSERVAÇÃO, DESCRIÇÃO, EXPOSIÇÕES, BIBLIOGRAFIA, OBSERVAÇÕES, N° DA FOTO/ NOME DO FOTOGRAFO/DATA DA FOTO, RESPONSÁVEL/ASSINATURA/ DATA.</p>	<p>NÚMERO DA FICHA, NÚMERO DE REGISTRO, NÚMERO DE PARTES, TERMO, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULO, AUTORIA, CÓPIA, DATA DE PRODUÇÃO/CRIAÇÃO, ORIGEM, MATERIAL/TÉCNICA, PROCEDÊNCIA, MODO DE AQUISIÇÃO, DATA DE AQUISIÇÃO, MARCAS E INSCRIÇÕES, ASSINATURA, ESTADO DE CONSERVAÇÃO, DIMENSÕES/ PESO, DESCRIÇÃO DO OBJETO, DADOS HISTÓRICOS, CARACTERÍSTICAS ICONOGRÁFICAS, CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, OBSERVAÇÕES, EXPOSIÇÕES, DOCUMENTAÇÃO RELEACIONADA, REFERÊNCIAS, CONTROLE (FOTO) FOTOGRAFO/DATA.</p>

ANEXOS

ANEXO 1

ASSINATURA Blas Aguiar Gomes DATA 20 / 12 / 83

DOCUMENTOS EXISTENTES Impenho nº 1703/82

EXPOSIÇÕES "O Processo Abolicionista Através dos Textos Oficiais". Museu da Abolição - Rio, 1983

RESTAURAÇÕES

PROGRAMA NACIONAL DE MUSEUS

CATEGORIA Plástica

TIPO Lâmpada

TÍTULO ASSUNTO Lâmpada

OUTRO

ORIGEM Portugal

ÉPOCA Século XIX

FUNÇÃO Decorativa

MODO DE AQUISIÇÃO compra doação coleta transferência

DATA DE AQUISIÇÃO 10 / 01 / 83

MATERIAL TÉCNICO Prata e madrepérola lavradas

NOTAS ASSINATURA "....J" na borda da base e suporte da vela

MENSÕES altura 31 cm. comprimento largura diâmetro 42 cm. peso 150 g.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO bom regular ruim péssimo

ANTES

VALORAÇÃO total de 200.000

A peça pertence ao casal Francisco Reynaldo da Silva Alves e Glória Maria Padilha Reynaldo Alves, adquirida de um antiquário português por D. Carmelita Barreto que na época residia naquele país, e em 1959 deu-a de presente ao casal.

Castiçal em prata e madrepérola de base oval irregular, decorada com concheados, motivos florais e volutas, colocada sobre três (03) pés trabalhados e sinuosos, tendo uma alça decorada com três (03) folhas delgadas. No meio da base está colocado o suporte para a vela. Partindo da base, uma haste na qual se encaixa um estilete que serve de apoio para uma concha de madrepérola com um castelo numa paisagem, entalhado. Esta concha, datada de 11 de junho de 99, está apoiada numa canaleta de prata na qual estão gravadas as letras IJSA e IMA.

OBSERVAÇÕES

Adquirida de Glória Maria Padilha Reynaldo Alves, de C.P.F. nº 167.947.889-20, em 10 de janeiro de 1983. Empenho nº 1703/82. Preço: Cr\$ 180.000,00

NEGATIVO Nº

LOCALIZAÇÃO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANEXO 3

MUSEU DA ABOLIÇÃO MUSEU DA ABOLIÇÃO MUSEU DA ABOLIÇÃO MUSEU DA ABOLIÇÃO .1.

FORMULÁRIO DA COMISSÃO DE INVENTÁRIO DE ACERVOS MUSEOLÓGICOS

Instituição:

1 - Quando foi realizado o último Inventário nesta unidade?

Em 23/03/89, foram inventariadas as 6 peças que deram entrada, por doação, no final do exercício de 1988.

2 - O Inventário que está sendo remetido à Comissão foi precedido de checagem direta dos objetos?

- SIM

- NÃO

3 - Qual o número total de objetos de propriedade desta Unidade? (considere a contagem objeto por objeto)
130 objetos.

4 - Qual o número de objetos de propriedade desta Unidade cedidos por prazo determinado ou indeterminado à outras Instituições? Indique a quantidade e o nome da Instituição onde elas se encontram.

O MUSEU DA ABOLIÇÃO não tem objetos cedidos em regime de empréstimo.

5 - Existem objetos sob a guarda desta Unidade que pertencem a particulares e/ou instituições?

- SIM

- NÃO

Em caso afirmativo quantificar, indicar a origem e informar se foram ou não incluídos no Inventário que está sendo remetido à Comissão.

Nenhum objeto contido nas quantificações, discriminadas a seguir, foram incluídos no inventário do MUSEU DA ABOLIÇÃO. (VIDE VERSO)

6 - Existem objetos que segundo critérios estabelecidos por esta Unidade são passíveis de alienação/baixa?

- SIM

- NÃO

Em caso afirmativo, indicar a quantidade.

7 - No Inventário que está sendo remetido à Comissão existem objetos que não foram localizados?

- SIM

- NÃO

Em caso afirmativo quantificar e relatar a providência tomada.

ITEM 5

SOB REGIME DE EMPRÉSTIMO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO - UM OBJETO

MUSEU DO ESTADO DE PERNAMBUCO - 12 OBJETOS

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL - 16 OBJETOS

MUSEU IMPERIAL - 15 OBJETOS

MUSEU DA INCONFIDÊNCIA - 5 OBJETOS

MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES - 3 OBJETOS

"SOB A GUARDA"

24 OBJETOS "SOB A GUARDA" DA EXTINTA PRÓ-MEMÓRIA/4a.RR QUE ESTÃO NA EXPOSIÇÃO PERMANENTE DO MUSEU DA ABOLIÇÃO.

MUSEU DA ABOLIÇÃO MUSEU DA ABOLIÇÃO MUSEU DA ABOLIÇÃO MUSEU DA ABOLIÇÃO .2.

FORMULÁRIO DA COMISSÃO DE INVENTÁRIO DE ACERVOS MUSEOLÓGICO

8 - Quais foram as dificuldades encontradas pela Unidade para execução do Inventário que está sendo remetido à Comissão?

Não existiram maiores dificuldades.

9 - Esta Unidade tem condições de executar um trabalho sistemático de conservação do acervo?

- SIM

- NÃO

10 - Qual o percentual do acervo desta Unidade necessitando de restauração?

De imediato, uma peça, inventariada sob o nº83.29/Bandeira/do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

11 - Com vistas à uma melhor compreensão da importância dos acervos museológicos da Fundação Nacional Pró-Memória (em extinção), gostaríamos que V. S^a fizesse um breve comentário acerca do acervo desta Unidade, destacando os objetos ou coleções considerados significativos.

O acervo é eclético. Destacariamos a peça nº83.46/Castical e as dos nºs.83.47 à 83.56/Jóias de coco e ouro e toda a coleção filatélica que vem sendo formada levando-se em consideração os assuntos direta ou indiretamente, ligados a temática do MUSEU.

O percentual do acervo fotografado é de 19%.

Assinatura do Responsável

ANGELA SUMAVILLE

DE ACORDO

HÉLVIO POLITO LOPES

OBS.: Dado a escassez financeira por que passa a Pró-Memória/4a.RR, nesta fase de extinção, a cópia do inventário do MUSEU será obtida na Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos, onde está devidamente computadorizado.

ACORDADO, NO DIA 06/07/90, POR TELEFONE, COM TÉCNICA MARISA TERESA POYARES, MEMBRO DESTA COMISSÃO.

Obs.: Quando houver necessidade de acrescentar informações utilize folhas anexas, devidamente identificadas e numeradas.

ANEXO 4

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS MUSEAIS
COORDENAÇÃO DE PATRIMÔNIO MUSEOLÓGICO
Inventário de Acervos Museológicos dos museus do IBRAM
I. Dados institucionais
II. Área de contextualização
2.1 Informe em 30 linhas o histórico de formação do acervo do Museu, destacando suas principais tipologias (exemplo: Antropologia, Etnologia, História, Imagem e som, Arte, Arqueologia etc).
2.2 Especifique o número total de itens de natureza museológica que compõem o acervo do Museu:130 (cento e trinta)
2.2.1 Em relação às formas de aquisição do acervo permanente, informe, se possível, o número total de itens e/ou porcentagem do acervo, conforme descrito abaixo:
a) doação:
b) cessão:
c) legado:
d) compra:
e) espólio:
f) transferência:
g) permuta:
h) coleta:
i) outros. Especifique:
OBS.: Caso o museu utilize em sua prática outras interpretações para os termos presentes neste formulário e no glossário que segue anexo, especifique-as, citando as fontes de consulta.
2.3 Informe o número total de itens do acervo cedidos a outras instituições, indicando o nome destas e a forma de cessão.
2.4 Informe o número total de itens que estão sob a guarda provisória do Museu, indicando o motivo:
a) Exposições temporárias:
b) Depósito legal:
c) Comodato:
d) Convênio: :
e) Outros. Especifique:
III. Área de Conteúdo e Estrutura
3.1 A elaboração deste Inventário de Acervos Museológicos foi precedida de:
() Checagem direta item a item do acervo
() Checagem parcial de itens
Neste caso indique a porcentagem dos itens conferidos em relação ao total de acervo, indicando os outros instrumentos utilizados como base para a conferência (inventários anteriores, bases de dados, listagens, livros de registro, fichas de catalogação), bem

como, se possível, o nome do responsável pela produção desses instrumentos e a data destas informações.

Nenhuma checagem

Neste caso indique os instrumentos utilizados como base para a realização do inventário, bem como, se possível, o nome do responsável pela produção desses instrumentos e a data destas informações.

3.2 Indique a(s) data(s) da última conferência item a item do acervo desta instituição. Desde a última atualização do Inventário do Acervo Museológico do Museu da Abolição, datada de 23/02/1989, não há registro de nenhuma conferência do acervo da instituição

3.3 Existe no Museu a ocorrência de itens não localizados?

Sim Não

3.3.1 Em caso afirmativo apresente em anexo um relatório de itens não localizados conforme o modelo a seguir:

Descreva cada item não localizado em uma linha.

Indique no campo "Item não localizado" a forma como ele é identificado na instituição.

Registre o tipo de ocorrência, conforme os exemplos apresentados no quadro.

Registre a data da ocorrência

Registre as providências adotadas

Indique a existência na instituição de registro fotográfico do item não localizado.

Item não localizado	Ocorrência (Furto, roubo, desaparecido por incêndio ou outro acidente, deterioração, alienação, não localizado em checagem de rotina, somente presentes em documentação, mas nunca localizados etc).	Data	Providências tomadas	Documentação ou registro fotográfico (Sim / Não)

3.4 O Museu utiliza algum tipo de Tesouro ou Vocabulário controlado?

Sim Não

3.4.1 Em caso afirmativo, indique a referência do(s) instrumento(s) utilizado(s).

3.5 O museu possui algum item do acervo tombado pelo IPHAN ou protegido por outro instrumento legal de preservação (Tombamento estadual, municipal etc)?

Sim Não

3.5.1 Em caso afirmativo, especifique a quantidade de itens e o instrumento legal de preservação.

IV. Área de Condições de Acesso e Uso

4.1 O acervo do Museu possui documentação fotográfica?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
4.1.1 Em caso afirmativo, indique a quantidade de acervo documentado fotograficamente e o tipo de suporte, conforme a seguir:
<input type="checkbox"/> Acervo totalmente fotografado.
Neste caso indique o número total de itens fotografados em suporte analógico (papel, negativo, slide) e digital.
<input type="checkbox"/> Acervo parcialmente fotografado.
Neste caso indique o número total de itens do acervo que possuem documentação fotográfica, especificando o quantitativo em relação ao suporte analógico (papel, negativo, slide) e digital.
<input type="checkbox"/> Acervo não fotografado.
4.1.2 No caso de documentação em mídia digital, especifique a forma de armazenamento (HD externo, interno, base de dados, CD, DVD etc).
4.2 Em caso de furto / roubo a imagem do item poderá ser disponibilizada rapidamente?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
4.2.1 Em caso negativo, justifique em no máximo 10 linhas.
V. Área de Notas
5.1 Notas sobre conservação
5.1.1 Utilizando as categorias apresentadas a seguir, como poder ser classificado o estado de conservação do acervo do Museu:
Quantifique
<input type="checkbox"/> Bom. :
BOM - Os itens apresentam características físicas e estéticas originais em boas condições, mesmo que já tenham sido restaurados. Têm seus suportes limpos, livres de acidez, sem manchas, crostas, rasgos e perdas. A tinta, se houver, deve estar bem aderida ao suporte. Ao ser manuseado cuidadosamente, o suporte se mostra firme e resistente. No caso de uma obra de arte deve se observar além do suporte o estado do verniz, da tinta, a presença de fungos que pode alterar a percepção de volume e profundidade na composição.
Quantifique
<input type="checkbox"/> Regular. :
REGULAR – Os itens podem apresentar alguma acidez, alguns fungos, porém não tem danos mecânicos como rasgos, dobras acentuadas, infestação ou buracos causados por insetos. É importante observar que apesar de alguns danos a obra poderá ser manuseada cuidadosamente, porque o suporte ainda estará resistente e a tinta, se houver, bem aderida.
Quantifique
<input type="checkbox"/> Ruim. :

RUIM – Os itens apresentam processo grave de degradação, tais como perdas, acidez, ataques biológicos por microorganismos ou insetos, rasgos, manchas, descolamento de camada pictórica, esfarelamento (pedra) ou corrosão (metais). Neste caso o item não deverá ser exposto ou manuseado sem antes passar por processo de restauração, pois o manuseio poderá degradar ainda mais o item.

5.2 Notas gerais

5.2.1 Registre quaisquer justificativas, informações, sugestões, dificuldades ou problemas encontrados para o preenchimento do formulário e para a execução do inventário que não tenham sido contemplados nos demais campos.

VI. Área de controle da descrição

6.1 Identificação do responsável pela coleta de dados e preenchimento do formulário

6.1.1 Nome completo:

6.1.2 Matrícula:

6.1.3 Cargo e/ou função:

6.1.4 E-mail:

6.1.5 Assinatura e carimbo:

6.2 Identificação do Diretor da Instituição:

6.2.1 Nome Completo:

6.2.2 Matrícula:

6.1.4 E-mail:

6.2.3 Assinatura e carimbo:

ANEXO 5

Microsoft Access (Folha na Ativação do Produto)

Arquivo Página Inicial Criar Dados Externos Ferramentas de Banco de Dados

Modo de Exibição Colar Recortar Copiar Pincel de Formatação Área de Transferência

Filtrar Crescente Decrescente Remover Classificação Alternar Filtro

Seleção Avançado Atualizar Tudo

Novo Salvar Excluir Mais

Totais Ortografia Localizar

Substituir Ir para Selecionar

Formatação de Texto

frm_principal

MUSEU DA ABO LIAO

BASE DE DADOS DO ACERVO MUSEOLÓGICO

ID-Objeto 132

Nº registro 83.25

Objeto/Nome Cuité

Todo ou parte

Todo

Parte

Nº de partes 0

Tipo/autoría Dados físicos Inscricões/suporte Aquisição Conserv./Restauração Histórico Expos. e docs Avaliações Obs. Fotos

Categoria Utensílio de cozinha/ Mesa

Sub-Categoria

Autor(es)

AUTOR DESCONHECIDO

Adicionar novo autor

Registro: 1 de 1

Título Cuité

Tipologia Histórico

Data

Local/origem Belo Horizonte, MG, Brasil

Localização fixa RT, armário 2, prateleira 4.

Localização atual RT, armário 2, prateleira 4.

Versão 01.230211b

Registro: 1 de 1

Microsoft Access (Folha na Ativação do Produto)

Arquivo Página Inicial Criar Dados Externos Ferramentas de Banco de Dados

Modo de Exibição Colar Recortar Copiar Pincel de Formatação Área de Transferência

Filtrar Crescente Decrescente Remover Classificação Alternar Filtro

Seleção Avançado Atualizar Tudo

Novo Salvar Excluir Mais

Totais Ortografia Localizar

Substituir Ir para Selecionar

Formatação de Texto

frm_principal

MUSEU DA ABO LIAO

BASE DE DADOS DO ACERVO MUSEOLÓGICO

ID-Objeto 132

Nº registro 83.25

Objeto/Nome Cuité

Todo ou parte

Todo

Parte

Nº de partes 0

Tipo/autoría Dados físicos Inscricões/suporte Aquisição Conserv./Restauração Histórico Expos. e docs Avaliações Obs. Fotos

Material/técnica Vegetal (Fruto da Culeira)

Dimensões/peso

Altura (cm) 9

Larg./diâm. (cm) 5

Profund. (cm)

Peso (Kg)

Descrição formal

Corpo cavo, arredondado, com um pendúculo parecendo uma pequena calha. Cor natural.

Localização fixa RT, armário 2, prateleira 4.

Localização atual RT, armário 2, prateleira 4.

Versão 01.230211b

Registro: 1 de 1

Descreva formalmente o objeto.

Num Lock Filtrado

RD - Arquivos (2) - Banco de dados (Access 2007 - 2010) - Microsoft Access (Tela na Ativação de Produto)

Arquivo Página Inicial Criar Dados Externos Ferramentas de Banco de Dados

Modo de Exibição Recortar Copiar Colar Pincel de Formatação Área de Transferência Filtros Crescente Decrescente Remover Classificação Classificar e Filtrar Seleção Avançado Alternar Filtro Novo Salvar Excluir Mais Registros Localizar Substituir Ir para Selecionar Formatação de Texto

frm_principal

MUSEU DA ABO LIAÇÃO
BASE DE DADOS DO ACERVO MUSEOLÓGICO

ID-Objeto: 132
Nº registro: 83.25
Objeto/Nome: Cuité

Todo ou parte: Todo Parte
Nº de partes: 0

Tipo/autoria Dados físicos Inscrições/suporte Aquisição Conserv./Restauração Histórico Expos. e docs Avaliações Obs. Fotos

Inscrições
Sem marca/Sem assinatura.

Moldura, base, estojo

Localização fixa: RT, armário 2, prateleira 4. Versão: 01.230211b
Localização atual: RT, armário 2, prateleira 4.

Registro: 1 de 1 Filtros Pesquisar

Caso a peça possua moldura, base ou estojo, descreva neste campo. Num Lock Filtros

RD - Arquivos (2) - Banco de dados (Access 2007 - 2010) - Microsoft Access (Tela na Ativação de Produto)

Arquivo Página Inicial Criar Dados Externos Ferramentas de Banco de Dados

Modo de Exibição Recortar Copiar Colar Pincel de Formatação Área de Transferência Filtros Crescente Decrescente Remover Classificação Classificar e Filtrar Seleção Avançado Alternar Filtro Novo Salvar Excluir Mais Registros Localizar Substituir Ir para Selecionar Formatação de Texto

frm_principal

MUSEU DA ABO LIAÇÃO
BASE DE DADOS DO ACERVO MUSEOLÓGICO

ID-Objeto: 132
Nº registro: 83.25
Objeto/Nome: Cuité

Todo ou parte: Todo Parte
Nº de partes: 0

Tipo/autoria Dados físicos Inscrições/suporte Aquisição Conserv./Restauração Histórico Expos. e docs Avaliações Obs. Fotos

Modo de aquisição: Compra
Data de aquisição: 17/03/1985
Doador/Vendedor: Adicionar
Valor de compra:

Seguro

Seguradora	Valor	Data da avaliação
*		

Registro: 1 de 1 Sem Filtros Pesquisar

Localização fixa: RT, armário 2, prateleira 4. Versão: 01.230211b
Localização atual: RT, armário 2, prateleira 4.

Registro: 1 de 1 Filtros Pesquisar

Forma de aquisição. Num Lock Filtros

Microsoft Access (Tela de Ativação de Produto)

Arquivo Página Inicial Criar Dados Externos Ferramentas de Banco de Dados

Modo de Exibição Recortar Copiar Pincel de Formatação Área de Transferência

Filtrar Crescente Decrescente Remover Classificação Classificar e Filtrar

Seleção Avançado Alternar Filtro

Atualizar Tudo Novo Salvar Excluir Mais

Substituir Ir para Localizar

Formatação de Texto

MUSEU DO OURO
BASE DE DADOS DO ACERVO MUSEOLÓGICO

ID-Objeto: 132 **Todo ou parte** Nº de partes: 0
 Nº registro: 83.25 Todo Parte

Objeto/Nome: Cuité

Tipo/autoria Dados físicos Inscricões/suporte Aquisição Conserv./Restauração Histórico Expos. e docs Avaliações Obs. Fotos

Estado de conservação: Bom

Descrição do estado de conservação:

Restaurações

Responsável	Objetivo da intervenção	Data concl.	Documentação
*			

Registro: 1 de 1 Sem Filtro Pesquisar

Localização fixa: RT, armário 2, prateleira 4. Versão: 01.230211b
 Localização atual: RT, armário 2, prateleira 4.

Registro: 1 de 1 Filtado Pesquisar

Descreva as avarias do objeto com detalhes neste campo. Num Lock Filtado

Microsoft Access (Tela de Ativação de Produto)

Arquivo Página Inicial Criar Dados Externos Ferramentas de Banco de Dados

Modo de Exibição Recortar Copiar Pincel de Formatação Área de Transferência

Filtrar Crescente Decrescente Remover Classificação Classificar e Filtrar

Seleção Avançado Alternar Filtro

Atualizar Tudo Novo Salvar Excluir Mais

Substituir Ir para Localizar

Formatação de Texto

MUSEU DO OURO
BASE DE DADOS DO ACERVO MUSEOLÓGICO

ID-Objeto: 132 **Todo ou parte** Nº de partes: 0
 Nº registro: 83.25 Todo Parte

Objeto/Nome: Cuité

Tipo/autoria Dados físicos Inscricões/suporte Aquisição Conserv./Restauração Histórico Expos. e docs Avaliações Obs. Fotos

Histórico do objeto

Procedência: Mercado Municipal de Belo Horizonte, comprada pela museóloga do Museu do Ouro Maria Luiza Querini;
 Fruto da cueira, de cuja casca, cortada pelo meio ao comprido, se fazem as vasilhas conhecidas com este nome, aplicada a diversos misteres.
 Informação local: " Os Cuités pequenos substituíam as xicaras".
 (informações retirada da pasta do Museu do Ouro/C. de 22/02/1985)

Localização fixa: RT, armário 2, prateleira 4. Versão: 01.230211b
 Localização atual: RT, armário 2, prateleira 4.

Registro: 1 de 1 Filtado Pesquisar

Histórico do objeto desde a sua confecção até a chegada ao museu. Num Lock Filtado

Microsoft Access (Falha na Ativação do Produto)

Arquivo Página Inicial Criar Dados Externos Ferramentas de Banco de Dados Folha de Dados

Modo de Exibição Colar Recortar Copiar Pincel de Formatação Área de Transferência

Filtrar Crescente Decrescente Remover Classificação Classificar e Filtrar

Seleção Avançado Alternar Filtro

Atualizar Tudo

Novo Salvar Excluir Mais

Totais Ortografia Localizar

Substituir Ir para Selecionar

Calibri (Detalhe) 11

Formatação de Texto

frm_principal

MUSEU DA ABOLIÇÃO
BASE DE DADOS DO ACERVO MUSEOLÓGICO

ID-Objeto: 132
Nº registro: 83.25
Objeto/Nome: Cuité

Todo ou parte: Todo Parte
Nº de partes: 0

Tipo/autoria Dados físicos Inscrições/suporte Aquisição Conserv./Restauração Histórico Expos. e docs Avaliações Obs. Fotos

Exposições

Título	Entrada do objeto	Saída do objeto
" O Processo Abolicionista Através dos Textos Oficiais"	13/05/1983	
Mostra do Acervo do Museu da Abolição	01/11/2013	

Registro: 1 de 1

Documentação relacionada

Documento

Registro: 1 de 1

Localização fixa: RT, armário 2, prateleira 4.
Localização atual: RT, armário 2, prateleira 4.

Versão: 01.230211b

Registro: 1 de 1

Descrição do documento (ABNT)

Microsoft Access (Falha na Ativação do Produto)

Arquivo Página Inicial Criar Dados Externos Ferramentas de Banco de Dados Folha de Dados

Modo de Exibição Colar Recortar Copiar Pincel de Formatação Área de Transferência

Filtrar Crescente Decrescente Remover Classificação Classificar e Filtrar

Seleção Avançado Alternar Filtro

Atualizar Tudo

Novo Salvar Excluir Mais

Totais Ortografia Localizar

Substituir Ir para Selecionar

Calibri (Detalhe) 11

Formatação de Texto

frm_principal

MUSEU DA ABOLIÇÃO
BASE DE DADOS DO ACERVO MUSEOLÓGICO

ID-Objeto: 132
Nº registro: 83.25
Objeto/Nome: Cuité

Todo ou parte: Todo Parte
Nº de partes: 0

Tipo/autoria Dados físicos Inscrições/suporte Aquisição Conserv./Restauração Histórico Expos. e docs Avaliações Obs. Fotos

Catalogador

Angela de Barros Sumavielle. Local: Recife, PE. Data: 30/08/1988

Avaliações periódicas

Avaliador	Data	Observações

Registro: 1 de 1

Localização fixa: RT, armário 2, prateleira 4.
Localização atual: RT, armário 2, prateleira 4.

Versão: 01.230211b

Registro: 1 de 1

Modo formulário

Microsoft Access (Falha na Ativação do Produto)

BD_Acervo (2) - Banco de dados (Access 2007 - 2010)

Arquivo | Página Inicial | Criar | Dados Externos | Ferramentas de Banco de Dados

Modo de Exibição | Recortar | Copiar | Colar | Pincel de Formatação | Área de Transferência | Filtrar | Crescente | Decrescente | Remover Classificação | Classificar e Filtrar | Seleção - Avançado - Alternar Filtro | Atualizar Tudo | Novo Salvar | Excluir | Mais | Registros | Ortografia | Localizar | Ir para - Selecionar - | Formatação de Texto

frm_principal

MUSEU DO OURO
LIAO

BASE DE DADOS DO ACERVO MUSEOLÓGICO

ID-Objeto: 132
 Nº registro: 83.25
 Objeto/Nome: Cuité

Todo ou parte: Todo Parte
 Nº de partes: 0

Tipo/autoria | Dados físicos | Incrições/suporte | Aquisição | Conserv./Restauração | Histórico | Expos. e docs | Avaliações | Obs. | Fotos

Observações
 Assunto: informação retirada da pasta do Museu do Ouro/C. de 22/02/1985

Localização fixa: RT, armário 2, prateleira 4.
 Localização atual: RT, armário 2, prateleira 4.

Versão: 01.230211b

Registro: 1 de 1 | Filtros | Pesquisar

Outras informações sobre o objeto que não caibam aos campos anteriores

Num Lock | Filtros

Microsoft Access (Falha na Ativação do Produto)

BD_Acervo (2) - Banco de dados (Access 2007 - 2010)

Arquivo | Página Inicial | Criar | Dados Externos | Ferramentas de Banco de Dados

Modo de Exibição | Recortar | Copiar | Colar | Pincel de Formatação | Área de Transferência | Filtrar | Crescente | Decrescente | Remover Classificação | Classificar e Filtrar | Seleção - Avançado - Alternar Filtro | Atualizar Tudo | Novo Salvar | Excluir | Mais | Registros | Ortografia | Localizar | Ir para - Selecionar - | Formatação de Texto

frm_principal

MUSEU DO OURO
LIAO

BASE DE DADOS DO ACERVO MUSEOLÓGICO

ID-Objeto: 132
 Nº registro: 83.25
 Objeto/Nome: Cuité

Todo ou parte: Todo Parte
 Nº de partes: 0

Tipo/autoria | Dados físicos | Incrições/suporte | Aquisição | Conserv./Restauração | Histórico | Expos. e docs | Avaliações | Obs. | Fotos



Autor: Daniel Pereira
 Data: 06/06/2012
 Controle: DSC1407

Autor: Daniel Pereira
 Data: 06/06/2012
 Controle: DSC1408

Localização fixa: RT, armário 2, prateleira 4.
 Localização atual: RT, armário 2, prateleira 4.

Versão: 01.230211b

Registro: 1 de 1 | Filtros | Pesquisar

Modo formulário

Num Lock | Filtros

ANEXO 6

**REESTRUTURAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA**

Recife- PE
2012

INTRODUÇÃO

O diagnóstico da documentação técnica museológica do Museu da Abolição foi realizado com o intuito de entendermos todo processo documental que vem sendo realizado desde a época de sua inauguração. Atualmente o acervo é composto por 130 peças, adquirida entre 1983 e 1989, que não estão classificadas por coleção.

O acervo inicial do museu foi formado por objetos comprados em antiquários, para compor a exposição inaugural. São em sua maioria objetos de suplicio, ligados a escravidão, objetos representativos das casas grandes e dos engenhos, objetos religiosos e ainda, objetos comemorativos à abolição da escravatura no Brasil.

No decorrer do tempo foram elaborados vários procedimentos técnicos de gestão deste acervo. Os mesmos, a partir de estudos feitos, podem ser considerados incompletos, pois não levam em consideração questões básicas como: facilidade de recuperação das informações a cerca da obra, análise do conjunto da obra, os documentos de aquisição do acervo e a segurança do mesmo. Não temos na documentação referência aos objetivos e justificativas da aquisição desses objetos para o museu, o que vai de encontro a missão do Museu da Abolição.

Portanto, a reestruturação da documentação museológica funcionará como estudo de caso do acervo, atentando para os itens acima relacionados, buscando facilitar o acesso às informações referentes a coleção. Neste sentido, prevê a coleta, organização, tratamento, armazenamento, recuperação e disseminação da informação produzida a partir da coleção.

JUSTIFICATIVA

As atividades prevista tem por finalidade reestruturar o sistema de documentação do Museu. Entendemos que a documentação de acervos museológicos é um procedimento de suma importância dentro de um museu, pois é através dela que viabilizamos todos os outros procedimentos como a pesquisa científica, a comunicação e a preservação.

A documentação museológica do MAB vem sendo realizada desde a época de sua inauguração. Dessa forma, possuímos fichas de identificação realizadas na década de 80, fichas cadastrais diversas, termos de responsabilidade, termos de doação e correspondências referentes à aquisição do acervo, documentos estes que contêm pouca informação e não se referem a todas as peças existentes.

Existe também, um banco de dados em plataforma digital elaborado pelo museólogo Adolfo Nobre, onde encontram-se inseridas as informações catalográficas sobre o acervo.

Os objetos museológicos são testemunhos da cultura e da história da sociedade que o produziu, dessa forma a trajetória dele não termina ao ser incorporado ao museu, necessitando uma permanente atualização das informações pertinentes a ele.

Nesse sentido, com a reestruturação do sistema de documentação do acervo, estaremos disseminando as informações necessárias para ações de preservação, pesquisa e comunicação da instituição. Assim, tendo um sistema de documentação eficiente se é capaz de atender a várias demandas da instituição.

OBJETIVOS

GERAL

Reestruturar a documentação museológica do Museu da Abolição, visando ampliar a capacidade de controle e segurança do acervo.

ESPECIFICOS

- Conferir as informações já existentes sobre o acervo;
- Classificar o acervo museológico;
- Elaborar nomenclator com as normas metodológicas adotadas no sistema de informação;
- Elaborar instrumentos que facilitem o processo de identificação e recuperação de informações relativas às obras, obedecendo aos princípios da documentação;
- Realizar o registro técnico fotográfico do acervo, objetivando formalizar um banco de imagens para uso em trabalhos internos e iconográficos;
- Organizar o material documental existente sobre o acervo;
- Adquirir equipamentos e materiais específicos para o desenvolvimento das atividades técnicas: pen-drive, máquina fotográfica, mobiliários;
- Subsidiar informações para futuras pesquisas sobre o acervo do museu;
- Realizar a sistematização das informações do acervo museológico;

METODOLOGIA E CRONOGRAMA

AÇÕES	ATIVIDADES	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
--------------	-------------------	------------------------------

Revisão e análise do acervo	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico da documentação do acervo. • Revisão do número de tombo e checagem geral de todo acervo 	<p>Início em fevereiro de 2012.</p> <p>De maio de 2012 a junho de 2012.</p>
Classificação do acervo	<ul style="list-style-type: none"> • Classificar tipologicamente o acervo • Elaborar categorias de acervo 	Julho a agosto de 2012
Realizar inventário do acervo	<ul style="list-style-type: none"> • Encomenda de livro de Tombo • Preenchimento do livro de tombo 	<p>Início em julho de 2012.</p> <p>Até setembro de 2012.</p>
Processamento da documentação do acervo	<ul style="list-style-type: none"> • Coletar, organizar, catalogar e acondicionar os documentos do acervo museológico 	Julho a agosto de 2012.
Elaborar instrumentos para processo de identificação e recuperação de informações relativas às obras	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar Fichas de Identificação da Obra • Elaborar Fichas de Registro Fotográfico da Obra • Elaborar Fichas de Localização da Obra • Elaboração e revisão de descrição • Realização e revisão de medição • Registrar o acervo em fichas de identificação • Realizar relatórios do acervo • Digitação de fichas de identificação e relatórios do acervo • Aquisição de materiais permanentes (equipamento de precisão, pasta suspensa, mobiliário) 	julho a setembro de 2012
	<ul style="list-style-type: none"> • Adquirir câmera fotográfica digital • Fotografar tecnicamente o acervo • Preenchimento da Ficha Fotográfica 	<p>Início em junho de 2012.</p> <p>De junho a</p>

Documentação fotográfica	<ul style="list-style-type: none"> • Transferir as fotografias do acervo para o banco de dados. 	setembro de 2012.
--------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------

NOMENCLATOR

A documentação museológica do Museu da Abolição obedecerá aos critérios, abaixo relacionados:

- As informações referentes ao objeto serão registradas na ficha de documentação e posteriormente no Livro de Tombo.
- As obras compostas de mais de uma parte e/ou peças preenche-se apenas uma ficha catalográfica, descrevendo a obra em seu conjunto e as partes.
- Com relação ao número de registro das obras (número seqüencial dado à obra a partir do ano de entrada) será necessária algumas alterações
- No momento o número de registro possui apenas as duas últimas casas decimais do ano. Acrescenta-se, agora, o ano completo de entrada da obra, pois a numeração com apenas duas casas decimais, a partir de algum tempo, se repetiria.
(Ex.: 83.1 → 1983.01)
- O número de registro das peças que por algum motivo for descartados, serão encerrados, não serão dados jamais a outra peça.
- As obras compostas de mais de uma parte e/ou peças, recebe um único número de registro para todas as partes, diferenciado entre si apenas por uma letra minúscula do alfabeto. Para efeito da documentação deverá ser levado em conta os seguintes princípios:
 - 1- Quando o objeto é composto por mais de uma parte, tais como objetos desmontáveis, dípticos, cuja exibição do objeto não pode ser feita sem as partes, preenche-se uma ficha de identificação, descrevendo a obra em seu conjunto e as partes.
 - 2- Nos casos de obras composta de vários objetos, tais como aparelho de jantar, álbuns etc., onde cada objeto pode ser exibido/ utilizado

separadamente, preenche-se tantas fichas quantas forem os objetos que compõe a obra.

Manual de Preenchimento da Ficha de Identificação

Número da Ficha

- Número correspondente a ficha de identificação de cada obra.

Número de Registro

- Código que corresponde ao registro individual de identificação e controle da obra.

Número de Partes

- Registre a quantidade de partes, no caso de objetos composta por mais de uma.

Parte 1: Identificação do Objeto

1. Termo

- Registrar o substantivo comum que identifica o objeto dentro do acervo do museu.

Ex.: 83.1 – Conselheiro João Alfredo → Busto

2. Classificação

- Registrar a classificação específica do objeto, segundo a Tabela de classificação do acervo elaborada a partir da consulta do *Thesaurus para acervos museológicos* (FERREZ, Helena Dodd, BIANCHINI, Maria Helena S., Rio de Janeiro: Fundação Pró Memória, 1987).

Ex.: 83.1– Conselheiro João Alfredo → Artes Visuais

3. Título

- Denominação particular correspondente a obra que pode ser atribuída por seu autor, pelo antigo proprietário ou pelo próprio museu. Há peças, entretanto, que não possuem títulos, neste caso, registrar S/R (Sem Referência).

4. Autoria

- Designa o(s) nome(s) do(s) autor(es) ou do fabricante (s) do objeto. Quando a autoria da obra for uma atribuição, registre o nome do possível autor seguido da

palavra atribuição, entre parentêses. Caso não possar atribuir nenhuma identificação registrar S/R (Sem Referência).

5. Cópia

- Registrar quando a obra for uma cópia da original. Preencha este campo, observando as seguintes informações:

No campo autoria registre o nome do autor da obra original e no campo cópia registre a informação “reprodução da original” acrescido do nome da instituição onde este se encontra e da cidade, logo após o nome do autor da reprodução.

6. Data de produção/criação

- Data em que o objeto foi produzido ou criado. Registrar a data em algarismos arábicos e de forma completa. Caso não se tenha informações exata sobre a data da confecção do objeto, registrar uma datação aproximada, baseada em pesquisa histórica ou estilística.

O registro da data deve ser padronizado, de acordo com os exemplos a seguir:

Data 13/05/1988

Década 1971/ 1980

Século 1901/ 2000

1º Metade do século 1601/1650

2º Metade do século 1651/1700

7. Origem

- Indica, por extenso, o país, estado ou a cidade onde a peça foi fabricada, mesmo que essa informação apareça abreviada ou incompleta. Caso a origem seja desconhecida, registrar S/R (Sem Referência).

8. Material/Técnica

- Registrar o modo como a peça foi produzida ou criada e o material (s) empregados para a confecção. Deve-se colocar uma barra, separando a técnica dos materiais. Quando uma obra possui mais de três (3) tipos de técnicas, identificadas ou não, utilizar o termo Técnica Mista.

9. Procedência

- Registrar o nome da pessoa ou instituição de que a obra pertenceu antes da sua incorporação ao acervo do museu. Caso a procedência seja desconhecida, registrar S/R (Sem Referência).

10. Modo de Aquisição

- Maneira pela qual o objeto foi adquirido pela instituição. Na ficha catalográfica encontram-se os seguintes itens: Compra, Doação, Transferência, Coleta e Prêmio Aquisição.

11. Data de Aquisição

- Registra a data (dia, mês, ano) da incorporação da peça. Caso a data de aquisição da peça for desconhecido, registrar S/R (Sem Referência).

12. Marcas e Incrições

- Transcrever, entre aspas, inscrições, legendas, gravações e marcas simbólicas, conforme redação, ordem e grafia existentes na peça.

13. Assinatura

- Identificação feita pelo autor na obra, comprovando a sua autoria. Se na obra consta assinatura, marque no campo SIM. Caso contrário marque NÃO.

14. Estado de Conservação

- Item referente à condição física do objeto que pode ser definido através das seguintes palavras-chave: ótimo, bom, regular e sofrível.

15. Dimensões

- Refere-se à altura, largura, comprimento, profundidade, peso e diâmetro tomados da obra. Utiliza-se a escala de centímetros e gramas.

16. Descrição do objeto

- Esse item refere-se às informações sobre a descrição do objeto com relação aos aspectos descritivos em geral.

Parte 2: Análise do Objeto

17. Dados históricos

- Esse item destina-se ao detalhamento que possa ampliar as informações sobre a obra, desde o momento de sua criação. Deve-se buscar, principalmente, revelar o sentido documental do objeto enquanto fonte histórica.

18. Características iconográficas

- Campo reservado a análise de temas, da iconografia e dos símbolos encontradas na obra.

19. Características estilísticas

- Este campo deve contextualizar a peça em seu universo cultural, através da identificação de estilos, autores e escolas em um determinado processo histórico.

20. Características Técnicas

- Este campo deve conter informações sobre os materiais e os processos técnicos utilizados na confecção do objeto, assinalando o número de partes, o tipos de encaixe, revestimentos e tonalidades.

21. Observações

- Espaço reservado para registrar qualquer informação de natureza complementar sobre o objeto, cujo conteúdo não se enquadre nas especificações previstas.

Parte 3: Notas

22. Exposições

- Relacionar, de forma cronológica crescente, as exposições das quais o objeto participou.

23. Documentação Relacionada

- Registro da documentação existente sobre o objeto;

24. Referências

- Registrar a citação de livros e catálogos, contendo informações utilizadas no preenchimento da ficha.

Reprodução Fotográfica

25. Controle

- Registrar o número de arquivamento interno correspondente a reprodução fotográfica da peça.

26. Fotógrafo/ Data

- Registrar o nome do fotógrafo e a data de execução do trabalho, separando as informações por uma barra.

Dados de Preenchimento

27. Cadastro/ Data

- Registrar o nome do técnico responsável pelo preenchimento da ficha catalográfica de identificação e a data do referido preenchimento.

FERREZ, Helena Dodd e Peixoto, M^a. Elisabeth. **Manual de Catalogação, Pintura, Escultura, Desenho e Gravura**, Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro, 1995.

Ministério da Cultural/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais. **Caderno de Diretrizes Museológicas I**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultural/ Superintendência de Museus, 2006. 2^o Edição.

MORO, Fernanda Camargo. **Museus: aquisição e documentação**. Rio de Janeiro: Ed. Eça. 1986.